

FACULDADE LATINO AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MAESTRÍA ESTADO, GOBIERNO Y POLÍTICAS PÚBLICAS

MARINETE MACEDO RIBEIRO

**Concepções sobre (os/as) negros (as) nos currículos das escolas públicas
municipais de 6º ao 9º ano do setor urbano de Goianésia do Pará.**

GOIANÉSIA DO PARÁ - PA

2021

MARINETE MACEDO RIBEIRO

**Concepções sobre (os/as) negros (as) nos currículos das escolas públicas
municipais de 6º ao 9º ano do setor urbano de Goianésia do Pará.**

Dissertação apresentada ao curso de Maestría Estado, Gobierno Y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e Fundação Perseu Abramo, como parte do requisito necessário à obtenção do título de mestre, em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador/a: Prof.^a Dr.^a Selma de Sousa Brito

GOIANÉSIA DO PARÁ - PA

2021

Ficha Catalográfica

RIBEIRO, Marinete Macedo

Concepções sobre (os/as) negros (as) nos currículos das escolas públicas municipais de 6º ao 9º ano do setor urbano de Goianésia do Pará. / Marinete Macedo Ribeiro. Goianésia do Pará: FLACSO/FPA, 2021.

Quantidade de folhas 141

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientador/a: Prof Dr^a Selma de Sousa Brito

MARINETE MACEDO RIBEIRO

**Concepções sobre (os/as) negros (as) nos currículos das escolas públicas
municipais de 6º ao 9º ano do setor urbano de Goianésia do Pará.**

Dissertação apresentada ao curso de Maestría Estado, Gobierno Y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e Fundação Perseu Abramo, como parte do requisito necessário à obtenção do título de mestre, em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovado em: 24 de Agosto de 2021

Banca examinadora

Prof./Profa. Dr^a Selma de Sousa Brito
FLACSO Brasil/FPA

Prof./Profa. Dra. Joana Carmen do Nascimento Machado
SEDU/PA

Prof./Profa. Dr. José Luiz de Moraes Franco
IFPA

“A Educação é a mais poderosa arma pelo qual se
pode mudar o mundo”

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas que fizeram parte da minha vida nestes últimos anos e me ajudaram cada um à sua maneira que não sei como agradecer, mas quero deixar aqui a minha gratidão a:

Meus pais Joana e Rafael pelos ensinamentos de viver com dignidade e saber criticar nas horas certas.

Ao meu esposo Aldemir, pelo apoio e os incentivos que me deu nos momentos de fraquezas, quando pensei em desistir, e ter cuidado dos nossos filhos, quando tive que viajar para as aulas.

Aos meus filhos Iago e Iara, que me ensinam a ser mais forte e resistir às dificuldades, e que também contribuíram com seus relatos cotidiano escolares que me ajudaram também a refletir.

A meus irmãos e irmãs, por tantas discussões de temas sociais e principalmente educacionais que me levaram a refletir sobre a temática do racismo. E a Aurinete que tanto perturbei para realizar a análise textual de meus trabalhos e principalmente do projeto e dissertação. A Rosinete que me ajudou com a revisão final.

À minha amiga Kecieni, que tanto me apoiou nos momentos difíceis; lembranças das nossas viagens à noite, até o local das aulas, das horas e horas de conversa. As tantas e tantas expectativas que tínhamos... Agradeço, principalmente pela companhia e paciência que teve durante as discussões dos textos e trabalhos que fizemos.

Aos colegas de curso que de culturas tão diferentes conseguimos nos adaptar e realizar os trabalhos principalmente a Ana Mileo com quem dividíamos o dormitório e táxi, conversávamos bastante e assim o tempo passava mais rápido longe de casa.

Aos professores do curso, que me ajudaram com suas reflexões em sala de aula, e auxiliaram na definição do objeto de pesquisa.

Ao meu sobrinho Antonio Evilton que me ajudou com a transcrição do resumo e demais dúvidas em outra língua.

A minha orientadora Selma Brito, pela paciência que teve com minha escrita e dúvidas e que me incentivou a escrever e não desistir.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre a importância da Lei 10.639/2003, que orienta a obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no contexto escolar de duas escolas do Ensino Fundamental do setor urbano de Goianésia do Pará. Buscamos verificar a realidade das interações socioculturais desenvolvida no ambiente escolar e apresentar de forma clara as causas que levam para uma construção ou desconstrução das identidades negras nestes espaços, observando o comportamento e a prática discursiva dos alunos e professores em relação a identidade negra e suas reflexões no cotidiano. Para tanto, foi realizada a pesquisa com enfoque no cotidiano escolar, compreendendo o 8ª e 9º anos, seguindo as abordagens quantitativa e qualitativa, por acreditar que a conjugação dessas abordagens propicia uma reflexão e reavaliação da pesquisa quando necessárias. Constatamos que apesar de se ter ainda uma longa jornada de luta contra o racismo, a obrigatoriedade das discussões acerca das relações étnico-raciais por meio da força da lei fortaleceu os debates sobre o assunto nas escolas pesquisadas, mas ainda tem um longo caminho pela frente. Favoreceu a inserção de práticas pedagógicas relacionadas a construção da identidade negra e seus desdobramentos nas discussões de sala de aula entre professores e alunos. Percebemos, portanto que as instituições pesquisadas estão empenhadas em desenvolver atividades diversas que visam estabelecer discussões e reflexões contínuas a respeito das relações étnico-raciais e em inibir ações racistas no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais; Diversidade cultural; Preconceito racial.

ABSTRACT

This study aims to reflect on the importance of Law 10.639/2003, which ensures the mandatory education of Ethnic-Racial Relations for the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in the school context of two elementary schools in the urban sector of Goianésia do Pará. We seek to verify the reality of sociocultural interactions developed in the school environment and present them clearly the causes that lead to a construction or deconstruction of black identities in these spaces, observing the behavior and discursive practice of students and teachers in relation to black identity and their reflections in daily. Therefore, Participant research was carried out with a focus on daily school life, comprising the 8th and 9th grades specifically, following quantitative and qualitative approaches, for believing that the combination of these approaches provides a reflection and reassessment of the study when necessary. We found that despite the fact that there is still a long journey in the fight against racism, obligation of discussions about ethnic-racial relations through the force of law strengthened the debates on the subject in the schools surveyed, but there's still a long way to go. It favored the insertion of pedagogical practices related to the construction of black identity and its consequences in classroom discussions among teachers and students. However, we realize that cases of racial prejudice still persist, as well as the denial of black identity by some students. Therefore, we can see that the researched institutions are engaged in developing diverse activities that aim to establish continuous discussions and reflections about ethnic-racial relations and to inhibit racist actions in the school context.

Keywords: Ethnic-Racial Relations Education; Cultural diversity; Racial prejudice.

LISTA DE SIGLAS

CME – Conselho Municipal de Educação
DAAI – Departamento de Acompanhamento e Apoio à Inclusão
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FME – Fórum Municipal de Educação
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GOPA – Goianésia do Pará
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
PPP – Projeto Político Pedagógico
PCCR Plano de Cargos Carreira e Remuneração
PDDE Programa de Dinheiro Direto na Escola
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDH – Programa nacional de direitos humanos
PINATE Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar,
PME – Plano Municipal de educação
PT – Partido dos trabalhadores
SEMECDEL – Secretaria de Educação Cultura e Desporto E Lazer
SETENCO – Serviços Técnicos e Construções Civas LTDA
SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Goianésia do Pará
UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 Mapa de Goianésia do Pará.....	20
Ilustração 2 Memorial santa Elizabete e santa Elineuza.....	30
Ilustração 3 Romaria da libertação 2018.....	31
Ilustração 4 Romaria da libertação 2019.....	31
Ilustração 5 e 6 Ginásio Municipal organização do evento.....	33
Ilustração 7 Miss Caipira 2019.....	33
Ilustração 8, 9 e 10 Apresentação dos alunos do ensino fundamental, danças diversas.....	34
Ilustração 11 Área externa da escola Alacid Nunes.....	68
Ilustração 12 Pátio da escola Alacid Nunes	69
Ilustração 13 Área externa da escola Lucíolo Oliveira.....	70
Ilustração 14 Area interna da escola Lucíolo Oliveira.....	70
Ilustração 15, 16, 17 e 18 projeto consciência negra 2018.....	83
Ilustração 19 e 20 Projeto consciência negra escola Lucíolo Oliveira 2019.....	83
Ilustração 21 e 22 Projeto consciência negra escola Alacid Nunes 2019.....	84

LISTA DE E GRAFICOS

Gráfico 1 População residente por religião.....	27
Gráfico 2 Identificação étnica.....	86
Gráfico 3 Alunos vítimas de racismo ou injuria racial.....	87
Gráfico 4 Forma de racismo na escola.....	89
Gráfico 5 Alunos que presenciaram racismo na escola	90
Gráfico 6 Agentes causadores de racismo na escola.....	91
Gráfico 7 Manifestações de racismo cometido por parte dos alunos.....	92
Gráfico 8 Presença de discriminação e preconceito no ambiente escolar.....	93

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1. 1 Campo de estudo.....	15
1. 2 Metodologia de pesquisa aplicada.....	17
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE GOIANÉSIA DO PARÁ.....	19
2.1 Manifestações culturais do município e a invisibilidade da cultura negra.....	27
2.1.1 Romaria da Libertação.....	28
2.1.2 Festival Cultural Junino.....	31
2.1.3 Festejo Padroeiro da Cidade: São João Batista.....	34
2.1.4 Outras Manifestações Culturais que movimentam parte da população.....	35
2.2 A Educação no município de Goianésia do Pará.....	37
3 IDENTIDADE NEGRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.....	43
3.1 Identidade, diferença e a construção da memória afro-brasileira	45
3.2 Educação para as relações étnico-raciais.....	50
3.3 Lei 10.639/03: história, aplicação e realidade nacional.....	57
4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INVISIBILIDADE DA IDENTIDADES NEGRA....	67
4.1 As escolas.....	67
4.2 Projeto Político Pedagógico e Estratégia de ação.....	72
4.3 Trabalho docente e representação da identidade negra.....	77
4.4 Racismo e identidade negra no ambiente escolar.....	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICES.....	110
ANEXOS.....	114

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é resquício de uma negação e abandono do povo negro e indígenas, a partir da história do nosso país se percebe que nunca foram dadas o direito a educação do povo negro e indígenas, aqui neste trabalho mencionarei mais ao processo de negação a educação e história do povo negro, em bora não se possa negar também o descaso que o Estado e toda a sociedade brasileira vem cometendo com os povos indígenas, e muitos acontecimentos que ocorreram são semelhante ao contexto do povo negro, tanto nos aspectos histórico, político, cultural, como no educacional.

Notamos a partir da história que a educação nunca foi um direito de todos, uma vez que os escravos e seus filhos, não podiam aprender ler e escrever, e aos poucos que eram concedidos a educação, esta tinha o objetivo de catequizar, impor o processo de aculturação para aceitarem todas as regras do branco, inclusive a religião cristã, pois através desta religião seria possível a passividade do povo negro, e a aceitação da cultura europeia, e abandono da cultura africana.

Podemos identificar que objetivo da escolarização não era de mudança de destino dos escravos e sim de permanência e obediência ao processo escravistas, no entanto o povo negro não aceitou as condições e lutaram contra a opressão e discriminação, requerendo leis que de fato viesse beneficiar os negros em todos os aspectos sociais, culturais e educacionais. Assim, trago com esta pesquisa a importância de uma análise no processo de educação das escolas públicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais e leis mais recentes que venham contribuir para o processo de inclusão dos alunos negro no espaço escolar.

A implementação da Lei 10.639/2003 é fruto de uma longa luta histórica do povo negro e tem como um dos objetivos reparar as desigualdades educacionais e culturais estabelecidas pela sociedade entre brancos e negros. Sendo uma política de afirmação, traz em si a função de refletir e induzir sobre os valores civilizatórios africanos que trazem em sua cultura a oralidade, que através da memória são repassados a sua história e os ensinamentos de vida do povo negro africano, tanto cultural, religiosos, social, e econômicos, bem como, a discussão de supremacia racial, tirando a visão de que existe indivíduos superiores aos outros, fazendo também com que se valorize a cultura e identidade negra, implantando a diversidade e ampliando a representatividade em diversos setores.

No entanto, sabemos que a lei em si não efetiva a reparação imediata, mas tem função de incentivar a discussão e a eliminação da prática discriminatória no ambiente escolar. Opera também como instrumento para realização de ações que visam reflexão para uma mudança de

mentalidades que possam vir transformar as práticas políticas e sociais, com indivíduos mais conscientes a partir da apropriação de sua história.

De acordo com Márcia Lima (2010, p. 78), um marco importantíssimo para todas as mudanças e pressão social, que vem alterando as relações raciais no Brasil foi a Constituição de 1988 que tornou a prática do racismo crime, e reafirmou com a lei 7716/1989, e definiu o reconhecimento ao direito de posse da terra às Comunidades Quilombolas e a criação da Fundação Cultural Palmares.

Ainda segundo Marcia Lima (2010), a partir da década de 1990 começam a haver mudanças importantes no combate às desigualdades raciais no Brasil. Isto devido ao fortalecimento do Movimento Negro e suas reivindicações que forçaram o Estado a assumir sua responsabilidade e compromisso com as minorias. Exigiu-se o desenvolvimento de políticas públicas que atendessem especificidades da população negra. Estas mudanças se deram devido a dois acontecimentos, “sendo um de âmbito nacional e outro internacional: a Marcha zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela cidadania e a vida em 1995 e a Conferência de Durban, em 2001” (LIMA, 2010, p. 79).

Na década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, de acordo com Marcia Lima (2010), deu-se início a algumas mudanças com relação à visão dos povos negros na sociedade, levando a um pensamento multicultural e a valorização e reconhecimento da cultura negra, embora que de forma exótica. No entanto, o movimento negro continuou na luta em busca da sua identidade e garantia dos direitos promovendo algumas ações que marcaram o período.

Ainda na década de 90 um marco importante foi o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I). De acordo com Marcia Lima (2010), em 13 de maio de 1996, o governo se compromete em combater as desigualdades raciais por meio de políticas focalizadas a curto médio e longo prazos, entre elas estão as políticas educacionais como as cotas, as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana. E em 2002, o governo lança o PNDH II, reafirmando o compromisso ao combate das desigualdades raciais com políticas afirmativas que contribuam com a autoafirmação e identidade dos povos negros.

Em meio a todos esses acontecimentos propomo-nos analisar a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 quanto a constituição da Identidade Negra entre os alunos de 8º e 9º ano das escolas municipais do setor urbano de Goianésia do Pará, com esta pesquisa foi possível se ter uma visão geral das relações étnico-raciais na escola e a discussão de construção de identidade

racial no ambiente escolar. A escola deve ser um espaço de construção de respeito as diferenças e valorização do ser humano.

A Lei 10.639/2003 enquanto uma política pública permite a implementação de um currículo que possibilita conhecimentos, valorização simbólica e valorização da diversidade, respeitando as diferenças (ALMEIDA, SANCHEZ, 2017)

Por ser professora da rede municipal de ensino fundamental desde 1998, primeiro como contratada, depois em 2010 como efetiva, e trabalhar com os variados públicos escolares, senti a necessidade de trazer a discussão de uma educação voltada para as diferenças com uma visão de currículo intercultural e multicultural crítico que possibilitasse uma visão mais ampla das relações étnico racial, e proporcionar a implementação da Lei 10.639/2003, demonstrando também a importância do reconhecimento destas discussões, não só para os membros da escola como também aos governantes, pois há a necessidade de políticas públicas e investimento na educação para que de fato ocorra o combate ao racismo e a aplicação da lei.

A presente dissertação está dividida em 4 capítulos. No capítulo 1 destacamos o mapeamento do campo de estudo e a metodologia utilizado na pesquisa. No capítulo 2 há algumas considerações sobre Goianésia do Pará. Há um levantamento sócio histórico e cultural do município, dando ênfase as manifestações culturais e educacionais.

O capítulo 3 intitulado Identidade negra e as Políticas Públicas na área da Educação, é a parte mais teórica, que discute alguns autores que fundamentam nossa discussão sobre as políticas publica afirmativas voltadas para educação, em especial a Lei 10639/2003 e as relações étnico-raciais, bem como a discussão de identidade, diferença e racismo, fundamentado em autores como Stuart Hall (2006), Agier (2001), Munanga (2005), Candau (2011), Moura (2005), Nilma gomes (2003), Tomaz Tadeu (2000) entre outros, que respaldam as discussões acerca das relações étnico-raciais, identidade, educação multicultural e intercultural.

No capítulo 4, Práticas Pedagógicas e Identidades Negra em Goianésia do Pará, demonstramos a situação das duas escolas de Ensino Fundamental de 6º ao 9º do setor urbano no município, bem como as práticas pedagógicas das escolas sobre a construção da identidade negra e as manifestações do racismo ainda existentes no ambiente escolar. E por fim, as Considerações Finais com a reflexões sobre as atividades relacionadas as relações étnico-raciais desenvolvidas nas escolas e as situações de preconceitos raciais observadas nas escolas pesquisadas no município de Goianésia do Pará.

1.1 CAMPO DE ESTUDO

Nessa pesquisa apresentamos uma discussão nas áreas da educação e as relações étnico-raciais, bem como a importância da Lei 10939/2003, que favorece ao estudo e ampliação das políticas étnico-raciais com ênfase na educação. O campo de estudo da educação e as relações étnico-raciais como também das políticas públicas, são muito complexos e exige uma reflexão minuciosa nas relações estabelecidas no espaço escolar, pois no Brasil há um grande número de evasão escolar que decorrem por vários fatores, entre eles a discriminação e o preconceito racial, que atingem principalmente crianças, adolescente e jovens de classe mais baixa, contribuindo ainda mais com a negação dos direitos que estes já sofrem. Podemos perceber esta afirmativa com Daniela Carvalho e Dallilla França (2019, p.149), quando afirma que “64% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos que estão fora da escola são pretas e pardas e 36% são brancas. Esses dados se tornam ainda mais graves com o aumento da faixa etária e da escolaridade”.

A prática de discriminação e preconceito racial estão presentes nos dias atuais nos ambientes escolares, que acabam gerando um desconforto educacional devido as agressões que ocorrerem tanto no campo simbólico quanto no físico, fazendo com que profissionais da educação e alunos não saibam lidar com esta situação, promovendo e alimentando ainda mais esta prática. Muitas vezes uma simples conversa, debate com os alunos ou atividades direcionadas a situação, combateriam a prática de racismo no espaço escolar. O combate ao pensamento e prática de discriminação e preconceito racial deve ser trabalhada de forma coletiva onde todos os atores sociais escolares participem e contribuam para o desenvolvimento da educação escolar, mais para isto é necessário que todos reconheçam que existe o racismo e a partir daí criar estratégias de mudanças no espaço escolar.

Nesse sentido, apresentamos a pesquisa realizada em duas escolas de Ensino Fundamental de 6º ao 9º no município de Goianésia do Pará no setor urbano. Foram escolhidas estas escolas pelo fato de a pesquisadora fazer parte do corpo docente e ter uma convivência com o público das escolas e presenciar algumas práticas de relações étnico raciais. Como professora da disciplina de Sociologia nas duas escolas senti a necessidade de se estabelecer as discussões sobre as questões étnicas raciais. No entanto, não é fácil promover ações que incentivam reflexões no espaço escolar, pois são muitas as dificuldades para se obter os materiais e/ou recursos necessários para a concretização das atividades propostas, bem como contar com a disposição das pessoas e colegas de trabalho para atuarem na mesma perspectiva.

Como já abordava algumas discussões acerca das relações sociais, culturais e étnico-raciais, no ano de 2019, realizei uma pesquisa sobre o racismo na escola com os alunos de 9º ano, pois estava no momento, discutindo com as turmas sobre multiculturalismo e Identidades. Em conjunto com os alunos elaboramos as questões e as formas de pesquisa.

Como a carga horária da disciplina é pequena, contei com a contribuição dos professores de história e matemática das turmas de 9º ano que nos ajudaram a realizar a pesquisa. Os alunos juntos ao professor de matemática sistematizaram a pesquisa em forma de gráficos que foi apresentado à escola. Esta atividade fez parte do processo de avaliação das disciplinas, o que aumentou o interesse e a participação dos alunos nas atividades propostas. Esta pesquisa foi realizada de forma interdisciplinar, uma vez que os professores das outras disciplinas fizeram parte do processo e avaliação também das questões elaboradas.

Para melhor compreender as relações étnico-raciais nas escolas em estudo, além da pesquisa feita e demonstrada em gráficos, analisei o Projeto Político Pedagógico das duas escolas, e os Planos Anual de Ensino de História, Artes, Ensino religioso e Sociologia de 2018 e 2019, bem como a proposta Curricular Municipal que foi elaborado em 2019 com referência na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que apesar da prosta de currículo não está dentro de uma visão de currículo transdisciplinar, nele consta temas que tratam das relações étnico-raciais como objeto de conhecimento que devem ser discutidas e debatidas em sala de aula.

Apesar de se ter já algumas ações voltadas para a discussão do racismo e as diferenças culturais é necessário que se tenham mais envolvimento e intensificação das discussões por parte de todo o corpo docente, para isto é necessário também formação aos professores e desenvolvimento de um planejamento interdisciplinar e intercultural.

As escolas estão situadas aos extremos da cidade. Uma fica no centro da cidade e a outra do outro lado, próxima aos bairros periféricos. As escolas recebem alunos de todos os bairros da cidade e também da zona rural. Os alunos das escolas do setor rural vêm no transporte escolar, e por isso muitos saem de casa de madrugada para chegarem no horário da escola às 7h da manhã e saem às 11h45min. chegando muitas vezes em suas casas já de tarde. Podemos perceber que a maioria dos alunos que usam o transporte escolar são negros.

Uma boa parte dos educadores das escolas moram e/ou trabalham em outras cidades vizinhas a Goianésia, como Tucuruí, Jacundá, Tailândia, muitas vezes vindo só nos dias das suas aulas, ou quando ocorre alguma reunião ou atividades extraclasse organizada pelas escolas como culminância de projetos.

1.2 METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA

É importante um currículo de ensino que vise a discursão das relações étnico-raciais, que leve em consideração o conhecimento prévio e aprendizagem dos atores sociais pertencentes ao espaço escolar, assim é fundamental a implementação da Lei nº10.639/2003. Com a aplicação desta Lei “quebramos as estruturas escolares que nos levam a um enquadramento rígidos, possibilitando assim o diálogo, a escuta e integrações de saberes”. (Orientações e ações para a Relações Étnico – Raciais, 2006, p. 57).

Realizamos nossa pesquisa em duas escolas municipais na cidade de Goianésia do Pará, no sul do Estado do Pará. Estas escolas são localizadas no setor urbano e são escolas de Ensino Fundamental II de 6º ao 9º ano. A escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Alacid Nunes, possui 32 turmas, sendo destas 5 turmas de 8º ano e 3 turmas de 9ºano. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Lucíolo Oliveira Rabelo possui 33 turmas, sendo destas 7 turmas de 8º ano e 5 turmas de 9º ano, totalizando assim, no setor urbano do município de Goianésia do Pará um número de 12 turmas de 8º ano e 8 turmas de 9º.

A pesquisa foi realizada nas turmas de 8º e 9º ano das duas escolas, pois são nestas turmas que temos um maior índice de alunos que têm que trabalhar e estudar e estão fora da faixa etária com distorção idade/série, sendo em sua maioria negros e moradores de bairros periféricos e trazem em seu contexto de histórias de vida a vivência de violência e de preconceito racial. É perceptível em sala de aula o preconceito entre os próprios educandos e a não aceitação do ser negro no espaço escolar.

A pesquisa objetivou explicitar a realidade das interações socioculturais desenvolvidas no ambiente escolar, buscando as causas que levam para uma construção ou desconstrução das identidades nestes espaços, bem como analisar o comportamento e a prática discursiva dos alunos e professores em relação a identidade negra e suas reflexões no cotidiano.

Para alcançarmos o objetivo do referido estudo foi realizada uma pesquisa participante com enfoque no cotidiano escolar, visto que conforme André (2010, p.42), esse tipo de pesquisa se caracteriza pelo “intenso envolvimento do grupo pesquisado nas diversas fases da pesquisa, inclusive na definição do objeto de estudo, uma restituição sistemática da pesquisa aos pesquisados e um processo coletivo da avaliação dos resultados para transforma-los em ações concretas”, sendo a observação, associada a outros instrumentos, utilizada pelo pesquisador para aquisição dos dados. Os referidos dados foram analisados por meio das abordagens quantitativa e qualitativa, por acreditar que a conjugação dessas abordagens propicia uma reflexão e reavaliação da pesquisa quando necessárias. Foi utilizada ainda um delineamento

dialético que possibilita uma interpretação dialógica da realidade observada. (PRODANOV, 2013).

A pesquisa foi desenvolvida a partir da coleta de dados através da aplicação de questionário de múltipla escolha, realizado com os alunos em relação ao seu pertencimento de grupos culturais, consultando alunos negros sobre qual a visão deles a respeito do ser negro, se já passaram por momentos de preconceitos raciais ou até mesmo praticaram o preconceito racial, o que entendem por preconceito racial, pois muitas vezes as pessoas praticam ou sofrem racismo sem ter o conhecimento, confundindo os tipos de preconceito.

Foi feita também análise documental a partir dos planos de ensino anual, o parâmetro curricular escolar das disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Ensino Religioso que são contempladas pela Lei Nº 10639/2003.

Por fazer parte do corpo docente destas escolas e está presente no cotidiano, também analisei as ações desenvolvidas pelas escolas relacionadas a esta temática. Portanto tanto utilizei também como técnica a observação, pois por meio dela, conseguir perceber as ações e interações no ambiente escolar bem como os fatos ocorridos e outras expressões, que me permitem estruturar a realidade estudada, para fazer análises e interpretações. A coleta de dados se deu, portanto, considerando as interações sociais cotidianas no espaço escolar, como acompanhamento no projeto e na culminância do dia da consciência negra e observação em sala dos conteúdos relacionados ao tema.

Além das observações foram realizadas análises de alguns indicadores sociais, fornecidos por alguns órgãos como IBGE, principalmente de 2010 que levantou informações sobre cor e raça, que ajudou na pesquisa sobre o município, aliado aos dados do censo escolar, Educa Censo 2018 e 2019, que traz inúmeras informações na área da educação básica. No próprio site do MEC tivemos informações relevantes para pesquisa ora realizada. Pois os indicadores sociais ajudaram na interpretação do tema e levantamento dos dados e discussões no decorrer da pesquisa.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE GOIANÉSIA DO PARÁ

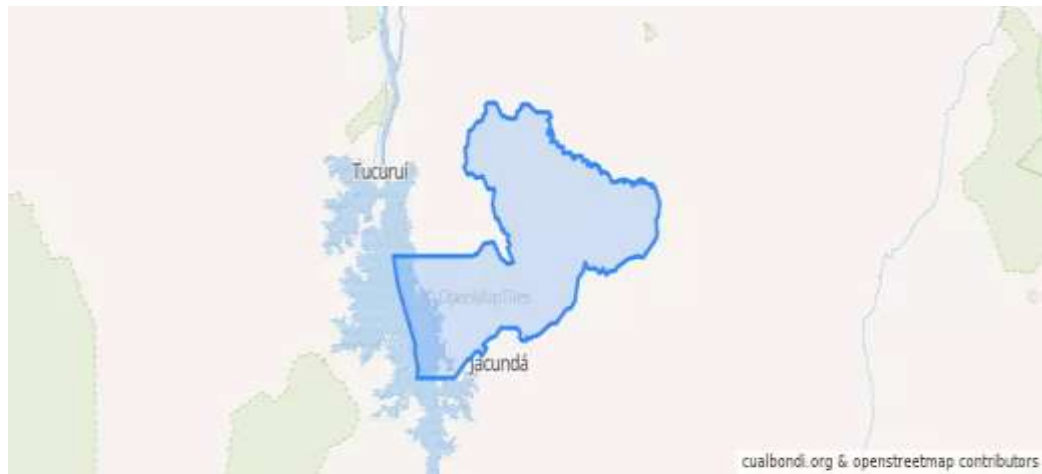
O Surgimento de Goianésia do Pará se deu a partir dos grandes projetos na Amazônia¹, entre eles a construção da Hidroelétrica² de Tucuruí, que a partir de 1981/82 começaram a surgir núcleos populacionais ao longo das rodovias e entroncamentos como Breu Branco, Nova Ipixuna e Novo Repartimento ou na periferia das rodovias existentes e aglomeradas, já dotadas de alguma infraestrutura, uma vez que essas foram também formas urbanas bastante difundidas nesse período dos grandes projetos, onde a maioria desses povoamentos surgiram as margens das estradas, postos de gasolina ou canteiro de obras rodoviárias.

Desta forma, com o município de Goianésia do Pará não é diferente, este começa seu povoamento com a construção da PA – 150, construída com a finalidade de ligar a capital do Estado ao sul do Pará, e de escoamento dos produtos para outras regiões brasileiras. Assim, Goianésia do Pará foi surgindo à medida que se abria as rodovias PA – 150 e a PA – 263, com objetivos de escoamento da produção agrícola e construção da barragem de Tucuruí que seria extremamente necessário ao Governo Federal da época para o desenvolvimento econômico e político do país.

¹ Os Grandes Projetos são empreendimentos econômicos de larga escala que visam à produção (geração de capital) por meio da exploração dos recursos naturais da Amazônia, bem como a organização e controle do território e, caracterizam-se, principalmente, pela grandiosidade das construções, da mobilização de capital e de Os grandes projetos que se implantaram na Amazônia. dispuseram de uma atrativa política governamental: incentivos fiscais, baixos preços pagos pelo bem extraído (minerais e outros), baixa qualificação da mão de obra e, por consequência, salários irrisórios, entre outras vantagens. (ARAÚJO, BELO, 2009, p.267).

² De acordo com Macedo (2013) em meados de 1974, foi construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí para atender os interesses, tanto estatais como os particulares, de modo a contribuir com um projeto econômico já instaurado - o Projeto Carajás. Sendo assim, a referida usina passou a abastecer a empresa de mineração e outras já instaladas na região, bem como outros projetos implantados nas demais regiões do Pará (Macedo, p. 18, 2013).

Ilustração 1 - Mapa de Goianésia



Fonte: Google Maps, 2020

Em Paulo Cesar Silva (2014), observamos que Goianésia foi surgindo em meio a grilagem³ onde fazendeiros que se intitulavam donos das terras, e com o incentivo do governo federal do então presidente Emílio Garrastazu Médici (1970-1974), que estimulava a política de apropriação do território amazônico e desenvolvimentos dos grandes projetos, ocorreu o povoamento e exploração das terras de forma desordenada.

A ocupação era por lavradores, madeireiros e fazendeiros, em sua maioria maranhenses, mineiros, baianos e capixabas. Sendo esses os imigrantes que se estabeleceram e permaneceram neste local atraídos pela oferta de trabalho. Muitos vinham em busca de uma vida melhor, outros com a ideia de crescimento econômico de exploração da madeira e criação de gado etc. Em sua grande maioria foram atraídos pela existência da mão-de-obra alternativa e complementar na coleta da Castanha.

Goianésia do Pará é um município multicultural, posto que é constituído por diversos povos das diversas regiões do país: centro oeste, sul e nordeste em sua grande maioria.

Além destes imigrantes no município de Goianésia do Pará, a cerca de 40Km da sede encontra-se os indígenas Amanayé, divididos em dois grupos os Surubju liderado pelo cacique Domingos e Ararandeuá liderados pelo cacique Virgílio. Essas comunidades indígenas tem como fonte de renda a plantação da mandioca que transformada em farinha vendem na sede e nos municípios vizinhos.

³ O termo grilagem tem origem em “uma prática muito antiga de Colocar um papel (contendo um tipo de ‘comprovação’ de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecidos pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação. (MYSKIW,2002, p. 27)

Segundo informações do inventário de Goianésia (2014), os grupos indígenas se organizam da seguinte forma:

Na aldeia Ararandeuá moram cerca de 12 famílias (60 pessoas) e, na Surubiju, 7 famílias (33 pessoas), que vivem da agricultura de subsistência e vendem farinha de mandioca no mercado da cidade para comprar o que não conseguem produzir ou que não produzem em quantidade suficiente. As aldeias contam com abastecimento de água, energia elétrica (por gerador) escola de ensino fundamental e posto de saúde. A prefeitura ajuda na manutenção da escola, do posto de saúde e no abastecimento de gasolina e diesel (que, segundo os moradores, é insuficiente). As casas são comuns e bem simples, feitas de madeira. Ficam espalhadas pela área das aldeias, sem nenhuma organização peculiar. Os rios Ararandeuá, Surubiju e Capim perpassam as terras indígenas onde as aldeias se encontram e estão cercados por mata ciliar preservada. Brancos costumam entrar nas terras dos índios para caçar e pescar sem autorização, e tal atitude costuma ser repreendida pela polícia militar. (Inventário Goianésia do Pará, 2014, p. 46)

De acordo com relatos de moradores como A.S e R. M⁴, moradores antigos do município de Goianésia do Pará, os anos de 1974 a 1978 ficaram marcados na memória dos primeiros moradores, pois foi o momento da chegada dos primeiros imigrantes que tiveram que enfrentar todas as dificuldades, tanto das condições do espaço físico, tendo que entrarem na mata, sofrendo com doenças como a malária, como tiveram que lutar contra a violência do campo, para permanência no território dando origem ao povoado de Goianésia do Pará.

Desta forma, a vinda e permanência das pessoas para essa localidade foi difícil. A partir de Paulo Cesar Silva (2014) e Reinaldo Silva (2006), podemos observar que o processo de formação do município de Goianésia do Pará se deu de forma multicultural, com pessoas vindas de várias regiões onde os primeiros moradores “foram os goianos e os mineiros, que mais tarde foram engrossados por capixabas, paulistas e outros que também vieram com a mesma intenção, “conquista de terra” (SILVA, 2006, p.13). Podemos perceber que essa conquista da terra em Goianésia se deu de forma violenta assim como em muitos lugares em todo o estado como podemos observar em Reinaldo Silva (2006)

Devido à pressão de fazendeiros e de grileiros de terras, utilizando-se de vários mecanismos, desde ameaças e intimidações até ataques de pistoleiros armados. Isso fez com que esses grupos se encaminhassem para áreas da PA-150, aberta nos anos de 1977/78, entre Morada Nova (PA-70) e a estrada de Tucuruí (PA-263), ocorrendo vários atritos entre posseiros e fazendeiros; nesse trecho foram surgindo novos povoados, como Nova Ipixuna (km 34), Arraia (Jacundá, km 88) e Goianésia do Pará (km 162) (SILVA, 2006, p.13).

⁴ Devido ainda haver um grande índice de violência e a permanência de alguns fazendeiros da época no município estes moradores por serem bem conhecidos na região pediram para não serem identificados.

Em meio a esta situação de violência surge Goianésia do Pará, situada no sudeste paraense, às margens da rodovia PA – 150, onde mais tarde com a abertura da PA – 263, é atraído um fluxo migratório ainda maior para essa região em busca de trabalho. Em pouco tempo, a terra disponível ficou escassa gerando alguns conflitos pela posse da terra. Como podemos identificar através da cultura local em um cordel escrito pelo cordelista R.M.M⁵, intitulado *Chacina de Goianésia: o sangue dos mártires clama por justiça*:

Ó senhor Deus nas alturas
dai-me Santa inspiração
para descrever em versos
essa triste narração
dos Mártires João Ventinho
Clezinho e Sebastião

Todo mundo acredita
Que o homem traz uma sina
Mas a miséria não vem
Pela vontade Divina
São coisas premeditadas
Feita por mãos assassinas

O caso que eu refiro
É uma narração notória
Descrevo a todo público
Para gravar na memória
A lamentável tragédia
Que vai ficar na história

Sebastião era um homem
Já de cabelos grisalhos
Que tanto peregrinou
Em busca de um agasalho
Sempre manteve a família
A custa do seu trabalho

Era nato maranhense
Nasceu naquele chão nobre
Era pai de nove filhos
Assim o fato descobre
Ao lado de sua esposa
Sempre viveu como pobre

⁵ Utilizo abreviatura do nome do cordelista devido conter formas de denuncia no cordel, o que pode comprometer o autor.

Observe que neste relato os protagonistas são pessoas nordestinas que vieram em busca de melhores condições de vida através da conquista da terra, chegando aqui encontraram uma realidade totalmente diferente da esperada.

Em outro trecho podemos perceber o tamanho da violência agrária que se instaurou no município desde o início, e até nos dias atuais é possível ver suas consequências.

[...]

As mulheres Assombradas
Correndo na mata fria
Rompendo Cipó e Espinhos
Clamava dona Maria
Cortava seu coração
A cada tiro que ouvia

No soar da Explosão
Chegava ao seu ouvido
A triste separação
Do seu filho querido
Era o último adeus
Do seu saudoso marido

Chegando em Goianésia
Já de goela rouca
Clamava entre soluços
Sem poder calar a boca
A roupa toda rasgada
Que parecia uma louca

Ela dizia sem consolo
Aqui não posso ficar
Dos meus filhos eu não sei
Quantos tem mortos por lá
E pegando um transporte
Foram para Jacundá

Os moços apareceram
Causou admiração
Roupas furadas de bala
Mas o corpo estava são
E lá ficaram sem vida
Clezinho e Sebastião.

Como já citado anteriormente, no fim da década de 1970 aparecem novos imigrantes vindos principalmente do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Goiás e Espírito Santo. Cada pessoa trazia seus sonhos e esperanças de possuir sua terra e poder sustentar sua família. De início o povoado foi constituído por 12 barracos construídos à beira da PA – 150, já com a instalação das firmas que trabalhavam na abertura da PA – 263

(estrada que liga a PA – 150 à barragem de Tucuruí) e da SETENCO⁶ que implantava as linhas de transmissão. Esse número se intensifica ainda mais, e os acampamentos que serviram de canteiros de obras, foram transformados em povoações, assim como foi o caso de Goianésia do Pará, podemos elencar o surgimento de outros municípios como: Abel Figueiredo, Rondon do Pará, D. Elizeu, Bom Jesus do Tocantins e outros.

Podemos perceber a partir de Silva (2014) por meio das memórias de histórias de vida de moradores que o município aumentou o seu fluxo em 1974. Muitos moradores se firmaram na área, encontrando grandes dificuldades de permanência na terra, necessitando muitas vezes arriscar a sua própria vida e a de seus familiares.

O nome Goianésia foi criado a partir do pedido de um fazendeiro da região de nome Anézio Guerra⁷ que devido a situação de acampamentos na área de terras gerando conflitos, foi obrigado a recuar e acabou cedendo grande área de sua propriedade para assentamento das primeiras famílias que aqui chegavam em fins das décadas de 1970, e assim ficou como Goianésia do Pará em homenagem a sua terra natal Goianésia do Goiás.

Após muitas lutas por sobrevivência, seja por questões de violência ou por doenças que havia muito no início da construção da cidade, Goianésia torna-se município com a Lei Estadual nº 5.703, de 13 de dezembro de 1991, e instalada em 01 de janeiro de 1993. Antes a vila pertencia ao município de Rondon do Pará.

A cidade cresceu muito nos últimos anos em decorrência a proximidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí⁸. São dezoito vilas e nos últimos anos algumas “invasões” podem ser observadas ao longo das vias de ligação com outras cidades da região do entorno da UHE. As principais vilas do município são: Pitinga, Vila Aparecida, Jutuba, Janarí, Porto Novo e São Benedito.

⁶ Setenco Serviços Técnicos e Construções Cíveis LTDA, empresa responsável pelas linhas de transmissão, na época da construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí.

⁷ Sr. Anézio Guerra, imigrante goiano natural da cidade de Goianésia de Goiás. Dono da Fazenda Baronesa. O Sr. Guerra doou as terras de sua propriedade e organizou a ocupação dos colonos, nomeando a vila recém-formada de "Goianésia" (em homenagem à sua terra natal). A vila Goianésia era formada por somente 12 casas em sua fundação.

⁸ De acordo Reinaldo Silva a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), a maior usina hidrelétrica do planeta, construída em uma área de floresta tropical úmida, trouxe uma gama de modificações, principalmente o crescimento demográfico regional, contribuindo para escrever uma nova página na história do chamado “desenvolvimento regional”, estrategicamente pensado e articulado pelo governo militar brasileiro em parceria com o Grande Capital. A UHT, como parte integrante de funcionamento do PGC, serviu, a princípio, como imã de atração de força de trabalho para a parte oriental da Amazônia brasileira (microrregião de Tucuruí), pois sua construção ensejou a mobilização de grande quantidade de trabalhadores de outras regiões do país à procura de oportunidades de trabalho (Silva, p. 27, 2017)

De acordo com os dados obtidos no Data Social - portal que disponibiliza dados e indicadores para a preparação de diagnósticos, e o monitoramento das políticas do MDS⁹, a população total do município de Goianésia do Pará em 2010 era de 30.436, sendo que 6.017 correspondente a 19,8%, que viviam na extrema pobreza, e desta população 3.029 viviam no meio rural, e apenas 2.988 viviam no meio urbano. O que se pode detectar é que no meio rural está a maioria da população em extrema pobreza, ou seja, há uma contradição muito grande com relação a vida urbana e rural.

No setor rural se houvesse investimentos por parte do poder público no incentivo da agricultura familiar haveria menos pobreza, porém sabemos que são poucos os governos que se preocupam com o setor rural, muitos dos trabalhadores rurais não têm estradas para escoar a produção, não se tem políticas públicas voltadas para que os trabalhadores permaneçam na terra com dignidade. Muitos vivem em condições precárias, sem acesso à educação e condições de fazer a plantação de produtos alimentícios para o sustento de sua família.

Segundo dados obtidos do site do IBGE em outubro de 2020 e Portal da Transparência, há uma estimativa populacional no município de Goianésia de 41.081 habitantes. Dentre a faixa etária de extrema pobreza é notável que uma grande quantidade dos jovens e adolescentes vivem nesta situação de miséria, sendo 2.042 jovens entre 18 a 29 anos e um quantitativo de 1.366 de 6 a 14 anos. É preocupante a quantidade de jovens e adolescentes que vivem nessa situação de risco, pois poderá acarretar em sérios problemas sociais além dos já existentes.

Sabemos que é de fundamental importância o incentivo à permanência destes jovens na educação, porém como esta situação de extrema pobreza, dificulta a permanência desses jovens na escola, havendo desta forma um alto índice de analfabetismo da juventude. É o que pode ser observado nos dados do IBGE de 2010:

No município havia 562 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 91,6% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 88 crianças fora da escola (27,4% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 102 (7,4%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 203 estavam fora da escola (45,6% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária), (IBGE, 2010).

⁹ O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) foi responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no país. Foi também o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

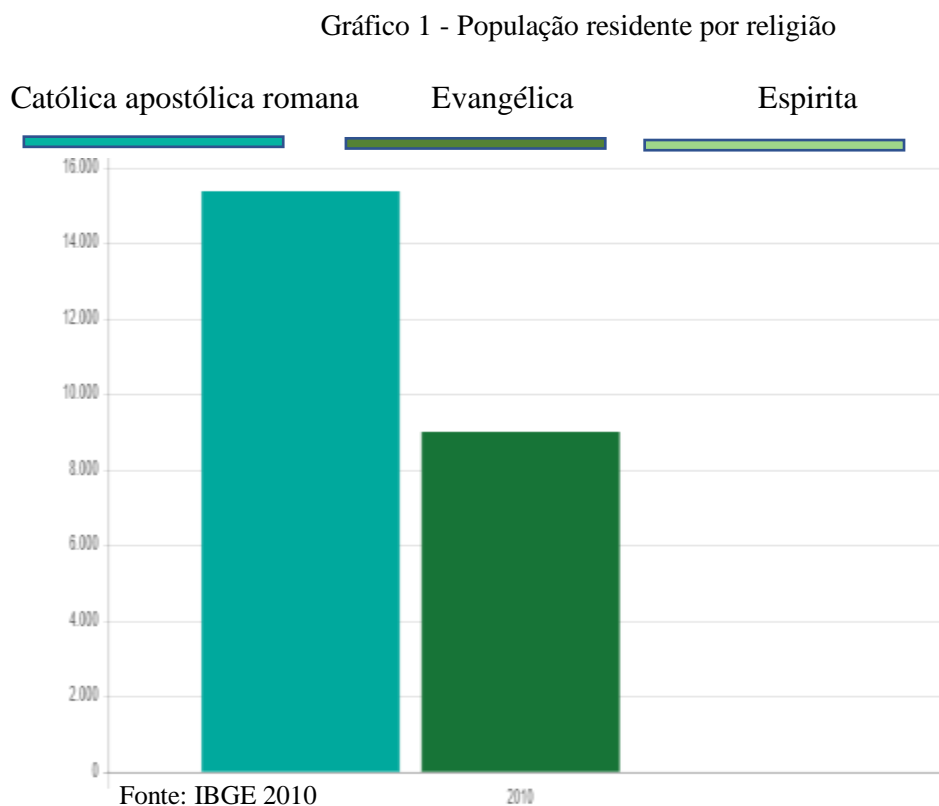
Com relação ao gênero, segundo os dados obtidos no Data Social, além de informações de contexto social, demográfico e econômico de municípios, estados e regiões do Brasil - o total de extremamente pobres no município, de acordo com o IBGE 2010 são de 2.895 mulheres (48,1%) e 3.122 homens (51,9%), porém o que se pode observar é que com estes dados não se pode afirmar que as condições femininas neste município melhorou ou que saíram do processo de vulnerabilidade, uma vez que se pode levantar a hipótese de que há mais homens do que mulheres, para isso seria necessário uma pesquisa atual voltada para esta discussão

Já com relação a cor e raça o que se pode observar é que ainda hoje se tem no imaginário social e nas relações interpessoais, o preconceito de se auto identificar enquanto negro, utilizando os termos que o próprio IBGE se apropria para designar a etnia negra como pretos e pardos. Sabemos que esta rejeição não é de agora, é desde o período colonial e as consequências da escravidão e racismo estrutural não-superado, assim, observa-se claramente o que está por traz da negação da sua própria cor/raça e a desqualificação dos negros. Podemos observar nos dados do IBGE de 2010 a seguir: 203 pessoas se classificam como amarela, 46 como indígenas, 5.877 se classificam como brancos, 2.370 se declaram pretos e 15.428 pardos. Outras 6.512 pessoas não declararam nada.

A população de Goianésia do Pará em sua maioria é negra e, mesmo assim há uma invisibilidade no meio social no que se refere a valorização da identidade e religiosidade negra, e muitos não são reconhecidos e não se identificam enquanto negros. Contudo, sabemos que a construção social de inferioridade do negro na sociedade brasileira vem desde a formação da sociedade com o processo de escravidão. Sabemos que as diversas leis e políticas públicas criadas em todo o período não foram desenvolvidas especificamente para combater as desigualdades raciais, e sim para beneficiar uma pequena elite branca na sociedade, pois mesmo com o fim da escravidão os negros continuaram exercendo os mesmos tipos de trabalhos, sem remuneração, sendo discriminados e vivendo em um ambiente de miséria, (FLORESTAN, 1975).

Na cidade podemos perceber a partir dos dados do IBGE novamente, que a religião predominante é o cristianismo com a maioria de católicos e em segundo lugar os evangélicos, e uma pequena parte da população de espíritas. Quanto à religião afro-

brasileira não há identificação de acordo com o IBGE de 2010, como podemos identificar no gráfico abaixo:



É sabido que no município de Goianésia tem dois Terreiros de Umbanda que ficam localizados nos bairros periféricos da cidade. Como acontece na maioria das cidades, o município não tem registro e não há nada nas redes sociais sobre as religiões de matriz africana. O senhor D.C. praticante da religião afro em Goianésia, declarou que frequenta o Terreiro desde a adolescência e participa de todas as programações. Também passou pelo processo de iniciação na religião e é frequentador assíduo. Apesar de sofrer preconceitos por parte de algumas pessoas no município é praticante assumido, conta que no início foi difícil teve receio mais que hoje não se importa e não sente mais vergonha de pertencer a religião.

2.1 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO MUNICÍPIO E A INVISIBILIDADE DA CULTURA NEGRA

O município de Goianésia do Pará é formado a partir de uma diversidade cultural que resulta em uma riqueza de conhecimentos, mas também conflitos em alguns

momentos. Os conflitos étnico-raciais, as imposições culturais, sobretudo eurocêntrica, presente nos conflitos agrários, no campo. E a educação também atingida por esta imposição e usada para a “divulgação de uma cultura homogênea que tem por objetivo silenciar vozes, cores, crenças, saberes e sensibilidades”, (CANDAUI, 2011, p. 242).

Goianésia do Pará é um município não muito diferente dos demais, possui suas crenças e tradições, sua forma peculiar de expressar a cultura local. Apresentamos algumas formas de manifestações culturais presentes no município, trazendo a forma de agir e pensar da população tanto nos aspectos culturais e sociais quanto no religioso a partir de suas tradições, para se ter compreensão da dinâmica das relações socioculturais da cidade.

2.1.1 Romaria da Libertação

Podemos identificar no município uma das maiores manifestações culturais religiosas, a Romaria da Libertação, que acontece todos os anos no dia 17 de setembro, e esta data é feriado municipal. No ano de 2020, apesar da pandemia de covid-19, foi realizado no local do memorial da Romaria uma missa campal em três momentos diferentes para evitar aglomerações em comemoração à 38ª Romaria.

O nome Romaria da Libertação foi dado a partir do protesto que foi organizado pela igreja católica dois anos depois da chacina de uma família ocorrido na região de Goianésia do Pará em 1980. O episódio é narrado em Cordel por Rafael Mendes Macedo, morador antigo do município, e por outros moradores da cidade. Esta é uma história que passa de geração em geração e é vivenciada a cada Romaria da Libertação.

Esta Romaria foi intitulada e reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado, reconhecida através da Lei 7.375 de 6/01/2010. Para o evento há Caravanas de carros, ônibus, motos, cavalos - de comitivas das fazendas próximas -, com peregrinos e romeiros vindos de localidades próximas que chegam a todo instante na cidade durante o período que antecede e no dia da realização do evento.

A Romaria da Libertação é conhecida em todo o estado e regiões, pois a cada ano que passa aumenta o número de romeiros que vem de várias partes do estado e do país. Esta Romaria começou como forma de manifestação popular contra o massacre cometido a uma família na década de 1980, no qual duas crianças foram queimadas vivas e sua mãe violentada e esfaqueada e jogada no fogo que queimava suas filhas. Um crime bárbaro

que chocou a todos os moradores da cidade. A mulher sobreviveu ao terror vivido, porém os demais membros de sua família não.

No dia 16 de setembro de 1980, o grupo de Aragão seguiu num carro com a intenção de roubar, pois já conhecia a vítima. Era o senhor Vicente com sua esposa Delcimar, um ajudante chamado François e suas duas filhas, Elineuza e Elizabete, a primeira tinha quatro anos e a segunda um ano e quatro meses. O destino da família era Castanhal, onde iriam negociar na festa agropecuária, pois Vicente era vendedor ambulante (camelô) e estava com o carro, uma Belina, lotado de mercadorias. (SILVA, 2014 p.39)

Esta história é contada também na obra do cordelista Rafael Macedo:

Vou narrar um caso triste	Grandes horrores sofreu
Que na mídia se reflete	Por um soldado assassino
A morte de duas crianças	Aragão o nome seu
O que a mim me compete	
Descrever o sofrimento	Manoel Dias Aragão
De Elineuza e Elizabete	O seu nome Verdadeiro
	Aragão nome de guerra
Eu peço sabedoria	Deste crápula traiçoeiro
A Divina Majestade	Assaltante criminoso
Para falar deste Massacre	Protetor de pistoleiro
Contando Toda a Verdade	
Praticado por um réu	Um soldado protegido
Um gênio da crueldade	Num sistema autoritário
	Por todos os seus comandantes
Foi no ano de 80	Este ente ordinário
Que este caso se deu	Mandaram pra Goianésia
Quando uma família inteira	Com título de comissário

O massacre ocorreu em setembro de 1980 e dois anos depois, no dia 17 de setembro, mais de 300 pessoas se reuniram para celebrar uma missa no local da chacina, dando início à Romaria da Libertação, que ocorre até os dias de hoje. Na cultura religiosa do município, as duas meninas, Elizabete e Elineuza, teriam virado santas. E tudo começou como forma de protesto.

Vicente Justo, sua mulher Delcimar, suas filhas Elizabete, de quatro anos, e Elineuza, de um ano, e um amigo da família, foram vítimas de um terrível crime. O pai, o amigo e as crianças foram brutalmente assassinados por policiais e seus corpos foram encontrados carbonizados. A mãe das meninas foi a única sobrevivente da chacina. Segundo relato de Delcimar, Vicente ia de carro para uma feira agropecuária com a família e um amigo. No caminho, parou para dar assistência a um outro veículo, onde estavam o soldado Aragão e mais dois homens. Nesse momento, Vicente e o amigo foram mortos a tiros.

Em seguida, Decimar e as duas meninas foram levadas pelos homens para Goianésia. A mãe ficou sob o poder de Aragão, que a estuprou na frente das duas filhas. Depois todas foram esfaqueadas e jogadas sobre uma fogueira. Por milagre, a mãe sobreviveu para denunciar os fatos. (Inventário da oferta turística de Goianésia do Pará, 2014)

A Romaria atrai milhares de fiéis todos os anos que vem demonstrar suas devoções e a cada ano cresce o número de fiéis. Este ano de 2020, oficialmente não houve a Romaria, mas foi realizada, em três momentos diferentes, missa campal no local do memorial em comemoração 38ª Romaria. Veja algumas imagens abaixo da Romaria da Libertação de 2018 e 2019.

Ilustração 2 - Memorial Santa Elineuza e Elizabete



Fonte: Repórter Edson Rios, 2018

Ilustração 3 Romaria da Libertação 2018



Fonte: CNBB NORTE, 2018

Ilustração 4 - Romaria da Libertação 2019



CNBB NORTE 2, 2019

2.1.2 Festival Cultural Junino

Outra manifestação cultural presente no município é o Festival Cultural Municipal que ocorre no mês de junho, com apresentações culturais com a participação de alunos

das escolas municipais e particulares e de grupos de rua. Há competições dos Grupos Culturais nas modalidades danças/ quadrilhas que é realizado em conformidade com as normas estabelecidas e regulamentadas. Participam deste festival grupos culturais do município (Zona Rural e Urbana) para fins de concorrência a premiação, e demonstração de habilidades culturais.

Além das danças, também são apresentadas a gastronomia local, afim de valorizar a culinária do município e região. Temos ainda a apresentação de artesanatos, além do concurso intermunicipal de Quadrilhas e Danças, envolvendo grupos culturais de outros municípios. Geralmente a cidade fica em festa por 3 dias. O evento acontece no ginásio do município. O último festival, o 13º Festival de Goianésia do Pará ocorreu em 2019 entre os dias 12 de 15 de junho.

No município de Goianésia, desde o mês de março, começam a se pensar na organização do festival junino. As escolas começam a formar os grupos de alunos para ensaiarem as quadrilhas, os alunos que participam são de vários períodos e faixas etárias. Tem a competição mirim de danças e quadrilhas que é organizado pelas escolas do ensino infantil, a disputa entre as escolas do ensino fundamental de 1º ao 5º ano, e a competição das escolas de 6º ao 9º ano, também com variadas danças culturais como: carimbó, xaxado, forro, dança afro, dança do ventre, dança da fita e as tradicionais quadrilhas e rainhas caipiras. Na última noite ocorre a disputa de quadrilhas de rua com os jovens e adultos do município e participação de outros municípios.

O festival junino é organizado pela Secretaria de Educação Cultura e Desporto (SEMECDEL). Nesse período, vários moradores e também representantes das escolas se inscrevem para montar barracas de comidas típicas para vendas, movimentando a economia local. O cardápio é variado, sendo vendidos diferentes tipos de comidas, principalmente comidas típicas, não só paraense, mas também de outras regiões, como, por exemplo vatapá, tacacá, açaí, acarajé, “nega maluca”, manguão, chá de burro ou mingau de milho, pamonha doce e salgada, galinhada, entre outros. Muitas pessoas veem este momento como uma forma de melhorar a renda da família.

Durante a festa há um momento de apresentação dos pratos típicos e muitas escolas participam também destas apresentações, este momento envolve a comunidade nas apresentações, com suas diversas culturas.

Ilustrações 5 e 6 - Ginásio Municipal, organizações do local do evento



Fonte: pagina do facebook da prefeitura, 2019

Ilustração 7 - Miss caipira 2019



Fonte Facebook prefeitura

Ilustrações 8, 9 e 10 – Apresentações dos alunos do Ensino Fundamental, em danças diversas.



Fonte: facebook prefeitura

2.1.3 Festejo Padroeiro da Cidade: São João Batista

No mês de junho há também as comemorações do padroeiro da cidade, São João Batista. Esta comemoração é organizada pela Igreja Católica com apoio da prefeitura municipal, sendo o dia 24 de junho decretado feriado municipal em homenagem ao santo padroeiro da cidade. O festejo é uma manifestação cultural religiosa, comemorada com a Santa missa e em seguida a festa popular, levando de dois a três dias com o arraial da Igreja.

De acordo com o senhor R.M.M morador antigo e praticante católico, o padroeiro da cidade é São João Batista devido a primeira comunidade católica de Goianésia receber o nome de Comunidade São João Batista e pertencer a paróquia de São João Batista de Jacundá que também tinha o mesmo nome. A comunidade de Goianésia foi construída pelos padres e missionários da Congregação Oblatos de Maria Imaculada e todos os anos passou a ser realizado o festejo de São João Batista.

Com o passar dos anos houve a troca de congregação, saíram os Oblatos e entraram os Diocesanos, e a comunidade tornou-se paróquia, só que com outro nome: Paróquia Santa Maria. Em 2002, a explicação dada pelo pároco, é que na mesma diocese não poderia haver duas paróquias com o mesmo nome. O pároco era devoto de Santa Maria e por isso deu o nome de Paróquia Santa Maria. Mesmo assim permaneceu o festejo no mês de junho de São João ainda padroeiro da cidade. Segundo M.R.M, passou a acontecer em maio o festejo a Santa Maria.

2.1.4 Outras manifestações culturais que movimentam parte da população

a) Vaquejada

No mês de julho acontece a vaquejada, no Parque de Exposições a 3km da sede do município. São 4 dias de evento, com competições e shows de bandas regionais. Assim, na Vaquejada as pessoas participam de uma competição no qual dois vaqueiros montados a cavalos em parselham o boi até as duas faixas determinadas onde o boi deve ser derrubado.

Observa-se que esta cultura é tradicional do Sul e Centro-oeste, mas por termos uma cidade com diversidade regional e cultural, este evento é realizado no município, organizado por um morador em conjunto com o Sindicato dos produtores rurais, com o apoio da prefeitura municipal. Esse evento movimenta a economia do município, posto que recebe muitas pessoas dos municípios vizinhos que se hospedam nos hotéis da cidade e no município a base econômica produção de carne, leite, cereais e madeiras beneficiada e semi-beneficiadas. Devido a Pandemia em 2020 não houve a vaquejada.

b) Dia da Consciência Evangélica

O município comemora também no dia 30 de novembro, o dia da consciência evangélica ao qual é decretado feriado municipal a partir da Lei Municipal 610/2015. As igrejas evangélicas realizam neste dia cultos e shows gospel na praça da bíblia de Goianésia do Pará com o apoio da prefeitura. Este feriado foi decretado através de um projeto da câmara de vereadores que no momento em sua maioria eram evangélicos incluindo o prefeito, foi aprovado e decretado feriado. Um fato interessante é que desde a emancipação do município os representantes políticos executivos e o legislativo são evangélicos.

Desta forma o município se volta para a valorização da cultura cristã dando apoio político e financeiro para as manifestações religiosas, enquanto que para as manifestações religiosas de origem afro são invisibilizadas na sociedade Goianiense. Assim identificamos que no município de Goianésia do Pará, está presente, uma cultura eurocêntrica pautada nos valores do cristianismo, uma vez que se tira um dia específico para o dia da consciência evangélica e sua divulgação e valorização, e discrimina a cultura negra presente na localidade, como os locais de cultos da religião afro e as pessoas que praticam, contribuindo para a invisibilidade da identidade negra.

c) Feira Municipal

Temos ainda a Feira municipal que ocorre todos os sábados no mercado municipal, com produtos dos agricultores e assentamentos e acampamentos do município, com incentivo da agricultura familiar e produtores rurais. Essa feira foi criada em 2014, no mandato do prefeito Russo que havia se comprometido em campanha eleitoral com os agricultores para a criação da feira, e condições de escoamento do produto, no final do terceiro ano de mandato em 2015 e início do quarto mandato em janeiro de 2016 o prefeito foi assassinado, porém a feira permanece ativa.

d) Festa do Dia do índio

Os grupos indígenas da região fazem anualmente a Festa dos Índios no dia 19 de abril, que segundo informações retiradas do documento Inventário de Goianésia (2014), os dois grupos Ararandeuá e Surubju se reúnem “para comer peixe e caças (paca, tatu, anta e outras), jogar bola, beber e conversar, e celebram com cantos e danças. A festa começa pela manhã e vai até a noite. Brancos participam apenas se forem convidados” (Inventário Goianésia do Pará, 2014, p46). A festa não é divulgada e não se tem maiores informações até mesmo pelo difícil acesso aos grupos. Há uma infraestrutura e de transportes precários.

Sobre as manifestações de matriz africana na cidade, sabe-se que ocorre uma grande Festa da Mariana e uma outra festa no final do ano, porém as pessoas que frequentam os Terreiros preferem não se identificar, por medo de sofrerem preconceitos. Como sabemos, há uma carga de preconceito muito grande com relação aos Terreiros no município. Quando as pessoas se referem ao Pai de Santo de um desses espaços religiosos é tratado com indiferença por muitos moradores do bairro e da cidade. São usados termos pejorativos ao se referirem ao líder da Umbanda.

No município não ocorre nenhuma manifestação cultural e religiosa afro que receba o apoio da prefeitura e munícipes. As manifestações religiosas de matriz africana ocorrem sempre de forma discreta, quase que invisível. Mesmo com toda essa carga de preconceito aos eventos dos terreiros, eles são realizados, mostrando que a cultura afro está presente no município, até mesmo porque a maioria da população do município é composta por negros como mostra o IBGE de 2010, quando 11.371 se identificam como pretos e pardos, fora as pessoas que não se identificaram. Muitas pessoas participam dos festejos afro de forma discreta e não assumem a sua identidade por medo do preconceito.

É notório por parte de toda a comunidade a prática da intolerância religiosa que ocorre no município, principalmente por parte do poder municipal que do incentivo a valorização da religião cristã e exclui a religião afro no município negando a visibilidade desta religião e demais cultura.

2.2 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA

O Sistema de ensino do município de Goianésia do Para é composto pela rede pública municipal e estadual e particular, havendo apenas uma escola particular que oferece a educação infantil e ensino fundamental. Já a pública atende ao setor urbano, rural e zonas de ilhas (ribeirinhas). No setor urbano as escolas oferecem o ensino regular desde a educação infantil até o 9º ano e Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas escolas do meio rural e ribeirinhas oferecem salas multisseriadas¹⁰ de 1º ao 5º ano.

Desse modo, o município totaliza 44 escolas municipais da educação básica divididas em 04 escolas urbanas de Educação Infantil, 07 escolas urbanas do Ensino Fundamental anos iniciais, 02 escolas urbanas de Ensino Fundamental anos finais e Educação de Jovens e Adultos, e 31 escolas rurais que atendem a Educação Infantil e Ensino Fundamental de 9 anos no formato multisseriado. Destas, 04 são escolas polos rurais que atendem a educação infantil, ensino fundamental de 09 anos e EJA. Há 1 escola estadual de ensino médio no setor urbano.

De acordo com dados obtidos na proposta curricular municipal de Goianésia do Pará, que consta os dados do último Censo Escolar (2019), houve matrículas de 1.311 alunos na Educação Infantil; 3.304 alunos no Ensino Fundamental – anos iniciais, 2.901 alunos nos anos finais. As 31 escolas da área rural estão distribuídas em 05 (cinco) polos:

¹⁰ São salas com alunos de diferentes idades e níveis educacionais.

Vila Nossa Senhora Aparecida, 01 escola polo e 06 escolas anexas; Vila Janari, 01 escola polo e 5 escolas anexas; Porto Novo, 01 escola polo e 3 escolas anexas; Pitinga e Cinco Irmãos com 02 escolas polos e 6 anexas.

De acordo com o IBGE 2010 a taxa de escolarização no município de Goianésia do Pará de 6 a 14 anos de idade é de 93,6% e de acordo com QEdu.org.br¹¹. dados do Ideb/Inep¹² (2019). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), dos anos iniciais do Ensino fundamental da rede pública em 2017 foi de 4,5 não havendo alterações no IDEB em 2019. Dos anos finais foi de 3,2 em 2017 e em 2019, 3,4, também não havendo muitas mudanças. Percebe-se que houve uma estagnação na educação do município em comparação a meta projetada para o município no ano de 2019, pois nas séries iniciais a meta era de 5,0 e nos anos finais a meta do município a ser alcançada era de 4,8, nenhuma das metas foram alcançadas, trazendo uma visão negativa para o município com relação ao campo da educação.

As matrículas no ensino fundamental em 2018 foram 5.737, já no ensino médio foi de 1.195. O número de docentes no município de Goianésia no ensino fundamental ainda em 2018 foram 293 e no médio 33 docentes. Número de escolas do ensino fundamental em 2018, 43 escolas e 1 de Ensino Médio.

A partir do Plano Municipal de Ensino de Goianésia do Pará, (PME) que foi criado em 2015, na Conferência Municipal de Educação na gestão da Secretária Maria Odete Macedo Alencar (PT), podemos observar como missão da educação do município de:

Ofertar e assegurar uma educação pública de qualidade, pautada na gestão democrática e participativa, garantindo a universalização do acesso a todos os cidadãos visando a construção de sua autonomia para que possa tomar decisões compartilhadas e comprometida, tornando-se assim crítico e participativo na sociedade. (PME, 2015, p. 34)

No entanto, para se ter uma educação de qualidade é necessário pensar na educação das relações étnico-raciais. E no PME do município não consta metas muito menos proposta de se trabalhar a história e cultura do povo negro, alunos continuam a margem desta discussão de uma educação que seja de fato inclusiva.

¹¹ É um portal aberto e gratuito, onde você irá encontrar informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. No QEdu, você encontra diversas informações obtidas de fontes oficiais do governo brasileiro, como a Prova Brasil, o Censo Escolar e indicadores especiais do Inep. (academia.qedu.org.br/como-usar/navegue-no-qedu/o-que-e-o-qedu/)

¹² Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. (portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb).

Foi ainda nessa gestão, em meados de novembro de 2015 e aprovado em janeiro de 2016, que se criou e regulamentou em Lei Nº 625/2016 o Departamento de Acompanhamento e Apoio à Inclusão (DAAI), composto por uma equipe multidisciplinar, cuja função é detectar, diagnosticar e intervir em situações que envolvam problemas de aprendizagem. O departamento é responsável para dá suporte as escolas do município no setor urbano e rural as salas multifuncionais.

Em pesquisa realizada sobre a educação especial em Goianésia, “Táticas Produzidas na trajetória das professoras de Educação Especial de Goianésia do Pará – PA”, Souza (2018) aponta que nem sempre existiu a preocupação com a educação especial no município, pois somente em 2002 chegou no município a necessidade de um novo olhar para esta discussão, pois começaram a surgir a necessidade de atendimentos mais adequados aos alunos especiais, como eram denominados no período.

Desta forma, a sala que funcionava como sala especial na escola de referência do município foi extinta em 2005 (Souza, 2018), e os alunos foram distribuídos nas salas comuns, surgindo uma educação especial diferenciada. Porém, não houve política de formação e as professoras das salas de Atendimento de Educação Especializado (AEE) e demais professores buscaram por formação por conta própria.

Em 2015 foi criado o Departamento de Atendimento a Educação Especial na Secretaria de Educação, esta política deu um ânimo a educação especial, uma vez que facilitaria o apoio a profissionais da educação e famílias com alunos com necessidades especiais. O projeto foi aprovado e instituído o departamento, porém nos últimos anos este departamento não vem atendendo as expectativas de todos, vem trabalhando de forma precária. Pois, com as mudanças de governo, após o assassinato do prefeito Russo no início de 2016, assumiu, o vice e foi tirado do cargo com 6 meses por via judicial, e assumindo o presidente da câmara que ficou por mais 6 meses, e no ano de 2017 a nova gestão do Prefeito Ribamar do MDB que governou os quatro anos. Ambos não deram muita importância a esta política e o departamento não tem recursos para realizar o trabalho como deveria, deixando a desejar em suas atividades realizadas no município.

Na educação municipal, existe de forma eventual, ações e incentivo ao projeto nas escolas da consciência negra que é realizado no mês de novembro pelas escolas. Ocorrem, portanto, as apresentações culturais de origem africana, como danças e culinárias. No ano de 2015, ocorreu essas comemorações unificadas no Ginásio poliesportivo com o incentivo da secretaria de educação, que se tinha a ideia de investir em ações mais consistentes relacionadas a educação das relações étnico raciais. Porém, em janeiro de

2016, ocorreu a morte do prefeito de Goianésia do Pará e devido a conjuntura política a atual secretária que era do PT saiu do governo, pedindo sua demissão. Desde então, não houve mais o evento a nível municipal e muito menos iniciativas de discussões ou políticas educacionais voltadas para a educação das relações étnico-raciais. Assim até o momento é trabalhado a temática consciência negra de forma eventual, sem uma construção de políticas públicas e ações voltadas para uma verdadeira educação da relações étnico-raciais

No município, a partir das diretrizes da LDB 9.394/96 e recomendações do MEC para que se tenha de implantar o próprio Sistema de Ensino, criou-se o Conselho Municipal de Educação (CME) em 2009 através da Lei nº 992/2009, que foi uma conquista da luta dos educadores e Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Goianésia do Pará (SINTEPP), e movimentos sociais e organizações que juntos sentaram com o poder público (Legislativo e Executivo) e criaram um espaço de discussão e para criação do Conselho.

Foi criado em 2013 o Fórum Municipal de Educação (FME) com o decreto número 20, de abril de 2013, com o objetivo de assegurar o princípio da gestão democrática por meio da participação dos atores sociais, na definição, implementação e avaliação das políticas educacionais em âmbito municipal (PME, 2015, p.33), pois o foro é composto por representantes de várias áreas da sociedade civil.

O Fórum é composto da seguinte forma:

Câmara municipal de vereadores de Goianésia do Pará; Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE); Conselho Municipal de Educação (CME); Conselho Municipal do Fundeb (CMFUNDEB); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Secretaria Municipal de Ação Social; Secretaria Municipal de Educação cultura e Desporto (SEMCD); Secretaria Municipal de meio Ambiente; Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP); Secretaria Municipal de Saúde.(PME,2015, p.33)

A secretaria tem ainda Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Educação, Ampliação de atendimento dos alunos da zona rural. Foi construído em conjunto com os professores no final do ano de 2019 e início de 2020. A Proposta Curricular do município de Goianésia do Pará, que não se tinha, era seguida na íntegra a proposta curricular do Estado. O que ocorreu positivamente com a proposta curricular é que as disciplinas de Filosofia e Sociologia no ensino fundamental permaneceram, tendo

agora uma proposta curricular municipal, até mesmo porque há uma professora concursada para sociologia no município.

Podemos observar no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) os programas educacionais do município de Goianésia do Pará, que recebe recursos federais e são de ações do governo federal, implementadas no município: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, (PINATE), QUOTAS – Estadual/Municipal- Salário-Educação que é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988. Abaixo, apresento alguns valores do repasse federal para o Município de Goianésia do Pará.

Quadro 1 - Repasse dos programas do FNDE

Programas	2018	2019	2020
PNAE	820.916,40	806.914,00	614.507,60 até agosto
PDDE	36.940,00	27.420,00	21.900,00
PNATE	261.682,57	314.811,84	274.128,75 até agosto
QUOTA – Estadual/ Municipal	791.209,73	879.830,68	398.873,13
Total	3.821.497,4	2.028.976,52	1.309.409,48

Fonte: FNDE 2020

Observa-se que o município não aderiu a nenhum programa a nível federal voltado especificamente para a educação especial e para a educação das relações étnico raciais. Assim como também, não se tem programas municipais voltados diretamente para estas questões. O PME do Município não apresenta nenhum eixo e metas voltadas para a Educação das Relações Étnica Raciais, equívocos cometidos pelos professores e membros envolvidos nas discussões de construção do PME do município de Goianésia do Pará.

Não se pode negar que a Educação de Goianésia do Pará tem seus pontos positivos, que através da categoria de profissionais da educação juntos a sua representação sindical teve muitas conquistas, como a construção do Plano de Cargos Carreira e

Renumeração (PCCR) do município, garantindo concursos públicos e hoje temos boa parte da categoria concursada.

O direito a hora atividade do professor que com muitas lutas foi conquistada, e no período de 2013 a 2016 na gestão da secretária do PT foram cumpridas 1/3 de horas atividades para os professores das series finais, sendo 50% desta carga horária cumpridas na escola e o restante em casa. Os professores da educação infantil e das séries iniciais que tinham uma jornada de 200 horas, cumpriam 100 horas em sala de aula e 100 horas de atividades para planejamento, destas horas atividades 50% eram trabalhadas na escola e 50% em casa devido as escolas não terem estrutura para os professores cumprirem toda a suas horas atividades nas escolas.

Neste mesmo período foi igualado o salário dos professores das series iniciais com os das series finais já que havia discrepância. Os professores graduados da educação infantil e das series iniciais do ensino fundamental, que não trabalhavam com disciplinas especificas ganhavam 50% a menos que os das series finais.

Houve um grande retrocesso com a mudança de governo, como ocorreu em todo o país, em Goianésia não foi diferente, neste atual governo municipal (MDB), houve a retirada de alguns direitos, diminuição do salário dos professores, diminuição de carga horária dos professores de 200 para 150 horas, tendo em média uma perda salarial para os professores e técnicos pedagógicos de R\$ 800,00 a 1000,00.

Uma das ações do governo foi fazer mudanças no PCCR, no qual foi retirada carga horária de professores, redução de salários, os profissionais da educação tiveram perda salarial de mais ou menos 45%. As 100 horas atividades que os professores da Educação infantil e séries iniciais tinham para planejamento foram reduzidos para 1/3, havendo o descaso de forma geral com a educação. E conseqüentemente, com as demais áreas.

Como mencionado anteriormente houve a criação do DAAI, mas que atualmente não se tem muitos trabalhos realizados, pois este departamento deixa muito a desejar, muitas vezes por falta de investimento e incentivo ao processo de uma educação inclusiva, como também não se tem projetos para a Educação das Relações Étnico-Raciais, mesmo porque não há interesse do governo municipal em promover discussões sobre as questões raciais no município, muito menos investir na educação para o combate ao racismo nos espaços escolares e sociedade em geral. Desta forma não há políticas e projetos permanentes voltados para a educação das relações-étnico raciais, como também não há o mínimo de interesse do poder municipal em criar políticas públicas de saúde, assistência e cultura voltado as crianças e jovens negros no município de Goianésia do Pará.

3 IDENTIDADE NEGRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo, trataremos das discussões e reflexões acerca da identidade negra e das políticas públicas e educacionais que respaldam essas reflexões no espaço escolar. Em especial, deteremos nossa reflexão acerca do que dispõe a Lei 10.639/03, que trata da inserção do ensino da história da África e afro brasileira no currículo de História, Artes e Ensino Religioso, salientando a importância de ações que viabilizam a discussão e inserção desta temática no currículo escolar. Ressaltamos também a necessidade da expansão dessa temática as demais áreas de conhecimento. Em Goianésia, por exemplo, trabalhamos as questões abordadas na referida lei também na disciplina de Sociologia, uma vez que no município de Goianésia do Pará, essa disciplina inclui a parte diversificada do currículo nas séries finais, 8º e 9º anos.

Para compreendermos melhor as políticas públicas na Educação e o processo de construção de Identidade apresentarei inicialmente uma discussão mais geral do que seja política públicas. De acordo com Celina Souza (2006), não existe um único conceito para compreender políticas públicas:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo viés: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.³ A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (Souza, 2006, p.25)

A partir destas definições podemos observar que as políticas públicas estão voltadas para a economia e sociedade e por consequência estão inter-relacionadas ao Estado, Política, economia e Sociedade. Como afirma Celina Souza (2006, p. 27) “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Isso quer dizer que através das políticas públicas pode haver análise e ação do governo, bem como mudança da realidade e de determinados grupos sociais.

A princípio entende-se políticas públicas como as ações materiais do Estado a fim de atender as demandas da sociedade. Porém, tal posição não exclui que a constituição de uma política pública, como nos diz Giovani (2009, p. 2), se dá “no exercício do poder nas sociedades democráticas, ou seja, resultam da influência mútua entre Estado e sociedade, incluindo as esferas sociais, econômicas e culturais, e por meio dessa interação definem as formas, os conteúdos, os meios e modalidades de intervenção estatal”.

No entanto, Crestani e Oliveira, (2017), observam que a sociedade de bem-estar social é mais visível à promoção de políticas públicas de proteção e promoção social, que leva em conta um conjunto de ações para o desenvolvimento individual e social da população, e que não usa apenas ações assistencialistas. Segundo Castro (2012), a política social no Brasil tem baixa coordenação e grandes desafios, pois não consegue atingir a universalização e integralização, tão pouco garantir completamente a qualidade de bens e serviços prestados à população. Porém, a sua maneira o Estado brasileiro tenta “garantir aos indivíduos o acesso aos recursos e benefícios conquistados pela sociedade em seu percurso histórico” (CASTRO, 2012), como educação, cultura, trabalho, habitação, crédito rural etc., fazendo com que os indivíduos construam a sua identidade e possam viver com um pouco de dignidade. Cabe ressaltar que para Castro,

[...] tais políticas não se apresentam fragmentadas em ações emergenciais ou descontínuas, mas, ao contrário, operam de modo estável e sustentado no tempo, com regras e instituições estabelecidas. Boa parte dos benefícios e serviços tem estatuto de direitos e exigem capacidade instalada, com aplicação diária de recursos materiais, humanos e financeiros em sua produção e provisão, ainda que nem sempre no volume e na qualidade desejados. (CASTRO, 2012, p. 1020).

Para Castro (2012), uma das limitações para uma melhor implantação e prática de políticas sociais é a arrecadação de impostos regressivo realizada pelo Estado brasileiro, isso faz com que as políticas sejam realizadas de forma precárias e em pouca quantidade e qualidade, sem atingir uma boa parte da população. O que pode ser agravada com uma política de austeridade, pois

“em um país ainda tão desigual como o Brasil, tal opção política compromete o papel redistributivo da política fiscal, ao exigir reformas profundas e cortes drásticos nas despesas públicas. Tal como foi pensada a estrutura de gastos públicos na Constituição de 1988, o Brasil é o país que mais reduz a desigualdade na América Latina, por meio de transferências e outros gastos sociais, compensando uma carga tributária perversa, que contribui para amplificar a desigualdade. Portanto, abrir mão desse instrumento redistributivo é optar por uma

sociedade cada vez mais desigual e segregada, destituindo o acesso da população a direitos sociais básicos.” (Fundação Friedrich Ebert, 2018 p. 07)

A análise que segue pretende considerar que o contexto de desigualdades sociais que marcam a estrutura social brasileira, acentuada com o recorte racial, marca as discussões, avanços e retrocessos da efetivação das políticas de ações afirmativas no Brasil. Considera que o debate sobre cidadania e atuação de diversos atores sociais constituem o processo político que construiu uma agenda de política públicas neste campo nas últimas três décadas.

Podemos identificar ainda uma outra visão de políticas públicas descrita por Farah (2004, p. 47) “como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, que por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública”. Podemos perceber que as políticas públicas por serem mais amplas e consistente, podem promover bem-estar social mais abrangente, mesmo sendo políticas de focalização ou de universalização. As políticas afirmativas estão dentro das políticas focalizadas uma vez que esta tem a função de resgate da solidariedade em função das políticas de universalização não obter o foco que determinados grupos sociais necessitam, pois, as políticas de universalização não há focalização elas tendem a ser neutras e igualitárias. (CARNEIRO,2003)

As políticas públicas são diferentes dos programas de governos que são de realização a curto prazo, podendo os programas fazerem parte das ações de políticas públicas. As relações de gênero e relações étnicas- raciais estão entre as categorias que tanto lutam por políticas públicas. Na sequência, focaremos nossas discussões nas relações étnicas- raciais.

3.1 IDENTIDADE, DIFERENÇA E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA

Para discutir o processo de identidade é necessário compreender também o processo de construção das diferenças, pois estes dois termos têm algo em comum, ambos são produto da relação social e estão interligados, não existe identidade sem haver a diferença. O sujeito se identifica ou é identificado a partir da existência de outros grupos

ou sujeitos, ou seja, existe as diferenças e estas são pautadas para a construção das identidades na sociedade. Partindo de sociedades cada vez mais multiculturais se estabelece a relação de identidade e diferença, e esta relação é pautada na relação de poder como afirma Tomaz Tadeu da Silva (2000).

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 81).

Percebemos que há muito tempo utilizou-se a ideia de diferenças para construção da identidade numa perspectiva de superioridade de culturas ou grupos sociais em relação a outros. No entanto, de acordo com Munanga (2014), na perspectiva multicultural leva-se em conta a luta pelos direitos e o envolvimento de pessoas engajadas nos movimentos sociais, na defesa da justiça e de uma sociedade heterogênea, que valoriza as diferenças para a construção das identidades, respeitando a diversidade, a cultura, tentando manter uma convivência harmoniosa entre igualdade e diferença. Posto que, acredita-se que não existe uma sociedade homogênea e muito menos uma única identidade, uma vez que ela é construída ao longo da vida no processo de vivência em sociedade.

A visão sociológica de identidade de Stuart Hall (2006), é formada “entre o eu e a sociedade”, para ele a identidade se reconstrói na interação com as culturas, construindo as identidades culturais, assim os sujeitos podem assumir diferentes identidades, ou seja, a subjetividade do indivíduo é formada a partir das relações sociais e suas atuações no processo de socialização.

Na concepção de Stuart Hall (2006), mesmo com o processo de globalização as identidades locais não foram destruídas, estas se reinventaram com a convivência dos grupos aos quais se constroem os discursos identitários. Neste processo de globalização, a identidade busca o processo de etnização, ou seja, a valorização dos grupos étnicos e suas culturas e serve também como forma política. Ainda na visão de Stuart Hall a identidade dos indivíduos passa por um processo de transformação podendo o indivíduo assumir

várias identidades, não havendo assim uma identidade única no processo de globalização, é o que podemos identificar abaixo:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que (sic) os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.5).

Ainda no processo de construção de identidade e sua importância temos Bauman (2005), que discute a identidade como necessária a transformação da vida social na era moderna. Faz uma crítica ao processo de globalização e ao uso da tecnologia que acabam afastando os indivíduos das interações sociais que são fundamentais ao processo de construção das identidades no ambiente escolar, onde a maioria dos indivíduos principalmente os jovens, interagem nas redes sociais e não com pessoas reais.

Para Bauman (2005), a identidade como sendo estabelecida no processo de construção social, passa ao longo da vida se redefinindo, a partir dos modos de vida e convivência na sociedade, deixando de ter uma visão de hereditariedade e passa a ser construída ao longo do tempo nas relações sociais. Percebemos também que para o sociólogo, a identidade no mundo moderno passa pelo processo de individualização do indivíduo que transforma tudo em objetos. Ainda, segundo o autor, no que se refere aos relacionamentos é necessário torná-los mais úteis e firmes, só assim estabeleceremos relações mais sólidas e duradouras.

Na perspectiva de construção de identidade étnica temos Moura (2005), que para ela a construção da identidade perpassa pelo processo de aprendizagem no convívio comunitário a partir das práticas culturais, nas quais as “crianças conhecem suas origens, o valor de seus antepassados, construindo perspectivas futuras” (MOURA, 2005, p. 70). Desta forma, pode se pensar esse conhecimento sendo adotado na escola formal, onde os alunos conhecem a história do país e se reconhecem em sua formação étnica.

Ainda na discussão das questões de identidades culturais, principalmente em ambientes escolares, faz-se necessário uma breve discussão sobre memórias coletivas no processo de construção de identidades, e é a partir de Maurice Halbwachs (1992), que traçamos essa discussão, pois segundo ele as lembranças não pertencem a si mesmo, não são individuais, vivemos coletivamente, tanto que quando recorremos a algum fato de

nossas vidas, outras pessoas estão presentes em nossas lembranças. As ideias de Halbwachs influenciaram as discussões de Gomes (2002), mantendo semelhanças nos argumentos quando ela afirma que a identidade é construída no processo de interação com os outros.

Temos também Agier (2001), que faz a discussão de identidade, analisando mais o setor urbano, demonstrando como as identidades urbanas se constroem e a problemática que é definir a identidade, pois estamos sempre em uma relação com o outro, além de o indivíduo ter suas origens regionais e sua rede de relações familiares e extrafamiliares, convive com diferentes culturas. Essas relações sociais e culturais se modificam, ajudando na construção de uma nova identidade, ou fazendo com que surjam grupos identitários que passam a lutar por seus direitos. É nesse contexto de identidades urbanas, culturais e sociais que vivem os sujeitos lócus desta pesquisa. Analisaremos e refletiremos sobre o processo de construção das identidades dos referidos sujeitos.

Desta forma, podemos identificar a partir de Munanga (1999), que o processo de construção da identidade negra no Brasil é perceptível com a mestiçagem ao qual fica visível o processo cultural e de racismo na sociedade, uma vez que:

O mestiço brasileiro simboliza plenamente essa ambiguidade cuja consequência na sua própria definição é fatal, num país onde ele é de início indefinido. Ele é —um e outro, —o mesmo e o diferente, —nem um nem outro, —ser e não ser, —pertencer e não pertencer. Essa indefinição social – evitada na ideologia racial norte-americana e no regime do apartheid –, conjugada com o ideário do branqueamento, dificulta tanto a sua identidade como mestiço, quanto a sua opção de identidade negra (MUNANGA, 1999, p.126)

Diante do exposto faz-se necessário estabelecer no espaço escolar a discussão de desconstrução sobre o termo mestiçagem, ao qual oculta a luta e resistência da identidade negra.

É importante destacar o que Naiade Cristina Mizael e Luciane Gonçalves (2015), ressaltam em seu artigo intitulado Construção da Identidade Negra na Sala de Aula, que discute a invisibilidade dos alunos negros no espaço escolar, e como muitas vezes estes sofrem violência e discriminação em seu espaço, onde deveriam ser acolhidos e respeitados em um processo contínuo de aprendizagem. Para Mizael e Gonçalves (2015) é necessário que:

se construa a identidade na diferença. E na cultura negra, essas diferenças se revelam na história, através da ancestralidade e de suas

tradições, que vão sendo traduzidas, ressignificadas. A identidade negra se constrói na resistência do povo negro contra toda e qualquer forma de discriminação racial, que acaba por criar produtos culturais, como a música, o rap (ritmo e poesia), o qual vai se modificando e cantando o novo contexto, consciente desse pertencimento racial. (MIZAEL, GONÇALVES, 2015, p. 4)

Assim só haverá o reconhecimento da identidade negra, quando houver de fato a aplicação de políticas públicas voltadas para a valorização das diferenças e identidades, e busca do pertencimento do povo negro através de suas histórias para superação da cultura branca sobre a cultura negra, desconstruindo assim o racismo presente em nossa sociedade.

Ainda na afirmação da identidade temos Marta Assis e Ana Canen (2004), que fazem uma reflexão sobre a construção da identidade a luz do entendimento do multiculturalismo, pois este é fundamental no ambiente escolar para a convivência e o processo de construção da identidade. Trata-se de um multiculturalismo crítico que visa a interculturalidade e o desenvolvimento da identidade nesse processo de relações plurais. É a partir das diferenças e na convivência com o ambiente multicultural que se estabelece a identidade em especial a identidade negra. Nota-se ainda na discussão de Marta Assis e Ana Canen, que o desenvolvimento da identidade demonstra algumas “categorias que se destacam nos discursos e nas discussões a seu respeito: cor, raça e etnia” (ASSIS, CANEN, 2004, p. 712).

Com relação a raça, esta categoria a princípio estava relacionada mais ao setor biológico, com a definição das características físicas, separando os indivíduos em grupos distintos. No entanto em meados do século XX com o desenvolvimento da ciência e entre elas a genética e a biologia molecular, surge novas discussões, pautando a não existência das diferenças biológicas entre os indivíduos.

Contudo, o problema não é a definição de raça, na verdade é a ideia de raça usada para promover as diferenças dos grupos enquanto superiores e inferiores, utilizando não só os aspectos físicos como também os psicológicos, intelectuais, morais e culturais, para diferenciar os indivíduos na sociedade, tornando os identificados como brancos, superiores aos demais seres humanos. Assim podemos perceber que a construção da ideia racial está ligada a outras relações multiculturais assim:

Nesse sentido, similarmente aos pressupostos multiculturais, a ideia da categoria racial como construção remete a um outro patamar: ser negro, ainda que possa ter componentes biológicos, não se esgota nesses componentes, mas é parte de uma construção identitária, em que a

identificação racial é também social e culturalmente construída. (ASSIS, CANEN, 2004, p712).

Desta forma, tem-se presente uma nova discussão: a de etnia, que é baseada no processo de construção de coletividade, na qual os indivíduos de um grupo são identificados e se identificam a partir da especificidade sociocultural, portanto a identidade está presente nesse processo de construção sociocultural. Além das discussões de identidade pautadas também no conceito biológico de raça, levando em consideração o fenótipo, temos a visibilidade ao conceito étnico pautado na cultura e social.

Temos também nesta mesma visão de discussão sobre identidade uma outra pesquisadora, Nilma Gomes (2003). Conforme a autora, a identidade negra se constrói ao longo de um processo, desde as primeiras relações no âmbito familiar e se estende as demais relações, que contribui para a construção de visão de mundo inclusive a relação no ambiente escolar. Entende-se por identidade negra, “como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2003, p.171). Ou seja, para construção da identidade é necessário a convivência cultural do sujeito, ou o reconhecimento de sua história para que se veja pertencente ao grupo ou seja aceito pelos membros do grupo.

3.2 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

As escolas são espaços que possibilitam o processo de construção de conhecimento. A função dela deve ir além do simples ensinamento conteudista, nelas as crianças e adolescentes constroem ou desconstroem suas identidades sociais, culturais e até mesmo religiosas, uma vez que as identidades não são construídas isoladamente.

Muitas escolas têm dificuldades em trabalhar a diversidade cultural, as discussões das relações étnicos, isto devido ao processo histórico da sociedade brasileira que construiu no imaginário social uma visão distorcida do negro como um ser inferior (GOMES, 2002). Esta concepção de inferioridade do negro é percebida no interior das escolas, pois estes espaços acabam reproduzindo uma ideologia dominante de discriminação e racismo presentes na sociedade brasileira. Cabe ainda salientar, a partir da visão de Nilma Gomes (2002), a importância da discussão da diversidade e identidade

no espaço escolar sobretudo fazendo parte do currículo e da prática escolar, proporcionando uma educação humanizada, pois:

A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz na produção de práticas, saberes, valores, linguagens técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem. (GOMES, 2008, p.18)

A discussão da diversidade cultural vem ocorrendo desde 1990, tanto no âmbito nacional quanto internacional, e esta discussão se fortalece com os movimentos sociais de caráter identitários, que se apresentam com força e denunciam a discriminação, exigem reconhecimento e valorização de suas especificidades, e também está presente neste momento as produções acadêmicas e as políticas públicas (CANDAU, 2014).

Maria Vera Candau (2014), faz uma reflexão sobre “daltonismo cultural” que representa insensibilidade de percepção do docente em sala de aula com relação as diferentes culturas existentes, que gera muitos problemas em relação a aprendizagem dos alunos. Para a autora, a escola deve promover um processo de ampliação dos horizontes culturais dos estudantes, isto pode ocorrer com uma educação intercultural.

A autora faz uma discussão sobre o multiculturalismo, apontando as visões do movimento multicultural, destacando as diferentes ideias multiculturais, como o multiculturalismo assimilacionista em que está presente a homogeneização da cultura política de universalização da escolarização; o multiculturalismo diferencialista ou monocultura plural que tem ênfase no reconhecimento da diferença e valoriza as diversas identidades. Estas duas visões são as mais utilizadas no meio político e educacional, porém Maria Vera Candau (2008), defende a ideia de um multiculturalismo mais aberto que vise a interculturalidade, pois diminui as áreas de tensão e conflitos identitários.

A interculturalidade crítica questiona as diferenças e desigualdades construídas entre diferentes grupos sociais. Promove a deliberada interrelação entre diferentes sujeitos e grupos culturais; rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais; reconhece as diferenças como elementos da igualdade e incentiva o conhecimento cotidiano dos alunos a serem trabalhados no ambiente escolar.

A questão intercultural no processo educacional não ocorre de forma pacífica. Os movimentos sociais estão presentes em todo o processo de políticas educacionais, forçando sua implementação como no caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997, que incorporou como temas transversais a discussão de pluralidade cultural (CANDAU, 2012). É perceptível nesta visão intercultural com relação a igualdade e diferença que todos têm direitos básicos a vida, sem que percam a sua dignidade. As identidades devem ser respeitadas, as diferenças fazem parte da construção humana e social, não podemos ver o diferente de forma negativa como ocorre com muitos em nossa sociedade.

Assim cabe a escola propiciar o diálogo entre as diversas culturas existentes em seu espaço. Proporcionar a reflexão crítica no processo de aprendizagem através da interdisciplinaridade do currículo, levando em consideração as histórias de vida dos educandos e suas experiências, bem como fazer uma revisão do currículo, levando em consideração a função social da escola.

O processo de alteridade se dá muitas vezes como forma de ver o outro como fonte de todo mal, como ocorreu no Brasil no período colonial, quando muitos foram exterminados e outros foram escravizados, considerados como não-humanos. Ainda nos dias atuais, presenciamos a violência, o genocídio, o racismo, a destruição e dominação de povos considerados inferiores pela sociedade, como os povos indígenas e a população negra, nos diversos tipos de violência urbana e o racismo estrutural que mata cada vez mais os jovens de periferia.

Na educação não é diferente, pois muitas vezes está presente de forma sutil na sala de aula o racismo e diversos preconceitos, quando o aluno é menosprezado por ser diferente, morar em bairros periféricos ou zona rural no caso de Goianésia do Pará, e muitas vezes devido a sua condição social, racial e cultural são rejeitados e tidos como preguiçosos, desinteressados, sem que a escola leve em consideração as suas condições de vidas e motivações que os façam ir à escola.

Maria Vera Candau (2012), afirma ainda que o multiculturalismo crítico reconhece a cultura como conflitiva e a diversidade deve ser reconhecida dentro de uma política crítica e compromisso com a justiça social, ou seja, o educador deve discutir a cultura e diversidade de forma a buscar o reconhecimento e identidades dos sujeitos ou grupos.

A escola deve trabalhar o multiculturalismo de forma integrada, colocando em seu currículo pedagógico, conteúdos e métodos que discutam ações sobre diversidade cultural, relacionando a vivência cotidiana dos alunos, o que podemos

denominar de interculturalismo aberto que tem “um enfoque que afeta a educação em todas as dimensões, favorecendo uma dinâmica de crítica e auto crítica, valorizando as interações recíprocas entre os diferentes sujeitos e grupos culturais” (CANDAUI, 2012, p.45).

Nos espaços escolares é importante também a discussão de racismo afim da desmistificação da ideia de raças no qual os indivíduos são caracterizados por grupos superiores e inferiores baseados nas condições físicas, intelectuais e principalmente pautados nas características culturais e religiosas. Nesse sentido, deve-se debater no ambiente escolar a ideia de raça numa perspectiva sociológica, afim de identificar a valorização das culturas e afirmação das identidades dos grupos, construindo um cenário de valorização e respeito as diferenças.

Para isto, é necessário que haja a discussão sobre o racismo estrutural, fazendo com que os educandos percebam a existência de um “racismo histórico e contemporâneo constitutivo da sociedade brasileira” (SILVA, ROSEMBERG, 2008, p.77). Pois, como aponta os autores, desde o processo de organização da sociedade brasileira é perceptível o racismo estruturado em todas as áreas, desde o processo político, linguístico, educacional e cultural, o negro sempre foi visto como inferior, o incapaz, o subalterno, o pervertido, etc. Percebemos nos dias atuais a luta contra o racismo e a alteração da “imagem do negro” no meio midiático principalmente no livro didático, esta luta veio a partir do Movimento Negro e iniciou-se desde:

O manifesto de lançamento do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1979, passando pelos conselhos estaduais e municipais da comunidade negra, pelo documento entregue à Presidência da República, quando da Marcha Zumbi contra o Racismo, pela cidadania e a vida (1995), até os Seminários Regionais para a III conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia, e Intolerância Correlata, (SILVA, ROSEMBERG.p.110 2008)

A medida que se trabalha o racismo na visão sociológica, buscando a valorização dos indivíduos em seus grupos, nos remonta a discussão do multiculturalismo na perspectiva de reconhecimentos dos direitos a diferença e luta contra a discriminação e desigualdade social, sendo possível o multiculturalismo através da educação desmistificar o mito da imagem do homem negro como estuprador e da mulher negra como promíscua, que há anos foi estabelecida no imaginário social. Além de uma educação para o fortalecimento da identidade negra, valorização feminina e do respeito e tolerância a diversidade.

No entanto, após toda essa luta histórica, ainda se percebe no ambiente escolar as desigualdades nas formas de tratamento entre as crianças e adolescentes negros, que expressam suas culturas de matrizes africanas, a desvalorização e o não reconhecimento destes, enquanto indivíduos que possuem sua identidade, seus valores e costumes, seu jeito de ser e de pensar e são ignorados neste ambiente. Todo esse pensamento e prática escolar vem ocorrendo mesmo após a implementação de ações afirmativas como a Lei Nº 10.639/2003 que tem como objetivo trabalhar a diversidade cultural no ambiente escolar, despertando no educando reconhecimento, respeito à pluralidade, a democracia e cidadania no processo de educação, (Gomes, 2008, p 18).

Passados 18 anos de existência da lei 10.639/2003, esta não está sendo implementada pelas escolas da forma que deveria ser praticada, posto que ainda temos em todo o Brasil algumas escolas que não fazem essas discussões, e que a prática do racismo vem aumentando espantosamente não só no meio escolar como em todos os ambientes da sociedade brasileira.

Se de fato houvesse a implementação desta lei nos currículos escolares durante todo esse tempo já teríamos resultados, na mudança de postura e posicionamento nas relações sociais. Ao contrário, percebemos cada vez mais práticas discriminatórias e resistência para aceitação do outro, bem como compreensão e aceitação do reconhecimento da sua própria identidade cultural e religiosa.

A partir de Kabengele Munanga (2005), percebemos que a nossa educação é eurocêntrica baseado nos costumes e tradições do mundo ocidental, e de forma consciente ou inconsciente reproduzimos o preconceito e discriminação em sala de aula a partir dos currículos escolares.

Desta forma, a história do povo negro deve ser trabalhada no espaço escolar para que todos os alunos tenham conhecimento, afim de que a memória coletiva da história, da cultura e das identidades dos alunos afrodescendentes sejam reconhecidas por todos e não apenas pelo aluno negro, mas que esta memória faça com que os alunos negros se reconheçam e se fortaleçam no espaço escolar e que todos juntos percebam a importância das diferenças na construção do conhecimento, valorizando a diversidade.

De acordo com Moura (2005), deve-se ter o cuidado de como estabelecer no currículo a discussão da diversidade que leve a valorização e construção da identidade e diferenças, pois sabemos que a escola formal trabalha o valor da cultura dominante numa perspectiva de exclusão. O currículo escolar geralmente não dá importância as

experiências dos alunos adquiridas no cotidiano, tenta padronizar o currículo sem levar em conta as diferenças.

Para a autora, a escola tem a função de socialização e de valorizar os direitos humanos, bem como tem também “ainda a função a partir dos valores, especificamente pedagógicos que orientam a sua prática, de ampliar e aprofundar no aluno o seu processo de aquisição de conhecimentos como espaço de escolarização que é (MOURA, 2005, p,75).

Sabemos que para haver uma mudança no currículo não é fácil, principalmente no que tange à educação para as relações étnico raciais, são anos de luta em busca de discussões e debates para uma transformação da realidade ao combate das desigualdades principalmente racial. Podemos perceber algumas mudanças com a inserção das discussões e debates nos programas de formação de professores das universidades como podemos identificar com a pesquisa de Conceição (2018), do curso de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará (UFPA), que demonstra as discussões e transformações da organização estrutural dos cursos de Pós-Graduação de formação de professores.

Esta análise trazida por Conceição (2018) nos permite compreender as dificuldades e avanços dos debates para uma educação das relações étnico raciais, bem como a introdução desta discussão nos currículos da educação básica de algumas escolas estaduais e municipais principalmente no Nordeste. Podemos observar esta prática com Luna (2017) que fez uma pesquisa no município de Conde, Paraíba, sobre As Práticas Curriculares na Educação Quilombola na Escola Municipal Ovídio Tavares De Moraes. De acordo com a autora, já ocorre algumas mudanças na escola com relação as especificidades quilombolas, no momento que valoriza “a professora mais antiga, ao trabalhar as questões dos negros dentro dos conteúdos de história e quando a escola tem como prioridade empregar pessoas da comunidade” (LUNA, 2017.p 45). É certo que o trabalho deve ser ampliado com implementação de projetos permanentes do resgate da cultura, do fortalecimento das identidades e pertencimento da comunidade. Portanto o primeiro passo foi dado, e com as mudanças de práticas educacionais é possível haver uma sociedade mais justa e igual.

Segundo Moura (2005), o currículo deve respeitar as matrizes culturais africana e indígena para a construção da identidade dos alunos a partir dos resgates de suas origens, respeitando assim os direitos humanos, e com isso a diversidade passa ser valorizada no

ambiente, respeitando as diferenças existentes. Garantindo o exercício da cidadania a partir do resgate da memória e conhecimento da história que faz a formação da identidade nacional.

É perceptível na educação formal, uma carga de preconceito que destrói toda uma identidade cultural, fazendo com que os sujeitos não se reconheçam, mesmo aqueles que possam ter uma experiência cultural rica, principalmente as crianças, pois essa desconstrução de identidade, começa desde a educação infantil e segue em todas as fases de aprendizagem.

Ainda, segundo Moura (2005), só haverá uma mudança no currículo escolar quando ocorrer a intervenção nos três níveis, primeiro mudar a perspectiva ideológica da formulação de currículos – levando em consideração os valores culturais dos alunos e comunidade ao qual a escola faz parte, estar aberto as transformações, mudanças e reconhecer a importância da afirmação da identidade, valorizando a cultura e história do grupo étnico e social, e também utilizar as pesquisas realizadas pelas universidades, para que possa proporcionar a formação aos profissionais da educação e ter um material que se aproxime da realidade dos alunos.

Maria Vera Candau e Kelly Russso (2010), também defendem a ideia de mudança no currículo quando dizem que na educação deve-se incluir políticas orientadas ao ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, incluindo no currículo materiais pedagógicos com componentes próprios da cultura negra e as vivências históricas de resistências do povo negro e a valorização da ancestralidade africana. Além dessas mudanças curriculares se tem as políticas de ações afirmativas que contribuam para uma mudança de pensamento e práticas sociais e educacionais.

A educação além de ser um direito essencial de todos, é uma ferramenta de transformação social cultural e política, para isto a necessidade de proporcionar uma educação que vise transformar a realidade, sendo capaz de promover a cidadania, o respeito as diferenças e a valorização da cultura do povo negro, levando em conta as práticas educativas que proporcione dialogo e satisfação no debate as diferenças.

A escola deve ser um lugar prazeroso para a busca de conhecimento, e aprimoramento destes, levando em conta os conhecimentos prévios adquiridos pelos alunos a partir do cotidiano destes. Para isto é preciso que a escola proponha um trabalho em conjunto que vá além das disciplinas estabelecidas no currículo formal, levando em conta as discussões sobre éticas, políticas econômicas, sociais e raciais, trazendo para o currículo estes debates, em especial a questão do racismo, a cultura negra, bem como a

memória e trajetória do povo negro no Brasil e vivência dos alunos fora do ambiente escolar. Trazer estas discussões é fundamental para uma educação que pensa nas relações étnico-raciais.

É importante ressaltar que para uma educação das relações étnico-raciais, além das políticas públicas de Estado são necessários investimentos na formação de professores, mudanças na prática pedagógica, bem como dar suporte as:

condições físicas, materiais, intelectuais, afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não-negros, bem como seus professores precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola. (Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, 2006, p.234)

É certo que a escola não é a única responsável por esta discussão, no entanto, não pode se eximir de suas responsabilidades, uma vez que tem sua função social e nela está presente o conjunto das relações sociais e raciais que vem à tona todos os dias. É no cotidiano escolar que muitas vezes se reflete a prática de preconceito racial, e a ideia que as pessoas têm das relações étnico-raciais. Daí a importância de uma educação para além da formação básica fundamental e profissional. Faz-se necessário ofertar aos alunos uma educação que possibilite uma nova forma de relações étnico-raciais.

3.3 MARCO LEGAL DA LEI 10.639/03

A cultura e identidade negra sempre foram escondidas, e nunca tiveram a mesma visibilidade que as demais. A inda hoje nas escolas não é diferente, a cultura e identidade negra enfrentam a discriminação e o preconceito e a não inclusão da história do Brasil nos currículos escolares são contadas no viés dos colonizadores.

Para entendermos o processo de identidade negra, faz-se necessário a discussão e compreensão de políticas afirmativas e da relação destas políticas no processo de construção da identidade negra, pois sabemos que os povos negros sempre tiveram que

lutar por sua independência e dignidade, e as leis nem sempre foram favoráveis as suas lutas, como podemos perceber no período escravocrata, pois as leis e políticas estabelecidas no período da escravidão, negava sempre a existência do negro na sociedade, principalmente voltada para a educação, cujo objetivos das leis eram de tornar os filhos de escravos cada vez mais sujeitos ao processo de escravidão.

Como sempre o Estado se ausenta do processo de educação e de políticas públicas que beneficie o povo negro. Como podemos perceber a partir de Silva e Luz Gonçalves “o Estado constitui passivamente a precarização moral e educacional do referido contingente” (GONÇALVES, SILVA, p.137,2000), ou seja, as políticas estabelecidas são sempre no sentido de reafirmação da invisibilidade do povo negro na sociedade, principalmente as leis do período escravocrata que não passaram de engodo, só serviram para camuflar o processo de libertação dos escravos, como a lei do Ventre Livre criada em 28 de setembro de 1871 que libertava os filhos dos escravos, no entanto as crianças permaneceram em um total abandono, principalmente excluídos do processo de educação e permanecendo nas fazendas no processo de escravidão.

Podemos destacar que nesse processo de exclusão e abandono das crianças, jovens e adultos negros, surgem em meio a esse caos a luta e organização do povo negro, estes se organizaram e começaram a sua luta de forma estruturada e organizada constituído assim a existência do movimento negro. No decorrer do século XX o povo negro organizado começa a se impor realizando protestos e manifestações, o protesto mais evidente deste período foi organizado pela Frente Negra Brasileira, em 1931 em São Paulo.

Outra luta importante dos negros contra a opressão e exclusão, foi na década de 40, o protesto racial organizado por Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos, o movimento negro não para, e nos anos 80 o movimento negro se organiza em defesa da democracia. Podemos identificar a partir de Petronília Silva (2000), que os movimentos negros tentavam combater o racismo e a opressão incentivando o povo negro a estudar mesmo a pesar das dificuldades, pois o movimento negro já sentia a ausência de políticas públicas educacional por parte das autoridades e interagiu a princípio proporcionando uma educação aos negros.

Anos mais tarde parte do movimento negro no Brasil passaram a ver que a educação é dever do Estado e a política passou a ser de cobrança por políticas públicas para a educação, em especial aos negros. Desta forma o movimento negro no Brasil passa a reivindicar o ensino fundamental para d todos, e por uma política nacional diferenciada

aos negros para que haja oportunidades de os povos negros cursarem o nível secundário e superior, percebemos que a luta por políticas afirmativas de cultura e educação não é de agora, a décadas que o movimento negro vem reivindicando estas políticas do estado.

A luta do movimento negro por políticas e ações educacionais são incansáveis, e vem demonstrando uma resistência frente as negativas do Estado com relação as políticas públicas, as mudanças não ocorrem de uma hora para outra, e ainda se tem uma luta e persistência por uma educação de qualidade sem presença de preconceito e racismo nos espaços escolares. Silva (2013, p.3) aponta que na década de 2000 foram aprovadas as políticas de ações afirmativas na educação, cultura, segurança e saúde para população negra através do poder público, principalmente no governo Lula e Dilma.

Pode-se destacar algumas políticas afirmativas que foram desenvolvidas a partir de 2003 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Muitas ações foram implementadas, até porque o movimento negro não parou suas reivindicações e tendo mais abertura no governo, o movimento conseguiu fazer com que o Estado investisse mais nas políticas públicas focalizadas, contribuindo para o crescimento do investimento na educação, saúde, cultura etc. (JACCOUD, 2008, p.140).

Algumas das políticas afirmativas são Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08. Além delas, podemos citar a Lei de Cotas no Ensino Superior, a Portaria Normativa Nº 18, de 11 de Outubro de 2012 o DECRETO Nº 7.824, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 e o Estatuto da Igualdade Racial. Temos ainda as diretrizes que norteiam a educação para as relações étnico-raciais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que tem como objetivos reparar o mal que a sociedade brasileira durante a milhares de anos vem promovendo o preconceito e humilhação para o povo negro.

Também tem o objetivo se promover o reconhecimento e a valorização da história e cultura afro-brasileira, proporcionando uma educação digna e de oportunidades a todos nos estabelecimentos de ensino. Estas políticas são reflexo da organização e pressão do movimento negro que desde a década de 1980 fez com que se começasse a pensar em implementações de leis e ações afirmativas ao combate das desigualdades raciais.

Podemos entender como ações afirmativas:

As políticas de Ações Afirmativas é um ramo das políticas públicas que objetiva transpor as ações do Estado na promoção do bem-estar e da cidadania, para garantir igualdade de oportunidades e equidade entre as pessoas. No Brasil essa concepção fundamenta-se no princípio geral de igualdade que, compreende não apenas a exigência de igual aplicação

da lei pelos órgãos do Estado, mas também como princípio da igualdade de fato (SILVA, 2013 p.2).

As ações afirmativas servem como meio de reparação de um erro histórico que atinge, ainda hoje, uma grande parcela da população, a qual vive à margem da sociedade (MOREIRA e AMORIM, 2013, p.2). É claro que diante da história e do processo de formação da sociedade brasileira a ideia de direitos e cidadania ocorreu de forma tardia, e no âmbito internacional o processo de visão de igualdades e equidade levou anos para se constituir, sendo, de acordo com Brito Filho (2014), os Estados Unidos os primeiros a pensar em políticas públicas que viessem amenizar os sofrimentos dos grupos excluídos.

Vale ressaltar que para esta mudança de pensamento houve disputas de poder para rever o processo de discriminação, pois ainda de acordo com Brito Filho (2014), o próprio Estado discriminava os negros, e com a organização da sociedade civil e movimentos sociais como o Movimento Negro, forçaram a criação destas políticas e em meados da década de 1960 é que surgiram as ações afirmativas com solução para os conflitos sociais que se espalhava por todo o país nesta década.

Desse modo, com a luta do povo negro em movimentos organizados e a necessidade de se ter uma resposta aos anos de processo de discriminação, preconceito e a negação da existência de um povo, o Governo criou em 2003 a Lei nº 10.639/2003, e em 2008 a Lei 11.645/08 que ambas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, tirando o conteúdo de história e cultura afro e indígena de modo transversal para a obrigatoriedade. Pois Essa alteração no art.26 da LDB 9.394/96 a partir das Leis 10639/2003 e 11.645/08 trazem em seu cerne a obrigatoriedade do estudo de história e cultura afro brasileira e indígena no ensino fundamental e médio tanto na rede pública quanto particular. Assim, possibilitando o desenvolvimento de políticas para a educação no que tange as questões étnico-raciais, bem como mudanças no currículo escolar incluindo as discussões da história do povo negro no Brasil e sua importância no desenvolvimento do País.

Neste sentido, trazemos a discussão da política pública voltado para a educação, a discussão das relações étnico raciais a partir da Lei 10.639/2003 que devem constituir os currículos escolares, com uma discussão da constituição da identidade negra e valorização da cultura afro-brasileira entre alunos, e aqui especifico as turmas de 6º ao 9º ano das duas escolas públicas municipais do setor urbano de Goianésia do Pará, visto que se percebe a necessidade de se discutir sobre identidade e cultura negra entre os jovens

do ensino fundamental no município, devido as escolas em sua maioria ser constituída de jovens negros, que desde o processo de colonização em todo o país são vistos como inferiores, sofrendo racismo dentro do ambiente escolar e que muitos acabam evadindo da escola sem motivos aparentes. É necessário políticas públicas municipais voltadas para a implementação da Lei 10639/2003, proporcionando incentivo ao desenvolvimento de um trabalho voltado para a educação das relações étnico-racial, uma vez que no município até o presente momento não há política de formação para os educadores e muito menos investimento na educação para as relações étnico-raciais com isso contribui para a invisibilidade da história e cultura negra no município.

Desta forma para a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 é necessário que os profissionais da educação tenham conhecimento da lei e das discussões das relações étnico raciais, e para isto está previsto no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, no tópico do Ensino Fundamental, em suas ações: “Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afro-brasileira e Indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico raciais” (BRASIL, 2009, p.50). Esta formação é garantida em todos os níveis estadual e municipal como podemos perceber:

Promover formação dos quadros funcionais do sistema educacional, de forma sistêmica e regular, mobilizando de forma colaborativa atores como os Fórum de educação Instituições de Ensino Superior, NEABs, SECAD/MEC, sociedade civil, Movimento Negro, entre outros que possuam conhecimento da temática, (-BRASIL, 2009, p. 32 e 34).

De acordo com Marcos Almeida e Livia Sanchez (2017) para a prática da política de afirmação da lei 10.639/2003 são necessárias outras políticas que ajudem na implementação desta Lei, e que muitas vezes por depender da vontade política de governos estaduais, municipais e até mesmo federal não foi colocado em prática em alguns estados e municípios. Muitas vezes as políticas afirmativas não são efetivadas por falta de interesses do poder público, seja de nível federal, estadual e municipal, pois para eles quanto menos informação e conhecimento para o povo contribuem para facilitar o processo dominação, visto que os indivíduos com conhecimento tomam consciência, lutam e não aceitam tais condições de discriminação e exploração. Como vemos em Almeida e Sanchez:

Pressupomos que uma educação direcionada por esses preceitos poderá produzir reflexos nas relações sociais vividas por indivíduos formados a partir de novos olhares e posturas diante do conhecimento e da apropriação de valores e atitudes pautados na igualdade de direitos e no respeito às diferenças, capacitados para intervir no mundo e transformá-lo. (ALMEIDA, SANCHEZ, 2017, p. 58)

Assim a partir de Marcos Almeida e Livia Sanchez (2017), identificamos que são necessárias outras condições para que a Lei 10.639/2003 seja posta em prática, para isto depende da atuação dos poderes legislativo e executivo em âmbito federal, como a execução de políticas de Regulamentação, onde as ações para a valorização e o respeito as diversidades sejam organizadas em políticas focalizadas, como criação de secretarias, diretrizes curriculares para a implementação da Lei.

Também é importante as políticas de formação para que os profissionais não só os que irão desenvolver a discussão, diretamente com os alunos, possa ter conhecimento suficiente para realização do seu trabalho, como todos os profissionais que trabalham no ambiente escolar possam ter formação para que haja uma verdadeira integração entre todos os membros da escola dentro e fora dela.

Temos ainda as políticas de material e articulação que são fundamentais para o desenvolvimento da Lei 10.639/003, pois para realização de algumas atividades, precisa-se de leituras para obtenção do conhecimento, para isto a produção de materiais na área de discussões das relações étnicos raciais para professores e alunos é importante, mas também são necessários a articulação e o fortalecimento de grupos étnicos ou movimentos sociais nacionais ou locais. Articular grupos de estudos sobre as discussões é muito interessante para despertar o conhecimento e autoestima dos alunos e demais membros escolares, porém precisa -se do envolvimento de toda a sociedade em especial os poderes legislativo e executivo para a realização de todas as ações.

Podemos perceber que houve alguns avanços para a aplicação da Lei 10.639/2003 com algumas políticas públicas voltadas para esta discussão, porém existe também os impedimentos para a realização da lei, como resistência de alguns profissionais, falta de investimento em informações, falta de conhecimento da lei, e agora atualmente o retrocesso da junção de algumas secretarias como mostra Marcos Almeida e Livia Sanchez (2017) pontuam:

Por fim, sinalizamos a problemática de vinculação de recursos para execução das políticas públicas. A incorporação, em 2015, da Secretaria

de Políticas da Promoção da Igualdade Racial a outras duas Secretarias e ao Ministério da Cidadania, por exemplo, representa um retrocesso não só para a visibilidade das questões raciais, mas também para o investimento público em ações de promoção de igualdade racial. Nesse ínterim, também se constata a descontinuidade das políticas de governo em detrimento das políticas de Estado, o que nos leva à reflexão a respeito das dificuldades estruturais da organização político-econômica brasileira, refletidas na implementação da Lei 10.639/03. (ALMEIDA, SANCHEZ, p. 73-74, 2017)

Portanto, são muitos os desafios que temos para enfrentar em busca do conhecimento e construção da identidade e história do povo negro, uma vez que vivenciamos relações cotidianas de preconceito e racismo, há séculos como é possível identificar a partir da análise de Lilian Schwarcz (1993), em sua obra *O Espetáculo das Raças*, que reflete sobre as ideias de cientistas e juristas e intelectuais justificarem as diferenças sociais, econômica e políticas com base em teorias racistas, que tentam comprovar a inferioridade do negro a partir da ciência, demonstrando a necessidade de exclusão dos negros na sociedade, e para isto foi criada teorias racistas que estabeleceram o pensamento de superioridade de um indivíduo sobre o outro no imaginário social, e nossa educação é fundamentada nesta ideologia que propicia para que a lei não seja trabalhada no ambiente escolar. E quando trabalhada de forma precária, e esporadicamente, mantendo-se no espaço escolar uma relação social racista.

É a partir deste pensamento que trago essa discussão, por ter presenciado algumas atitudes racistas no ambiente escolar e a invisibilização do aluno negro por parte da estrutura da escola e a rejeição da sua própria identidade. Num dado contexto percebemos, portanto, a relevância desta pesquisa nas duas escolas do ensino fundamental de 6º ao 9º ano do setor urbano do município de Goianésia do Pará, posto que apesar de todas as dificuldades não se deve desistir da luta e acreditar que através das leis e políticas públicas conseguiremos transformar a sociedade em que vivemos.

Assim, percebemos a partir de Sader (2001), que surgem novos personagens, que fazem parte da história do Brasil, mas que através das lutas sociais e da organização do movimento negro, tornam-se novos sujeitos que contrapõe ao Estado e reivindica seus direitos, buscando políticas públicas para a afirmação da cidadania e assim através das lutas sociais, dos enfrentamentos nesta relação com o Estado participar das ações políticas constituindo de fato o processo de uma cidadania ativa e participativa.

Discutir a questão da identidade é bastante complexa e sobretudo a identidade racial, porém é fundamental, pois vivemos em uma sociedade de discriminação, que desde

a sua constituição foi estabelecida a partir do trabalho escravo, com objetivos de servir as elites e a metrópole de forma repressiva, que contribuiu para o desaparecimento de grupos indígenas e uma massificação do povo negro (RIBEIRO, 2008, p.21), tornando assim um povo sem identidade e autoafirmação vivendo em um país racista.

O racismo no Brasil apresenta-se de forma velada, sendo resquício da formação da sociedade brasileira, vindo desde o período colonial quando os negros foram trazidos para serem escravos e todos os seus direitos cessados. A partir de todo esse processo histórico e cultural ainda permanece em nosso meio a ideia racista de superioridade do branco, sendo difícil o combate a este tipo de preconceito, até mesmo devido a forma de constituição do Estado brasileiro, na qual pautou-se na concepção de indivíduo e não de Nação.

É nesta concepção de nação que pessoas importantes na sociedade como os intelectuais e políticos da época aderiram as teorias racistas como certas e adequadas a sociedade brasileira, perpetuando o preconceito, a discriminação e a exclusão do negro no meio social, educacional, cultural e político. Estas ideias racistas ainda permanecem na sociedade brasileira mesmo depois de séculos da abolição da escravatura que deu liberdade ao povo negro. Esta liberdade foi dada simbolicamente, pois de fato nunca houve liberdade. É o que podemos constatar com Nascimento, Ramos, Ribeiro e Estanislau Fischowitz (1950) quando dizem que:

A condição jurídica de cidadão livre dado ao negro foi um avanço sem dúvida. Mas um avanço puramente simbólico abstrato. Socio-culturalmente, aquela condição não se configurou; de um lado porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro lado, porque a massa juridicamente liberta está psicologicamente despreparada para assumir as funções da cidadania.

Assim para que o processo de libertação desta massa se positive é necessário reeducá-la e criar as condições sociais e econômicas para que esta reeducação se efetive. A simples reeducação desta massa desacompanhada de correlata transformação da realidade sociocultural representa a criação de situações marginais dentro da sociedade. (NASCIMENTO et. al, 1950, p 37).

Para que ocorra realmente a liberdade do povo negro são necessárias mudanças na estrutura da sociedade e investimentos numa educação para as relações étnico-raciais que proporcione melhores condições socioeconômicos, com investimento em cultura, segurança, emprego e educação, proporcionando igualdade e equidade a todos sem distinções.

As diversas formas de expressão do racismo no Brasil são oriundas do processo de escravidão apoiado pela igreja, e mais tarde pelas ideias científicas do século XIX, que pautou a questão dos direitos baseados numa questão de raça, naturalizando a exclusão de alguns na garantia dos direitos, perpetuando então no imaginário social, o pensamento de superioridade no qual se dá grande importância a noção de raças, desprezando negros e índios, intensificando cada vez mais o racismo.

Esse preconceito, por se manifestar de forma disfarçada, sem segregação como nos Estados Unidos, reforça a ideia de vivência harmoniosa, descrita por Gilberto Freyre (2004), com o mito da democracia racial, analisada em seu livro *Casa Grande e Senzala*. Essa concepção explica a negação do racismo no Brasil presente em todos os espaços sociais, inclusive na escola.

Um destaque interessante na luta por igualdade no Brasil, é que quase não se vê a questão racial em pauta para uma discussão de igualdade e equidade, onde todos homens negros e brancos e mulheres negras e brancas tivessem direitos iguais. O que ocorre é “a minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas. (CARNEIRO, 2011, p 17-18)

Desta forma, o que mais ocorre em nosso meio são atos racistas, não só de forma individualizada e isolada, mas também coletiva praticado pela própria legislação e políticas brasileiras, como sempre ocorreu durante anos, sendo negado legalmente aos negros os seus direitos. Eles não eram amparados pela legislação, somente a partir da constituição de 1988 começa a se pensar de fato em ações que venham amenizar a situação da população negra no Brasil.

Desde a criação da lei 10.636/03 há 18 anos, começou-se a ter uma nova visão de educação, e uma perspectiva de superação do preconceito racial, principalmente no ambiente escolar. Apesar do avanço das discussões para uma educação das relações étnico-raciais, ainda permanece na sociedade e nos espaços escolares, uma visão preconceituosa e racista. A Lei 10.636/03 possibilitou uma visão e discussão diferenciadas nos espaços escolares, no entanto ainda carece de um olhar mais específico para a aplicação desta Lei. Ainda que muitas escolas brasileiras tenham implementado em seu currículo a discussão das relações étnico-raciais, há a necessidade de mais investimentos em outras políticas públicas e intensificações de mais formações aos

profissionais da educação, no que tange ao conhecimento da lei e das discussões étnico-raciais. Portanto:

A educação necessita investir na formação de professores, uma vez que a identidade do professor é algo que se consolida à medida que amadurece seu eu e passa a aceitar que outras formas de pensar divergentes da sua devem ser aceitas e mesmo apresentada aos seus discentes como forma de permitir a formação de uma autonomia legítima. (ARAÚJO, SOUZA, 2016, P. 8)

A partir dessa visão de educação e formação dos professores com base na Lei 10636/03, torna-se fundamental que as escolas trabalhem o processo de construção sociocultural e religioso, dos valores civilizatórios do povo negro, promovendo a sua luta em busca da libertação e reconhecimento de sua história, possibilitando assim ao educando a autoafirmação e valorização de sua cultura, superando o preconceito e firmando a sua identidade. Desta forma "a educação deveria encarar o ensino da africanidade nas escolas como cultura, não favor ou a algo que tem por obrigação o cumprimento no calendário." (ARAÚJO, SOUZA, 2016. P 7)

Esta Lei proporciona a discussão sobre as relações étnico-raciais no espaço escolar, buscando a valorização da cultura de origem africana. Assim a aplicabilidade da Lei 10636/03 leva a uma reflexão do ensino brasileiro, e o incentivo de um novo currículo escolar, levando algumas escolas a refletirem sobre a sua prática pedagógica, lutando contra o preconceito e discriminação.

Portanto, é em meio a essa diversidade cultural, e muitas vezes repleta de preconceito, que muitos adolescentes e jovens vivem, que abordaremos no próximo capítulo como a escola vivencia a prática pedagógica a partir da Lei 10.639/2003, verificando a relação entre escola e educando, proporcionando assim um debate sobre a diversidade cultural e as questões étnico-raciais na construção das identidades e valorização das diferenças dos alunos do município de Goianésia do Pará.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INVISIBILIDADE DA IDENTIDADE NEGRA

Em grande parte da sociedade brasileira, as práticas pedagógicas das escolas voltadas para a discussão das relações étnico-raciais, estão presentes nas discussões escolares apenas em um único período do ano letivo, precisamente no mês de novembro, quando se comemora o mês da consciência negra, mesmo depois da criação da Lei 10.639/2003 que discute a implementação dos estudos das Relações Étnico-raciais, incluindo a obrigatoriedade do Ensino de Cultura e História Afro-Brasileira e Africana nos currículos do ensino fundamental e médio das escolas do Brasil.

No município de Goianésia do Pará não é diferente das demais escolas brasileiras, onde se trabalha com de um currículo unilateral pautado numa educação eurocêntrica. Com base nessa premissa, analisaremos as práticas pedagógicas relacionadas as discussões étnico-raciais no contexto escolar no município de Goianésia. Refletiremos acerca do processo de construção e de reconhecimento da identidade negra nas escolas de ensino fundamental de 6º e 9º no setor urbano.

4.1 AS ESCOLAS

No município de Goianésia do Pará existe duas escolas de ensino fundamental de 6º ao 9º ano no setor urbano, sendo uma delas a Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Alacid Nunes, uma das mais antigas no município, de acordo com os registros da escola e o Projeto Político Pedagógico (PPP). Ela não possui em seus arquivos uma data específica de fundação, mas moradores antigos do município afirmam que a Escola começou a funcionar por volta de 1978. Pertencente, na época, ao município de Tucuruí. A referida escola não tinha sede nem nome próprio, funcionava em casa improvisada atendendo pelo nome de Escola Municipal ou “Município” como ficou conhecida pelos habitantes da comunidade na época e como é até hoje é identificada por alguns.

Em 1980, foi construída duas salas de aula de madeira em terreno próprio, neste momento a escola já pertencia ao município de São Domingos do Capim, e atendia os turnos manhã, tarde e noite. Como não havia ainda energia elétrica em Goianésia, a iluminação do turno da noite era garantida por meio de um motor a diesel. Anos se

passaram e em 1982, foi construída as duas salas de alvenaria e em 1984 foi construída mais duas salas e inaugurada a escola com o nome de Escola Municipal de 1º grau Governador Alacid Nunes, em homenagem ao governador do Pará na época Sr. Alacid Nunes. A escola neste momento já pertencia ao município de Rondon do Pará.

A partir de 1993 já com a emancipação de Goianésia, a população foi aumentando e houve a necessidade de ampliação desta escola, sendo construída em 1996 oito salas de aula, banheiros para os alunos, setor administrativo (secretaria, diretoria, sala dos professores com banheiros para os funcionários) e o pátio coberto que constitui em quatro passarelas, sendo tal obra concluída em abril de 1997 e no mesmo ano de conclusão da obra implantou-se na escola o supletivo de 3º e 4º no turno da noite para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar quando criança e/ou adolescentes.

Somente em 1998 a escola foi legalmente criada com autorização através do decreto 023/98 de 26 de maio de 1998, e a partir da criação a escola pôde obter recursos para o seu desenvolvimento. Em 1999, por exemplo, foi implantado o PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) possibilitando a evolução da escola que passou a desenvolver projetos (aulas de reforço/projeto de aceleração de aprendizagem). E em 2000 a escola foi contemplada com PAPE (Projeto de Adequação do Prédio Escolar) e houve mais uma reforma, melhorando o espaço físico da escola.

Ilustração 11 – Área externa da escola Alacid Nunes



Fonte: PPP da escola, 2019.

Ilustração 12 - Pátio da escola Alacid Nunes



Fonte: PPP da escola, 2019.

A outra escola de ensino fundamental de 6º ao 9º ano do setor urbano é a Escola Municipal de Ensino fundamental Professor Lucíolo Oliveira Rabelo, localizada na Rua Pedro Soares de Oliveira, s/n no bairro Colegial. Criada em 1986, com onze turmas, que funcionavam nos turnos manhã, intermediário e tarde. Como a escola na época não possuía um prédio próprio, seis destas turmas funcionavam na antiga sede do Sindicato dos Trabalhadores rurais, três turmas na casa da professora Geny Oliveira Amaral, professora antiga do município e duas turmas na antiga sede da subprefeitura. De acordo com o histórico do PPP da escola as primeiras professoras desta escola foram: Geny de Oliveira Amaral, Diomar Pereira Amorim, Guiomar Ornelas Tolentino e Ana Maria Barbosa. Esta escola no início era estadual e tinha o nome de Escola Estadual Governador Jader Barbalho.

Em 1988, foram feitas mais duas salas de aulas que passou a funcionar com mais seis turmas, e em 1989 foi construído o prédio da escola, trocando assim de nome, passando a ser chamada de Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Lucíolo Oliveira Rabelo, na época o município de Goianésia pertencia ainda a Rondon do Pará, e o nome da escola foi em homenagem ao professor do município de Rondon do Pará o Professor Lucíolo Oliveira Rabelo. No ano de 1997, o ensino de 5ª a 8ª série tornou-se municipalizado e a escola novamente trocou de nome, ficando agora como Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Lucíolo Oliveira Rabelo. Atualmente funciona com 14 turmas nos turnos manhã e tarde e 6 turmas no turno da noite.

Ilustração 13 Área externa da escola Lucíolo Oliveira



Fonte: acervo pessoal.

Ilustração 14 - área interna da escola Lucíolo Oliveira



Fonte: acervo pessoal

A organização escolar é importante para o desenvolvimento do ensino, pois traz conforto, segurança e incentivo para a prática pedagógica do professor. Porém nas duas escolas alguns espaços necessitam de atenção e mais investimentos, como a biblioteca, sala de apoio pedagógico, sala de vídeo e laboratório de informática, e também investimentos em recursos didáticos. A partir de Lepienski e com a experiência das

escolas públicas de Goianésia do Pará, podemos identificar que na maioria das escolas públicas do Brasil, não sendo diferente as escolas pesquisadas, pouco se dá atenção aos materiais pedagógicos, e os professores tem que “se virar” para conseguir dinamizar as aulas e incentivar a aprendizagem dos alunos.

Neste sentido, para que haja uma boa aprendizagem é necessário que se tenha um bom espaço escolar, no entanto o que se destaca no processo de ensino aprendizagem são os setores pedagógico, que são os responsáveis por viabilizar materiais e orientação aos trabalhos desenvolvidos na escola, também deve haver o interesse por parte dos governantes, principalmente o governo municipal, pois além das políticas federais são necessárias as políticas municipais e estaduais.

É certo que não se tem um bom trabalho e desenvolvimento de aprendizagem se não houver investimentos pedagógico e dedicação dos profissionais nessas áreas. E para isto as escolas utilizam programas públicos como PDE (Programa de Desenvolvimento da Escola) e PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), fazem projetos para a obtenção dos recursos materiais com o objetivo de desenvolvimento de ensino e aprendizagem.

No entanto, é perceptível para que se tenha um ensino de qualidade é necessário que além da “quantidade ou de qual recurso didático disponível, o professor somente terá êxito se tiver amparado numa pesquisa prévia dentro de um planejamento criativo de forma a tornar a aula produtiva e interessante”, (BORDINHÃO, SILVA, 2015, p.2). Portanto, o docente precisa ser um pesquisador antenado as novas mudanças educacionais e tecnológicas que venham a favorecer o trabalho docente, utilizando os recursos e materiais de forma adequada. Para isto se faz necessário políticas de formação para os educadores e demais profissionais da educação em todas as áreas principalmente para a educação das relações étnico-raciais.

Percebemos também em Paulo Freire (1996), a importância da pesquisa no processo educacional, pois para o autor não existe ensino sem pesquisa, uma vez que é necessário a pesquisa para a obtenção de novos conhecimentos e saber transmitir ao aluno. O educador deve proporcionar ao educando uma autonomia da busca de conhecimentos, incentivando a reflexão e ao mesmo tempo conhecer a realidade em que a educação está inserida, buscando novos conhecimentos. Desse modo, o educador pode inserir no currículo nova forma de visão de mundo, proporcionando uma discussão ao combate ao racismo no espaço escolar. Posto que, ensinar exige respeito aos saberes dos alunos como afirma Paulo Freire:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Porque não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. (FREIRE, 1996, p.15)

Assim deve-se levar em conta nos espaços escolares as vivências e história do povo negro, como fazendo parte do currículo e da prática pedagógica do professor. Deve ainda no ambiente escolar além das exigências de recursos materiais para um bom trabalho, deve se atentar para o currículo que a escola oferece, e a formação necessária aos educadores, e esses educadores devem posicionarem-se de forma crítica diante das injustiças e preconceitos que presenciam no espaço escolar. É esse posicionamento crítico dos educadores que está faltando nas escolas pesquisadas, são poucos os educadores que se posicionam frente as questões raciais presente no espaço escolar, bem a pratica pedagógica voltada para uma discussão interdisciplinar.

4.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da escola deve ser visto numa perspectiva de construção de uma educação cidadã, que leve todos da escola a pensar e agir de forma crítica rumo a construção de um conhecimento democrático, seguindo o pensamento de organização crítico de cunho sócio-político. Como podemos perceber com José Carlos Libaneo (2001) quanto à forma de organização escolar:

O segundo enfoque vê a organização escolar basicamente como um sistema que agrega pessoas, importando bastante a intencionalidade e as interações sociais que acontecem entre elas, o contexto sócio-político etc. A organização escolar não seria uma coisa totalmente objetiva e funcional, um elemento neutro a ser observado, mas uma construção social levada a efeito pelos professores, alunos, pais e integrantes da comunidade próxima. Além disso, não seria caracterizado pelo seu papel no mercado, mas pelo interesse público. A visão crítica da escola resulta em diferentes formas de viabilização da gestão democrática, (LIBANEO 2001, p. 01)

Compreende-se que o melhor projeto escolar é aquele realizado na perspectiva de ação democrática-participativa, na qual todos os membros do grupo escolar têm as suas responsabilidades e participação coletiva no planejamento e aplicação das ações desenvolvidas por todos, os objetivos são discutidos e planejados por todos, as ações são realizadas em conjunto, há uma participação geral da direção, coordenação, professores alunos, há a integração da comunidade escolar como um todo.

Ainda, de acordo com José Libaneo (2001),

Uma visão sócio crítica propõe considerar dois aspectos interligados: por um lado, compreende que a organização é uma construção social, a partir da Inteligência subjetiva e cultural das pessoas, por outro, que essa construção não é um processo livre e voluntário, mas mediatizado pela realidade sociocultural e política mais ampla, incluindo a influência de forças externas e internas marcadas por interesses de grupos sociais, sempre contraditórios e às vezes conflitivos. Busca relações solidárias, formas participativas, mas também valoriza os elementos internos do processo organizacional – o planejamento, a organização e a gestão, a direção, a avaliação, as responsabilidades individuais dos membros da equipe e a ação organizacional coordenada e supervisionada, já que precisa atender a objetivos sociais e políticos muito claros, em relação à escolarização da população. (LIBANEO, 2001, p. 02)

O projeto político pedagógico não é feito apenas pela direção ou coordenação de escola, embora muitas escolas ainda trabalhem na perspectiva unilateral de gestão, tentando impor as ações, colocando apenas aos demais membros escolares as suas execuções, como constatado nas escolas pesquisadas, quando muito das ações vem sendo colocada de cima para baixo, são determinadas pela SEMEC, e as direções escolares aceitam sem discussões. Contudo as ações não dão certo, pois estas acabam não sendo realizadas, quando todos os envolvidos no processo de aprendizagem não participam da elaboração das ações. Nos dias atuais, vivemos em uma sociedade rica em diferenças principalmente no ambiente escolar, e estas diferenças devem ser vistas e trabalhadas de forma crítica para que todos sejam incluídos no processo de aprendizagem. Ou seja:

Como vimos, o projeto pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais. Diante disso, desaparece aquela arrogante pretensão de saber de antemão quais serão os resultados do projeto. A arrogância do dono da verdade dá lugar à criatividade e ao diálogo. A pluralidade de projetos pedagógicos faz parte da história da educação da nossa época. (GADOTTE, 2000, p.2)

De acordo com Vera Candau e Antônio Moreira (2003), a escola enquanto um espaço multicultural, que está cheio de conflitos sócio-culturais, deve planejar as suas ações de modo que venham atender a todos que fazem parte do ambiente escolar, pautados nas diferenças e é desta forma que o projeto político pedagógico tem a sua importância para o desenvolvimento de ações participativas e democrática na busca da valorização das culturas. Como afirma os autores:

Em vez de preservar uma tradição monocultural, a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças. É essa, a nosso ver, a questão hoje posta. A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. (CANDAU, MOREIRA, 2003, p.161.)

Nesse sentido, a escola é chamada a trabalhar com foco na valorização das diferenças, incluindo em seu currículo e projeto político pedagógico nova visão de mundo, e de educação, levando em consideração o processo de aprendizagem coletiva, e plural. Vale lembrar ainda que a discussão do PPP não é recente, desde os anos 80 que vem sendo discutido uma nova forma de gestão democrática e acaba ganhando reconhecimentos legais e sendo visto como uma forma de redemocratização social, sendo previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, como afirma Andrea Cristina (2011):

Com o avanço do movimento de gestão democrática da educação, na década de 80 até meados da década 90, nasce o termo Projeto Político-Pedagógico. Tal surgimento vem como uma forma de afirmar a natureza política do projeto educacional e de contrapor uma visão burocrática e técnica do projeto em si. Com o tempo o termo Projeto Político-Pedagógico conquista bases legais que o rege em instâncias Federal e Estadual. (DIAS, 2011, p.20)

Com essas discussões que vem ocorrendo em todo o Brasil, fez -se necessário as escolas se adequarem e construïrem o projeto político pedagógico. De acordo com as informações obtidas a partir de levantamento de dados, a escola Lucíolo Oliveira Rabelo tem registrado o PPP de 2016. No ano de 2018, foi discutido algumas ações do projeto, tanto na parte administrativa quanto pedagógica, porém não foram alteradas no projeto e a escola continua com o PPP de 2016.

Alguns projetos como Consciência Negra, Gincana de Língua portuguesa, Aluno Destaque e Meio ambiente foram desenvolvidos no decorrer dos anos, mas sem que

estejam registrados ou modificados de acordo com as necessidades atuais escolares. Já a escola Governador Alacid Nunes em 2019 fez as discussões e alterações no PPP, tendo o projeto mais atualizado.

O PPP 2019 da Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Alacid Nunes, tem como princípio pedagógico “contribuir para formação integral de seus alunos, numa perspectiva humanista que busca resgatar a dignidade da pessoa humana e prepará-la para o pleno exercício da cidadania” (PPP Alacid Nunes, 2019, p.18). A referida escola tem uma visão de construção de ensino cidadã desenvolvendo atividades e avaliações contínuas tendo como objetivo principal, “desenvolver no aluno a capacidade de aprender a estudar, aumentando sua autonomia” (PPP Alacid Nunes 2019, p. 19).

A escola atualmente conta com os serviços e apoio da direção, coordenação e supervisão pedagógica, orientação educacional, associação de pais e mestres, conselho de classe. Ela desenvolve atualmente os projetos e as ações como: Aluno destaque e Nota 10, que tem como objetivo elevar o envolvimento acadêmico dos estudantes, Monitoramento bimestral com elaboração de Relatório estatístico semestralmente para avaliar o grau de dificuldades dos educandos das turmas do 6º ao 9º ano, Projeto OBA que envolve a disciplina de física, Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP) e Olimpíada Brasileira de matemática das escolas públicas (OBMEP), Projeto Junino realizado em junho, e o projeto 7 de setembro, projeto Consciência Negra que é realizado no mês de novembro que a escola participa com apresentações no ginásio e as vezes na própria escola.

Destaco aqui a importância de se trabalhar a identidade negra de forma contínua no espaço escolar fazendo parte do currículo, e não apenas de forma pontual em projetos, em datas comemorativas. A identidade negra é construída em um processo contínuo dando sequência no processo de construção da identidade na escola. Pois, quando os alunos negros chegam no ambiente escolar se deparam com diferentes olhares sobre o seu pertencimento, história cultura e o físico, e a escola é responsável pelas relações que se estabelece neste espaço.

A escola Lucíolo Oliveira Rabelo tem como missão “oferecer ensino de qualidade para que o aluno tenha atuação crítica e participativa na sociedade, motivado pelos mais altos ideais de altruísmo e solidariedade ao próximo” (PPP Escola Lucíolo, 2016, p. 20), e princípios de formar cidadãos críticos conscientes de seus direitos e deveres. A escola conta atualmente com diretor escolar, secretário, coordenação pedagógica supervisão

escolar e orientação escolar, associação de pais e mestres, conselho escolar. Ela conta atualmente com os seguintes programas e ações:

Implementação da sala de leitura; Oficina de Oralidade, com culminância no final de cada semestre; A Olimpíada de Matemática será realizada com todos os alunos. Feira de Ciências, Artes e Cultura: Será realizada uma feira de ciências, arte e cultura no mês de novembro, com a participação de todos os alunos da escola. A banda marcial da escola para o desfile de 07 de setembro composta por alunos da própria escola. Projeto “Escola Viva; a eficiência é a nossa meta”, objetivando focalizar temas que fazem parte do cotidiano do aluno e da comunidade, de modo geral, sendo também uma forma de combater o índice de repetência e evasão. (PPP Luciola, 2016, p. 37).

A escola desenvolve ainda o projeto Aluno destaque e o Projeto Consciência Negra mais que não consta no PPP de 2016, pois somente a partir de 2017 começou a fazer parte das ações da escola, antes era realizado por alguns professores e hoje faz parte das ações a serem realizadas por todos. Durante alguns anos foram discutidas e reavaliadas algumas ações do PPP, porém não foram registrados.

O que se percebe é que as escolas precisam urgentemente reavaliar e registrar suas ações e projetos, bem como reavaliar de modo geral todo o projeto político pedagógico, visto que há uma necessidade constante de avaliação do trabalho pedagógico, e de suas ações realizadas, pois para um bom desenvolvimento educacional faz-se necessário o processo de avaliação e autoavaliação do trabalho desenvolvidos por todos no espaço escolar.

É possível compreender o não interesse dos membros escolares em boa parte da educação brasileira, em participar do processo de construção do PPP da escola. Uma vez que, em nossa sociedade a administração escolar na maioria das vezes estão pautadas numa administração tradicional, com objetivos e interesses políticos que estão presentes na sociedade, e com professores que veio de formações tradicionais, pois a discussão de uma escola democrática é nova, e muitos dos educadores, coordenadores não estão dispostos a uma nova perspectiva de fazer educação, visto que uma educação democrática exige compromisso e responsabilidade com o fazer pedagógico, demandando mais tempo em sua organização, e exigindo do profissional uma prática de pesquisa mais criativa.

Assim podemos identificar que essa nova visão do fazer pedagógico está mais voltada para uma nova concepção, a de Gestão Educacional Democrática, que traz uma perspectiva diferente de organização escolar, pois estabelece normas capazes de

organizar e estruturar o sistema escolar. Desta forma, podemos compreender a partir de Braga (2019), que a gestão democrática traz em seu cerne três princípios: participação, autonomia e trabalho coletivo. Este último princípio é difícil de ser realizado, pois trabalhar em coletividade não é fácil para quem está acostumado a uma escola com perspectiva e trabalho individualista.

A partir da autonomia é possível a escola criar o seu PPP, dando praticidade a sua função social, pois é por meio do PPP que a unidade escolar estabelece o tipo de cidadão que deseja formar, para isto é necessário o empenho de toda a comunidade escolar na construção desse projeto Político Pedagógico.

4.3 TRABALHO DOCENTE E A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Na escola está presente as relações multiculturais e a prática docente deve ser pensada nestas relações, dando ênfase nas diferenças, só desta forma poderá ser trabalhada as identidades dentre elas a identidade negra. Desse modo, o trabalho docente deve se dá na perspectiva intercultural, ao qual favorece a liberdade e a interrelação cultural possibilitando a interação com as diferentes culturas e a afirmação das identidades (CANDAU; MOREIRA, 2008).

É necessário que a prática docente esteja pautada numa educação libertadora que leve aos alunos a refletir e reconhecer suas identidades a partir da história de seus grupos étnico e cultural, levando os alunos a se colocarem no lugar do outro, valorizando as diferenças existentes no espaço escolar e na sociedade em geral. Como já mencionado anteriormente, o PPP é fundamental para a organização escolar e a prática docente como fundamentos e princípios de uma escola democrática, (LIBANEO, 2001).

As escolas Lucíolo e Alacid trazem em seus PPPs os princípios de construção da dignidade humana e a formação de indivíduos críticos, na construção de uma escola democrática, no entanto somente a escola Alacid Nunes apresenta em seu PPP reformulado em 2019, a temática Consciência Negra em forma de projeto a ser trabalhado no 4º bimestre com os objetivos de “valorizar a cultura negra e seus afro-descendentes e afro-brasileira na escola e na sociedade; Entender e valorizar a identidade do negro; Desmistificar o preconceito relativo aos costumes religiosos provindos da cultura africana” (PPP. Escola Alacid Nunes, 2019, p. 40).

Já no PPP da escola Lucíolo Oliveira não consta as discussões sobre as relações étnico-raciais. Apesar das escolas não sistematizarem de forma adequada no PPP o

trabalho sobre as relações étnico-raciais, elas têm desenvolvido em seus currículos atividades relacionadas a questão negra. Existe nas duas escolas um projeto sobre a consciência negra por iniciativa de alguns professores. Esse projeto foi primeiramente desenvolvido na escola Alacid Nunes e posteriormente passou também a ser realizado na outra escola. Estas discussões passaram a fazer parte das atividades escolares a partir da necessidade de uma mudança de postura.

Entretanto, apesar das escolas fazerem sinalizações para a implementação da discussão das relações étnico-raciais em seus currículos, é observável em ambas instituições a forma divergente e antagônica de inserção da temática no currículo quanto aos princípios educacionais ora estabelecidos em seus PPPs, posto que, esta temática vem sendo efetivada de forma fragmentada, isolada e desarticuladas com o conjunto das atividades curriculares propostas no PPP ou secundarizada a sua efetivação tanto no currículo quanto na rotina escolar. Pois, em uma das escolas nem se quer a temática foi inserida em seu currículo oficial o que denota dificuldades das escolas em de fato trabalhar a temática convergindo com sua concepção humanística e sócio cultural postulada em seus PPPs.

Essa dificuldade pode ser em decorrência da ausência de uma formação docente continuada mais consistente sobre a referida temática, no processo ensino aprendizagem postilado pela escola. Neste sentido, a temática das relações étnico-raciais deve necessariamente está interligada a um projeto de formação integrada, sistêmica e transformadora, caso contrário põe-se em risco a consolidação de resultados qualitativos da implementação dessa temática nos processos pedagógicos de ambas escolas e o comprometimentos da formação dos sujeitos por elas atendidos.

No entanto, deve se reconhecer a provocativa de docentes em trabalhar a discussão das relações étnico-raciais no espaço escolar, mesmo de forma desarticulada da proposta curricular da escola e numa ação pedagógica individualizada denota a força de vontade e os princípios educacionais transformador que norteiam a prática pedagógicas de alguns docentes.

Em 2008, com a iniciativa da professora de Sociologia, disciplina esta, que faz parte da grade curricular diversificada do município no ensino Fundamental nos segmentos de 8º e 9º ano, inseriu as discussões e o desenvolvimento de projetos pedagógicos abordando as questões étnico-raciais nas turmas das séries finais do ensino fundamental.

Ao observar as constantes práticas de preconceito racial em sala de aula, a referida professora notou a necessidade de uma discussão mais profunda sobre a temática das relações étnico-raciais, mesmo não existindo no município a sistematização de um currículo municipal, a professora inseriu em seu plano de ensino de sociologia de 8º e 9º ano a discussão sobre cultura, multiculturalismo, identidade, e o Racismo no Brasil que até então não fazia parte desta disciplina e, portanto, não era trabalhado. Com o tempo outras disciplinas passaram a incluir no plano anual de ensino as discussões voltadas para a questão negra, como na disciplina de História que em 2018 e 2019 passou a incluir no seu plano de ensino a história do povo negro para entender o processo de liberdade na América e no Brasil. Outras disciplinas ainda não trabalhavam as discussões étnico-raciais.

A partir destas disciplinas e os envolvimento esporádico de outros professores no projeto Consciência Negra, desenvolvido pela disciplina de sociologia na escola Alacid, esta discussão passou a fazer parte do planejamento do município, e a fazer parte do calendário escolar. Em 2014 teve o primeiro evento do município no Dia da Consciência Negra, organizado pela Secretaria Municipal de Educação, abrangendo todas as escolas do município com apresentações de danças afro, capoeira, teatro, jograis, representação artesanais, comidas típicas afro, dentre outras atividades. E em 2015 houve o segundo evento no ginásio municipal, sendo este o último evento organizado pela Secretaria de educação, desporto e cultura, devido a mudanças de gestores no município o evento ficou sendo realizado somente nas escolas.

As ações voltadas para discussões sobre as relações étnico-raciais, como a implementação do Projeto de Consciência Negra desenvolvido nas escolas que faz discussões sobre a trajetória do povo negro no Brasil, desenvolve atividades como teatro, pesquisas, trabalhos voltados a busca da identidade dos alunos com história de vidas dos mesmos, produções textuais de relatos sobre a vivência dos alunos na escola e fora dela etc. Este tema atualmente faz parte não só do Plano Anual de algumas disciplinas, como passou a fazer parte do currículo do município e do calendário escolar. Hoje temos o currículo municipal de Goianésia do Pará com base na BNCC que foi construído em 2019 em conjunto com professores de cada disciplina do município para vigência de 2020, a proposta curricular conta com as disciplinas de filosofia do 5º ao 6º ano e sociologia do 8º ao 9º ano.

É notável que ainda é necessário repensar algumas discussões e ações voltadas a questão da identidade negra, pois há ainda uma negação visível do aluno negro na escola

e muitos professores não se dão conta que muitas vezes, devido a forma de sua prática docente acabam fortalecendo o preconceito e o racismo no ambiente escolar.

No currículo e nos planos de ensino atual com base na BNCC, estão presentes em algumas disciplinas as discussões relacionadas as diferenças culturais e sobretudo as de identidade negra. Como na BNCC que apresenta em suas competências 6, 8 e 9:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018, p. 9-10)

O Currículo municipal foi pensado e elaborado a partir das orientações presentes na BNCC. Desta forma, o currículo do município também apresenta em suas habilidades e competências itens que remetem a discussão da diversidade e diferenças no espaço escolar com ênfase na realidade e saberes locais. Pois, o currículo do município apresenta em sua concepção curricular:

a defesa da construção de uma consciência crítica na emancipação do Homem e do controle social que a escola assumiu; para tal empenho, o currículo crítico é aquele que dispõe de uma montagem do cotidiano social vivido por aqueles que frequentam a sala de aula (PCEIFGOPA. 2020, p. 31).

Ou seja, a escola tem que levar em conta as vivências dos alunos, as histórias de vida e adaptar ao currículo escolar, respeitando as diferenças e incentivando a busca pelo reconhecimento e afirmação das identidades dos alunos.

Afinal, a identidade dos sujeitos é afetada pela escola, pelos conhecimentos que nela circulam e pelas relações que vivem com seus pares; as identidades, portanto se formam e se transformam. Dessa maneira, a aprendizagem que o aluno constrói na escola o ajuda a se movimentar nos locais sociais e expandir a leitura dessas realidades. (PCEIFGOPA 2020, p. 32)

Assim, o município evolui ao criar uma proposta curricular, porém sem avanços significativos em termos qualitativos de currículo no que refere a discussão das relações

étnico-raciais, posto que, este por estar embasado apenas na BNCC cuja base curricular possui uma estrutura epistemológica fundada no pragmatismo e no tecnicismo de formação, que fragmenta e desqualifica o processo teórico reflexivo do saber. Desta forma, conteúdos primordiais para a discussão das relações étnico-raciais foram ocultados ou secundarizados, permanecendo limitado ao período colonial perpetuando historicamente a velha prática curricular arbitrária de formação no universo escolar. (ANDRADE, 2020)

Foram incluídos nos currículos do município, das diferentes disciplinas, como a disciplina de sociologia, que apresenta diversas possibilidades de se abordar as questões referentes a diversidades culturais, identidade negra, preconceito racial dentre outros assuntos nesse sentido. Na disciplina de Artes, por exemplo, no eixo cultura e identidade que discute do 6º ao 9º ano a história da arte, trazendo reflexões sobre a cultura afro, com relação a identificação das manifestações artísticas em diferentes culturas e etnias, enfatizando a cultura local. Identificando as culturas local, regional e nacional como influência na construção de identidades, tendo como habilidade central nesta discussão. (EF69AR33)¹³. Objetiva, ainda analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística, problematizando as narrativas eurocêntricas e as diversas categorizações da arte (arte, artesanato, folclore, etc”), (PCEIFGOPA 2020, p. 389).

Observa-se que o município inseriu conteúdos que fazem alusão a discussão acerca da cultura afro, entretanto, os conteúdos inseridos são generalizações que não especifica as manifestações culturais afro ou não estão interligadas nem tão pouco refletem diretamente as manifestações artísticas da cultura afro em seus históricos do continente africano bem como afro brasileiro, seguindo deste modo o mesmo padrão da BNCC. É perceptível o desenvolvimento do município quanto a implementação de um currículo, entretanto este está baseado fortemente apenas pela BNCC, deste modo vale ressaltar que a BNCC por si só não garante a adequada discussão das relações étnico-raciais. (SANTOS, RIBEIRO, ONÓRIO, 2020)

Em História, no 7º ano, trabalha-se o processo de aculturação do negro e indígena na Amazônia a partir dos objetos de conhecimento processos de colonização e aculturação na consolidação do mundo moderno e consequências da vinda das ordens religiosas para a Amazônia, dando início ao processo de acultramento do índio e do negro. No 8º e 9º ano o sistema de escravidão no Brasil, formação dos Quilombos bem como a valorização

¹³ Alfa numérico do currículo da disciplina de Arte do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano do Município de Goianésia do Pará.

cultural e o reconhecimento dos direitos e fortalecimento das diferenças. Em Língua Portuguesa é proposto o trabalho sobre Identidade numa perceptiva de busca do reconhecimento cultural a partir da linguagem e suas representações no espaço escolar.

Na disciplina de Geografia está presente a discussão da cultura em relação aos grupos étnicos que compõe a matriz populacional brasileira entre eles a matriz africana nos anos 8º e 9º. Já em Estudos Amazônico, a discussão começa no 7º com as reflexões sobre cultura, diversidade e identidade na Amazônica dando ênfase a discussão da cultura indígena e cultura negra. Em Ensino Religioso está no currículo a discussão de pluralidade, identidade, cultura na perceptiva religiosa entre elas a religiosidade de matriz africana presente no Brasil. Na disciplina de Sociologia é trabalhado a questão do racismo no Brasil, o trabalho escravo e a inserção do negro no mercado de trabalho, o racismo como fenômeno social, a discussão do processo de construção da identidade negra, cultura, identidade, diversidades e diferenças, e o preconceito.

Reconhecemos que algumas disciplinas, mesmo de forma inadequada foram as que mais evoluíram na inserção dessas discussões no currículo é um avanço e um ganho para a educação do município. Contudo, sabemos também que ainda há muito a ser implementado no que se refere ao combate ao preconceito racial e a efetivação do respeito as diversidades raciais, culturais e religiosas no contexto escolar. Pois é preciso urgentemente uma reformulação adequada do currículo, quanto a inserção dessa temática na proposta curricular da escola, embasados de fato em fundamentos epistemológicos de um processo formativo crítico, sistêmico e transformador para que se possa tolir o retrocesso do debate sobre a temática e o reforço de estereótipos e estigmas sobre a africanidades dos sujeitos, isto é, não contribuir para invisibilidade da identidade negra.

Portanto, se faz necessário uma formação continuada sobre a temática da discussão das relações étnico-raciais, para que haja uma ação pedagógica mais consciente e consistente acerca da temática mencionada, tendo em vista, a implantação de um currículo que atenda não obrigatoriedade legal, mas que seja uma ação pautada nos princípios do respeito a pluralidade étnica e racial imbuída de uma consciência sistêmica quanto a reparação histórica étnica e cultural do povo negro e afro brasileiro que nunca foi superada ou seja extrapolar fronteiras legais. (Carth,2018)

Ilustrações 15, 16, 17 e 18 - Projeto consciência negra 2018



Fonte: arquivo pessoal (2018)

Ilustração 19 e 20 - Projeto Consciência Negra Escola Lucíolo 2019



Fonte: arquivo pessoal 2019

Ilustração 21 e 22 - Projeto Consciência Negra Alacid 2019



Fonte: arquivo pessoal 2019

4.4 RACISMO E IDENTIDADE NEGRA NO AMBIENTE ESCOLAR

O racismo de modo geral não surgiu de uma vez, ele surgiu aos poucos através das relações sociais e culturais e do trabalho que foi pautado na busca de mão de obra escrava, com ênfase no processo de escravidão, para o desenvolvimento das sociedades capitalistas. É uma ideologia constituída de superioridade que ficou no imaginário social, como podemos observar com Antônio Sant' Ana (2005):

O racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata através da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo-extra para o branco colonizador e opressor. (Sant' Ana, 2005, p.42)

Assim, a ideia e a prática de racismo está presente em nosso meio há muito tempo, passado de geração em geração e hoje ainda podemos presenciar este tipo de atitude por muitas pessoas na sociedade. No ambiente escolar não é diferente, o racismo está presente de forma velada, que muitas vezes ocorre nas brincadeiras entre os alunos, na rejeição de

alguns alunos na hora de divisão dos grupos para trabalhos escolares e as vezes, até mesmo na forma do próprio professor se referir aos alunos negros.

No Brasil, podemos considerar que o racismo se estabeleceu a partir do processo de colonização, com uma visão de exploração dos recursos naturais, que viabilizou a exploração da mão de obra escrava, disseminando a ideia racista de superioridade do branco, tornando difícil o combate ao preconceito racial. As pessoas não são preconceituosas e racistas por natureza elas aprendem a prática de ações racistas como afirma Lopez (2005)

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações. (LOPEZ, 2005, p.188)

Assim, se as pessoas aprendem a ser preconceituosas, podem aprender a não praticar o racismo ou qualquer outra forma de preconceito, possibilitando uma relação mais afetuosa entre os indivíduos. Mesmo porque como a firma Véra Lopez (2005), “o preconceito racial nada mais é do que uma ideia preconcebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação a outra, sem razão objetiva ou refletida. Normalmente, o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória” (LOPEZ, 2005, p.188)

Percebemos, portanto, que o racismo na escola acontece de forma camuflada que quase não é percebido pelos próprios atores ao qual fazem parte do processo. Essa prática muitas vezes ocorre por meio de brincadeiras, apelidos ou até mesmo com exclusão do aluno em determinados grupos de trabalhos escolares. Muitas vezes os alunos negros ficam sem grupo para desenvolver a atividade de grupo, passando de forma despercebidas em sala de aula, esta situação ocorre com menor frequência com o aluno branco.

Muitas vezes os professores presenciam tal comportamentos racistas e se eximem de intervir na relação, por não achar que não faz parte das suas atribuições e não tem empatia com a causa. Para tanto, diversas justificativas são elencadas para a não aceitação do aluno no grupo, como preguiçosos, desinteressados e dissimulando, tudo isto para camuflar a real razão da rejeição.

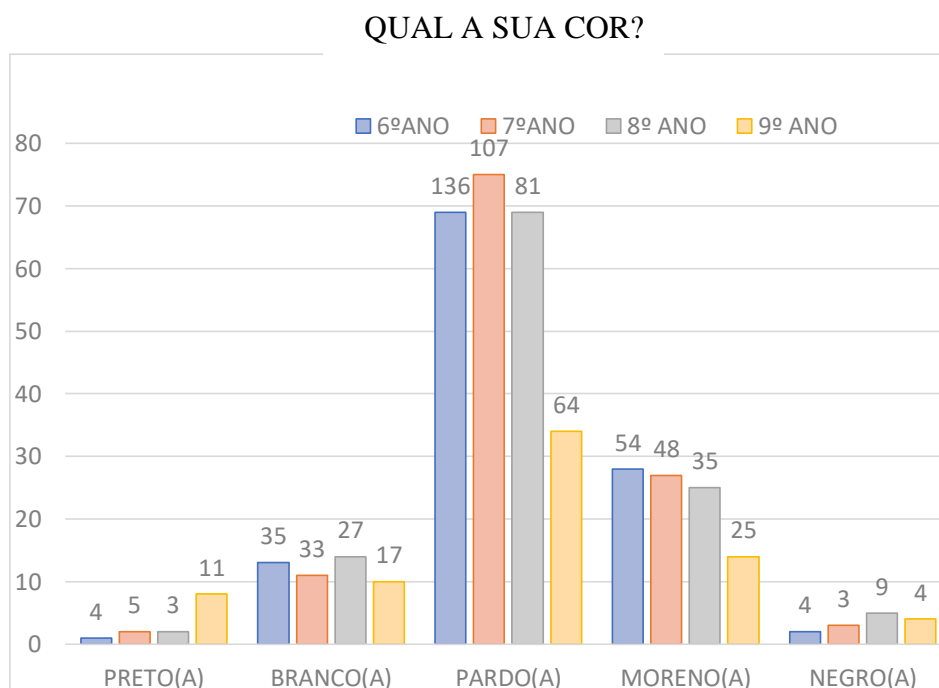
A escola é responsável pela reprodução da ideologia dominante, esta reproduz também a ideologia racista, contribuindo cada vez mais para a exclusão dos atores sociais negros. É no interior das escolas que devem ser combatidos o preconceito racial. Assim,

as escolas, *locus* desta pesquisa, também estão incluídas nesse processo de discriminação e preconceito racial. Observamos nas duas escolas práticas de racismo.

Em uma pesquisa realizada de forma interdisciplinar em 2019 nas escolas, sob minha orientação (professora da disciplina de sociologia) e dos professores de história e de matemática e participação dos alunos do 9º ano, percebemos algumas práticas de racismo presentes no ambiente escolar.

Entrevistamos 705 alunos dos turnos manhã e tarde, que estudam do 6º ao 9º ano, as idades dos alunos são de 11 a 20 anos. Com relação à pergunta sobre a cor obtivemos o seguinte resultado. Dentre os que se identificam como pardos e morenos temos 550 alunos. Mais de 50% dos alunos entrevistados preferem não se identificar enquanto negros.

Gráfico 2 – Identificação étnica



O gráfico acima demonstra a necessidade de se trabalhar a questão da identidade negra no ambiente escolar de forma mais pontual, pois como afirma Nilma Gomes (2003), para a construção da identidade é necessário que se tenha uma vivência e reconhecimento de sua história. A escola pode propiciar este reconhecimento da história do povo negro, fazendo com que os alunos reconheçam sua identidade. Sabemos que a utilização de alguns termos é usada para camuflar a existência do negro na sociedade brasileira, percebe-se a partir do gráfico que a maioria dos alunos na escola são negros, porém não se reconhecem como negros. O que se percebe é que não há uma política de educação

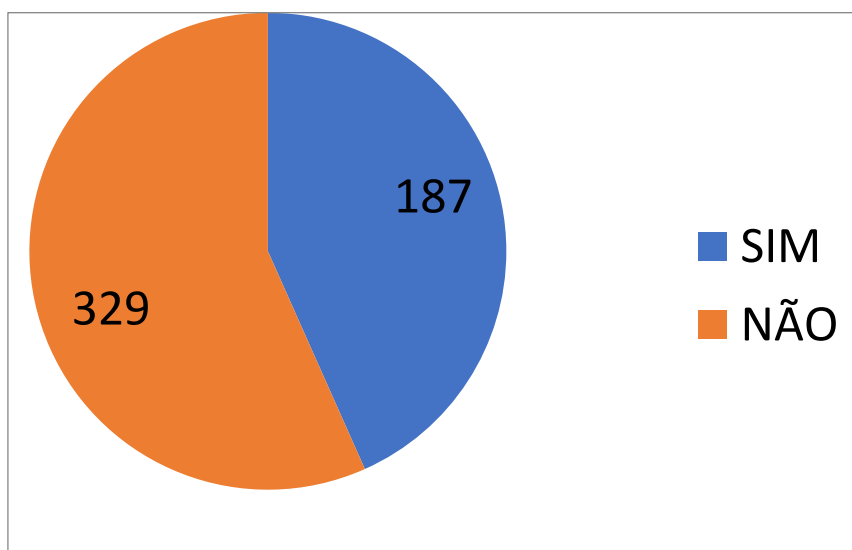
para as relações étnico-raciais. Nas escolas pesquisadas como já mencionados anteriormente, não se tem um trabalho integrado em torno desta temática, uma vez que é percebido ações isoladas por professores sem uma discussão pedagógica para a inserção no currículo escolar.

Os termos negro e preto em sua maioria são rejeitados e substituídos pelos termos pardo e moreno. Percebemos isto no contexto de sala de aula, quando vemos que os alunos não aceitam ser identificados como negros ou pretos. Identificam-se, a maioria, como pardos, moreno, moreno claro e moreno escuro. Ainda está no imaginário social e escolar a ideia negativa dos termos negro e preto e aceitam os termos pardos e morenos afim de amenizar a negritude. Desse modo. O Gráfico acima demonstra o quanto ainda está presente a negação da identidade negra, pois a maioria dos alunos são negros e não se aceitam, provavelmente devido a carga de preconceitos que estes sofrem não só no ambiente escolar como em todo meio social.

O racismo estrutural se firma cada vez mais na sociedade, naturalizando a discriminação, e contribuindo para não denuncia dos atos de racismo, por medo os indivíduos que sofrem o racismo nos mais diversos ambientes, como na escola acabam silenciando, sofrendo sem denunciar.

Com relação a pergunta: Você já sofreu racismo ou injúria racial? obteve-se o seguinte:

Gráfico 3- Alunos vítimas de racismo ou injuria racial



Alguns alunos não responderam todas as questões, preferiram não opinar em alguns questionamentos como, por exemplo nesta questão citada acima que dos 705 alunos apenas 516 responderam à questão. Podemos identificar que a não participação de alguns alunos nas respostas da pesquisa, nos leva a uma reflexão, de um despreparo e desconhecimento sobre a discussão de raça e racismo, injúria e preconceito racial, que a anos está presente na sociedade brasileira e que é fortalecido nos espaços escolares com os modelos de currículos que temos, estes criados justamente para o fortalecimento da política de educação de exclusão do Estado e fortalecimento do capitalismo.

Desta forma, apesar de nem todos os alunos entrevistados responderem todas as perguntas do questionário escrito, ainda assim podemos identificar que há uma prática de racismo no ambiente escolar e que deve ser trabalhado em sala a questão do preconceito racial, pois muitas vezes o aluno prefere não falar sobre estas situações de preconceito que já sofreu. A escola é responsável por esta educação de não inclusão e de não respeito as diferenças.

Deve-se, portanto, trabalhar a questão do preconceito e identidade de forma intercultural como afirma Vera Candau (2014) e interdisciplinar para que se possa desenvolver uma visão crítica ao combate do preconceito racial na escola. As escolas Alacid e Lucíolo não pode se eximir desta discussão, porém é necessário que haja um trabalho integrado e com visão multidisciplinar, que ainda não se tem nestas escolas.

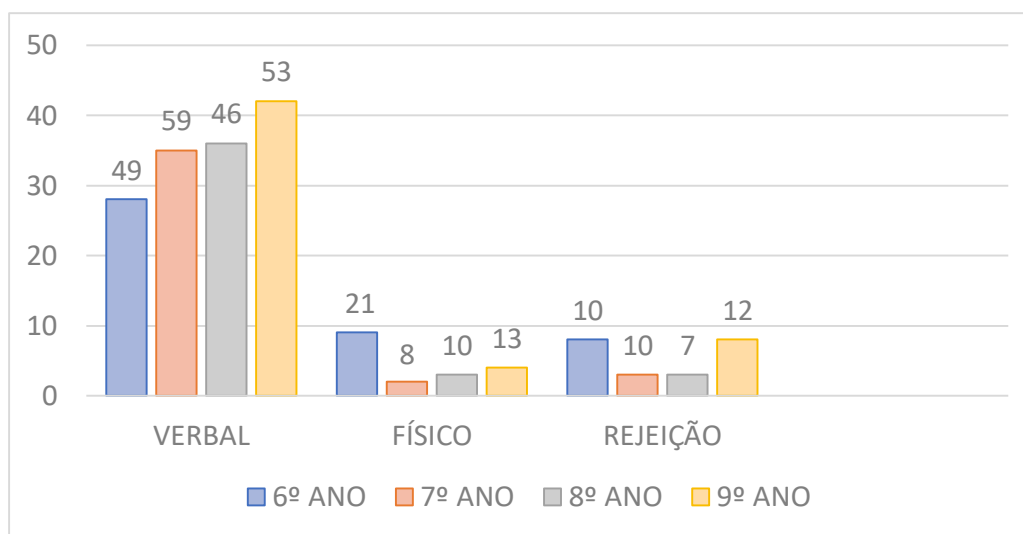
Já na questão sobre as formas de racismo sofridos pelos alunos, houve um maior número de respostas, apesar de alguns entrevistados não confirmarem a pergunta anterior se já sofreram preconceito, se manifestaram sobre como sofreram o preconceito racial, demonstrando assim a dúvida e o medo de muitos responderem as questões relacionadas ao racismo na escola.

Dos que já sofreram atos de preconceito racial temos o gráfico abaixo que demonstra que grande parte do racismo acontece de forma verbal. Muitas vezes estas agressões raciais ocorrem através de brincadeiras que acabam sendo despercebidas, pois muitas vezes os alunos não tem a noção de que esta prática mesmo sendo considerados por eles brincadeiras é uma pratica racista, outra forma é através dos xingamentos, porém vemos também que há outras formas de preconceito racial na escola embora esteja em menor quantidade, como as agressões físicas e rejeição. O racismo ocorre e é presenciado por muitos e as vezes não é tomada as devidas providências, deixando parecer que essas atitudes e pensamentos racistas são naturais e não construídos por relações sociais.

Para tanto as escolas devem ter em seus currículos escolares planejamentos e estratégias de uma educação pautada nas diferenças, e infelizmente as escolas pesquisadas não possuem em seu PPP estratégias e metas para uma educação das relações étnico raciais e até o momento da pesquisa realizada não se tinha nenhuma discussão voltada para um currículo multicultural é integrado.

Gráfico 4- Formas de racismo sofrida pelos alunos.

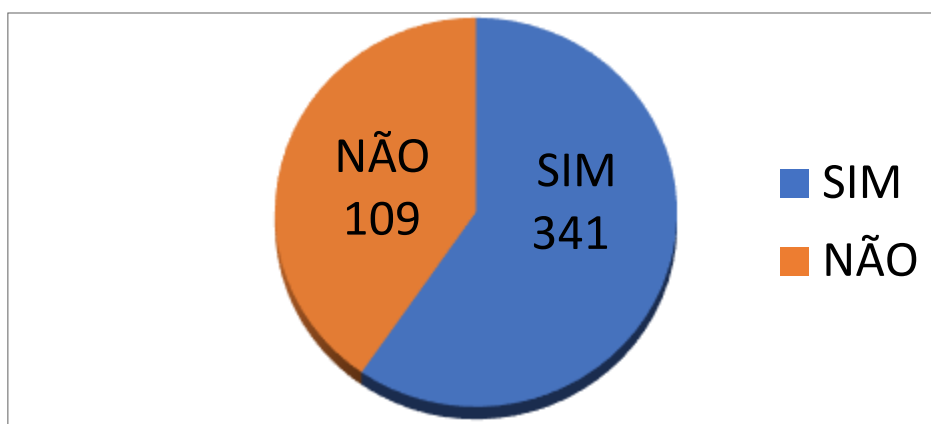
COMO?



O gráfico abaixo, apresenta um quantitativo significativo dos alunos que responderam à pergunta quanto a ter presenciado algum ato de racismo, tendo um resultado surpreendente de 341 alunos que presenciaram a prática do racismo na escola, assim se confirma a discussão de Kabengele Munanga (2005), quando se refere a nossa educação como eurocêntrica, baseada nos costumes do branco, deixando de lado toda e qualquer discussão da história afro brasileira no ambiente escolar, propagando a ideologia da classe dominante, ensinando desta forma os alunos a serem preconceituosos e racistas, consigo e os outros.

É importante destacar ainda com relação ao gráfico abaixo, quanto aos alunos terem presenciado a prática de racismo na escola, que eles presenciam o racismo em grande quantidade, mais não se reconhecem enquanto racista, constatamos aqui o que Kabengele Munanga disse em uma entrevista a Fundação Percecu Abramo em 08/09/10, que o racismo no Brasil é um crime perfeito, pois as pessoas detectam o racismo mais as própria vítimas são os responsáveis pela prática do racismo, ou seja, há o crime mais não há o criminoso.

Gráfico 5-Alunos que presenciaram racismo na escola
 VOCE JÁ PRESENCIOU ALGUM ATO DE RACISMO NA ESCOLA



É notável a diferença do resultado da primeira questão, você já sofreu racismo ou injúria racial, para a segunda questão, apenas 187 alunos responderam a primeira, dizendo que sim, e já no questionamento sobre ter presenciado algum ato de racismo na escola 341 responderam que sim. Percebermos então, o quanto é difícil falar de si mesmo, é mais fácil falar do outro, do que demonstrar o que acontece consigo.

É visível a prática do racismo nas escolas e o medo que os alunos sentem ao falar sobre o tema e reconhecer que são vítimas desta prática, cabe a escola Alacid Nunes e Lucíolo Oliveira Rabelo, trabalhar estas questões de forma mais expressiva e não apenas eventualmente, e os profissionais exigirem políticas de formação para que se tenha conhecimento e propriedade para trabalhar a temática no cotidiano em sala de aula e demais espaços da escola.

Identificamos então, que a partir da prática pedagógica é possível reverter essa ideia do medo e preconceito no ambiente escolar, para isto o professor tem que se desprender dos livros didáticos e orientações pautadas numa ideologia racista presente na educação brasileira e aderir a uma prática pautada em uma educação crítica e reflexiva que proporciona uma educação diferenciada, como podemos verificar em KABENGELE MUNANGA (2005)

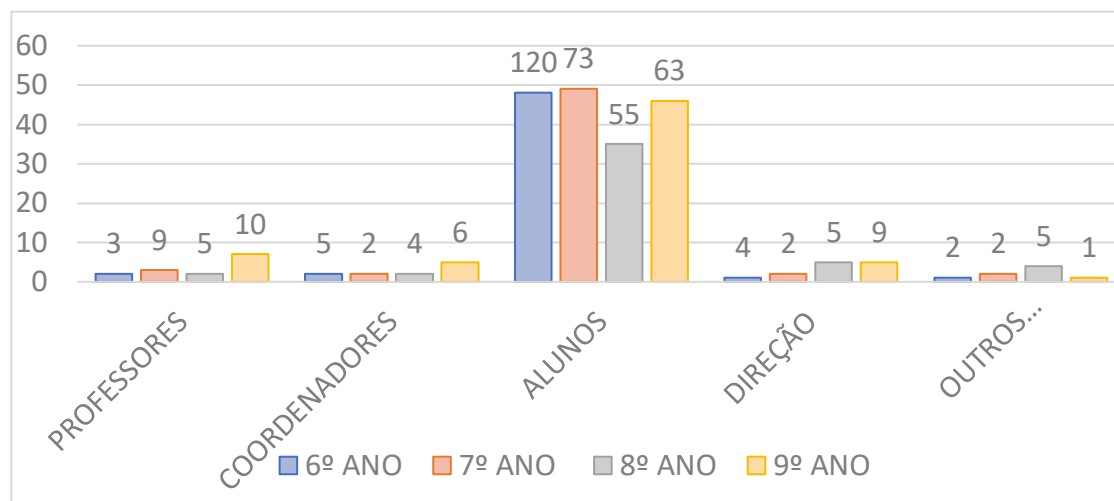
No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa

preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. (MUNANGA, 2005, P.17)

A prática de racismo no ambiente escolar ocorre de várias formas e por vários atores sociais envolvidos no processo de aprendizagem, às vezes, até por parte de quem menos se espera, de quem era para proteger e ajudar. A partir das informações do gráfico abaixo, podemos identificar que nas escolas pesquisadas, a prática do racismo ocorre na maioria das vezes por parte dos alunos, seja por falta de conhecimento de sua própria história ou por não se desenvolver a empatia, acabam cometendo racismo entre eles.

Destaco aqui novamente que as escolas tem que trabalharem a história do povo negro e sua importância no processo de formação da sociedade brasileira, levando o conhecimento da sua própria história para as salas de aula respeitando os conhecimentos prévios e a vivência dos alunos em seu meio social, ou seja levando em consideração as vivências dos alunos.

Gráfico 6- Integrantes da comunidade escolar que cometeram racismo



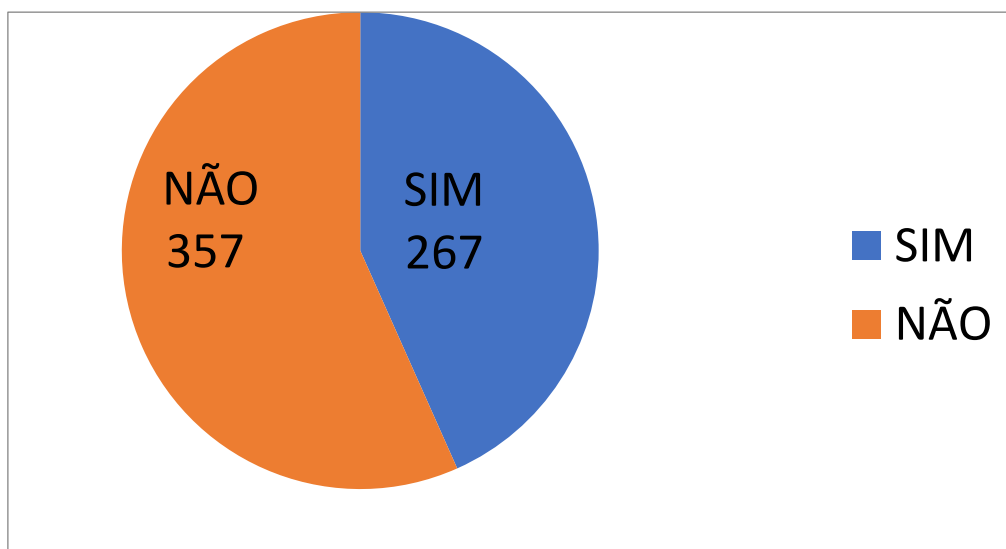
O gráfico apresenta ainda a prática de racismo por outros membros do ambiente escolar, que apesar de ser em pequena quantidade, ao nosso ver ainda é prejudicial ao desenvolvimento da aprendizagem, pois quando o racismo ocorre por parte de quem deveria ter o conhecimento e o dever de combater o preconceito racial, acolher e conscientizar esses alunos é muito preocupante. Diante disso, fica evidente a necessidade de formações não só para os docentes como também para todos que constituem o contexto

escolar e a utilização e produções de materiais que resultem em uma prática reflexiva contra o racismo e o respeito as diferenças. Naiade Cristina Mizael e Luciane Gonçalves (2015).

Um outro fator interessante é quando os alunos são questionados se já praticaram racismo, a maioria diz que não, se compararmos os dois gráficos anteriores, percebemos uma discrepância nas respostas dadas pelos alunos, pois uma maioria já presenciou o racismo na escola, praticados pelos próprios alunos em sua maioria, mas os mesmos alunos não reconhecem que realizam a prática do racismo como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 7 Dados de alunos que cometeram racismo

Podemos perceber que ocorre no ambiente escolar a negação da prática do racismo

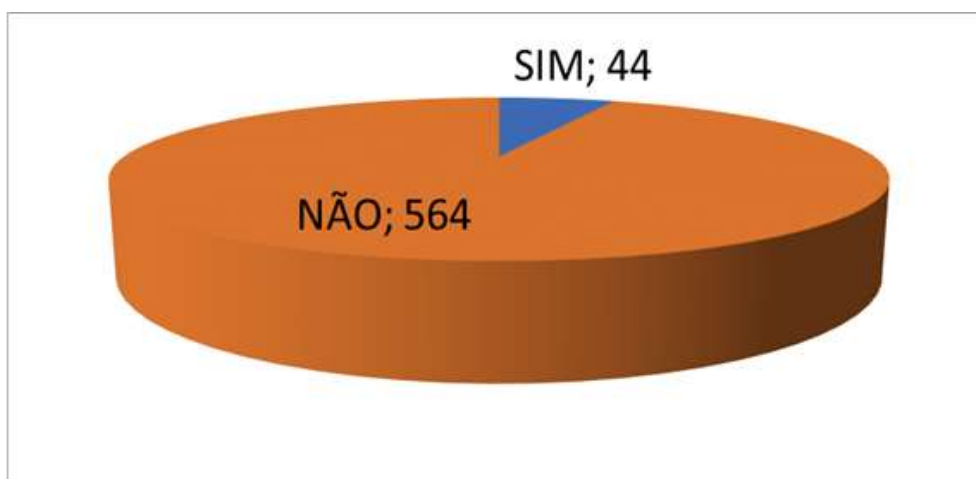


o e esta negação não é de agora, há muito tempo ocorre na sociedade brasileira desde o pós-abolição com a ideologia estabelecida de uma sociedade sem racismo e preconceito. A disseminação do mito da democracia racial por Gilberto Freire em seu Livro Casa grande & Cenzala demonstra que a ideia de uma sociedade amistosa miscigenada, que estava presente na sociedade da época não tem fundamento racional, e serve apenas para justificar as estruturas sociais, pois os miscigenados de pele mais escuras, “mais africanos” não eram considerados socialmente e os “mais europeus” eram bem vistos na sociedade.

As escolas com sua discussão de um currículo monocultural, e aqui exponho as escolas pesquisa, que trabalha no viés da educação europeia, acabou internalizando no imaginário social e no ambiente escolar o não reconhecimento e identificação da identidade negra e a negação de atos racistas, uma vez que fica no imaginário social a não existência de negros na sociedade.

Quando se refere simplesmente aos termos preconceito e discriminação sem mencionar a palavra racismo, os alunos parecem ter uma melhor aceitação em responder, pois muitos ainda temem e não gostam de falar sobre racismo. É o que percebemos com o gráfico abaixo:

Grafico 8- Alunos que presenciaram discriminação e preconceito na escola



Os alunos têm uma compreensão melhor do que seja discriminação e preconceito, eles denominam preconceito como uma opinião negativa sobre alguém e discriminação como a prática ou a ação sobre alguém ou grupo, sendo quase que unânimes em dizer que não concordam com tais ações. Estes termos são mais trabalhados de forma geral nas escolas, sendo discutido e demonstrado outros tipos de discriminação e preconceito para compreensão dos alunos e pouco se discute estes termos voltados para o racismo.

Quando a escola não trabalha as temáticas voltadas para as relações étnico-raciais e a discussão da identidade negra, acarreta um conjunto de discriminações no espaço escolar que gera um sofrimento aos alunos, (DANIELA CARVALHO, DALILA FRANÇA, 2019). Ainda é espantoso que tenha alunos que concordam com estas práticas em seu meio social. No entanto ocorre este pensamento, devido à ausência de uma discussão e prática pedagógica consistente no espaço escolar que retrate estas questões.

A visão dos técnicos pedagógicos e professores em relação ao racismo e a discussão das relações étnicas-raciais na escola é semelhante a maioria dos alunos, pois muitos dos professores não tiveram em suas formações discussões voltadas para a educação das relações étnico-raciais e o município não oferta formações, assim muitos dos profissionais preferem não falar e muito menos praticar ações voltadas para esta discussão se eximindo as construção de uma pratica coletiva e diferenciada de currículo. Eles responderam que é trabalhado mais no mês de novembro com o projeto consciência negra, mas reconhecem que estas discussões deveriam ser trabalhadas de forma interdisciplinar durante todo o ano letivo, porém não ocorre na pratica esta atividade. Os professores também afirmam que estas discussões são trabalhadas somente nas datas específicas como o Dia do índio e o Dia da Consciência Negra, que deveria haver um projeto permanente para as discussões das relações étnicas raciais. Apontamos aqui o descaso por parte do poder público e escolar com esta temática, com a ausência de políticas públicas municipal e incentivo a uma prática pedagógica pautada em um currículo multiculturalista.

Nota-se que não há uma prática docente nas escolas sobre as discussões das relações étnicas-raciais, e para esta prática docente tornar permanente e ampla necessita o empenho de todo o corpo docente e técnicos a implementarem, uma vez que já foi incluída no currículo municipal reorganizado em 2019 para 2020, discussões sobre a cultura afro e identidade negra em algumas disciplinas, porem falta a sistematização de forma coletiva das temáticas devolvidas.

Como diz Gomes (2005), cabe à escola enfrentar o preconceito e, só é possível com a implementação de mudanças concretas que provoquem novos valores e proporcione novas práticas no espaço escolar. Para tanto, é necessário, que primeiramente se reconheça a ocorrência do racismo no espaço escolar, para que a partir dessa tomada de consciência e busque forma de combater as práticas de racismo.

Os técnicos e professores entrevistados, reconhecem que há sim a ocorrência de racismo nas escolas. Conforme afirma a técnica entrevistada via on-line.

Sim. Acontece principalmente nas brincadeiras entre os alunos e isso termina atrapalhando o combate do preconceito por parte da Coordenação Escolar, porque termina camuflando essas questões entre os sujeitos da escola. (Entrevista com técnico (a) pedagógico, 2021)

Já com relação à escola, trabalhar a trajetória do negro, os professores disseram, que não sabiam se a escola trabalhava, o que sabem é que no mês da consciência negra trabalham alguns ícones da cultura negra.

Não. Eu não sei, acho que só no dia da consciência negra mesmo que alguns ícones, geralmente são sempre os mesmos que são trabalhados com os alunos, aí que vão ver a questão de zumbi né! A Dandara, a Mariele as vezes é trabalhado, na última vez que, a gente ainda estava em aula presencial em 2019, eu lembro que foi trabalhado a Mariele. Alguns personagens de destaque né! mas só no dia da consciência negra mesmo. E não sei como os professores de história, sociologia, geografia trabalham, agora um projeto permanente assim que a gente tá vendo na escola eu não vejo não (Entrevista com professora, 2021).

A maioria dos professores entrevistados relatam que a escola trabalha as discussões da cultura negra mais no período do projeto do Dia da Consciência Negra no mês de novembro, que ambas as escolas têm. Como podemos identificar na fala da professora acima, alguns trabalham de forma superficial alguns textos e autores negros. Quanto ao corpo técnico pedagógico é unanime a resposta que se trabalham mais no período do mês da consciência negra como demonstra em uma das falas:

Trabalha de forma superficial dentro do projeto Consciência Negra abordando a desigual histórica e a marginalização dos negros no Brasil, bem como seus efeitos nas relações modernas de trabalho e o acesso a direitos básicos universais, como saúde e educação. (Entrevista com técnico (a) pedagógico, 2021)

De acordo com as respostas obtidas na pesquisa, observa-se que há um reconhecimento por parte dos professores e técnicos pedagógicos da presença de racismo na escola e acontece principalmente de forma verbal com xingamentos, apelidos e segregação de alguns grupinhos. O fato do reconhecimento da presença do racismo na escola, conforme Carvalho e França (2019), é um ponto positivo, pois a partir daí pode-se promover uma educação antirracista.

Ainda, segundo as autoras, há um grande desafio que as escolas têm que enfrentar com relação ao combate ao racismo e ao preconceito de modo em geral, pois a escola é responsável pela construção da identidade dos alunos e é através das discussões de diversidade, que podemos ensinar o respeito e compreensão da existência dos diferentes, valorizando as culturas.

Com relação a lei 10.639/03 os professores afirmam que não está sendo efetivada pelas escolas e tão pouco pela secretaria de educação, devido a forma que está sendo

trabalhado, somente no mês da consciência negra. Para eles, deveria ter um projeto permanente. Já segundo os técnicos, embora a temática sobre as relações-étnico-raciais esteja inserida no currículo do município desde 2020, ainda está na teoria, na prática ainda não se efetivou, pois é trabalhado mais pelo professor de história.

Na teoria sim, porque o currículo escolar foi baseado nas orientações da nova BNCC uma vez que orienta para a inclusão dos estudos da história da África e dos africanos em outras áreas de conhecimento. Por outro lado, não percebemos isso na prática do professor, haja visto que as questões raciais são trabalhadas somente na época da consciência negra e principalmente pelo professor de história. (Entrevista com técnico (a) pedagógico, 2021)

O currículo a que o técnico se refere é o currículo do município sistematizado em 2019, pois não havia currículo municipal, este foi organizado com base na BNCC, para vigência em 2020. Como explicitado, não foi trabalhado adequadamente devido a pandemia. Sabe-se também, a partir das análises dos currículos de História e Sociologia já citados anteriormente, que estas disciplinas já trabalhavam as questões da história afro e identidade negra. Porém, não se tem formação para os professores, planejamento interdisciplinar estabelecido pela escola. Os que trabalham, são por conta própria, afim de desenvolver discussões para melhoria das relações étnicas raciais.

Na visão dos professores as escolas deveriam ter um projeto permanente e discussões voltadas para a questão do racismo e formações para os professores. Só assim estaria de fato efetivando a lei 10.639/03. Da mesma forma, é a visão dos técnicos, a escola deve “trabalhar com projetos que venham fomentar uma maior participação de grupos afrodescendente no interior da escola, justamente para criar maiores possibilidades de conhecimento a respeito da cultura africana” (Entrevista com técnico (a) pedagógico, 2021).

É notável a partir das análises feitas que o racismo está presente nos interiores das escolas de ensino fundamental de 6º ao 9º ano do município de Goianésia do Pará. Contudo, já existe uma preocupação com as questões raciais, que já ocorre nas escolas as discussões e estudos sobre as relações étnico raciais, mesmo que de forma fragmentada e superficial. Já estão dando os primeiros passos em defesa das diferenças e valorização das culturas. Pois como diz Kellison Cavalcante (2018, p. 14) “A construção da identidade negra precisa ser discutida, valorizada e reconhecida no espaço escolar. Pois todo o processo de construção da identidade negra confronta com a realidade da nossa sociedade, enfrentando o racismo e o preconceito”.

O reconhecimento da prática de racismo e preconceito já é um caminho para criar estratégias de trabalho para a valorização e o respeito às diferenças, evitando assim o racismo no espaço escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Goianésia do Pará é constituído por pessoas de diversas regiões que traz consigo diferentes culturas, formando um espaço multicultural, como já visto no decorrer do texto, com manifestações culturais diversas. Nos espaços escolares deste município não é diferente, temos diversas culturas e diferentes formas de ver o mundo. Estas visões de mundo e culturas devem ser trabalhadas no cotidiano escolar, fazendo com que haja o respeito e a tolerância com o diferente.

Diante disso, tenho agora a árdua responsabilidade de tecer as considerações finais, depois de uma longa jornada de pesquisa e participação no ambiente escolar. Chega o momento de rever a prática pedagógica e o desenvolvimento das relações socioculturais no ambiente escolar. Não é fácil fazer uma análise deste tipo, pois encontramos no nosso cotidiano muitos obstáculos para o desenvolvimento de uma educação multicultural, que proporcione o respeito as diferenças.

Devemos ter o cuidado de não cair no erro de que os alunos não aprendem, porque não querem, ou por serem preguiçosos - palavra que muitas vezes são ditas nos espaços escolares - pois muitas vezes já fadado de tanto trabalho e desanimado da educação, o educador pode cometer o equívoco de acreditar que só depende do aluno para o seu desenvolvimento. Sabemos que há muitos outros fatores que contribuem para tal fracasso escolar, como a pobreza, a falta de incentivo familiar, o não contato com experiências educacionais, e inclusive o preconceito e a discriminação racial presente nos ambientes em que estes alunos estão inseridos.

A pesquisa não foi realizada com o intuito de ensinar ou orientar como se deve trabalhar as práticas das relações étnico-raciais, porém, para demonstrar como estão as relações no ambiente escolar afim de proporcionar uma reflexão para o desenvolvimento de uma educação de valorização das diferenças. Não dá mais para ficarmos com uma visão unilateral de educação, uma vez que nos espaços escolares temos diversas cultura e identidades que devem ser respeitadas, pois “a educação, como toda sociedade, está recheada de culturas e etnias, múltiplas, plurais, diversas. Não é possível mais pensar a escola sem a presença intensa do cruzamento de culturas presentes em seu cotidiano” (SILVA,2014, p. 90).

A partir das observações feitas durante a pesquisa podemos perceber que há a presença de racismo nas escolas, principalmente entre os alunos de forma verbal que muitas vezes é despercebido na sala de aula como xingamentos, apelidos, piadas e são

tidas como brincadeiras. Há ainda um número espantoso de prática de discriminação e racismo por parte dos alunos de 8º e 9º ano e acredita-se que por estes estarem em nível de educação mais avançados, deveriam já ter um conhecimento mais amplo e rejeitar esta prática sabendo respeitar as diferenças.

O que pode ser considerado diante desta situação, é que não se tem ainda nas escolas um trabalho contínuo no que tange à educação das relações étnico-raciais, como podemos identificar também na fala dos professores e técnicos. Portanto, é necessário que as discussões da cultura afro, de identidade negra, e valorização das diferenças sejam trabalhadas em todo o ensino fundamental, para que os alunos reconheçam e assumam sua identidade, só assim será dada visibilidade aos alunos negros, que muitas vezes sofrem calados, apenas baixando a cabeça para tudo, por medo da discriminação e do preconceito.

É perceptível que os técnicos e professores das escolas de Goianésia do Pará reconhecem a existência do racismo no ambiente escolar e que deve ser combatido com atividades e projetos, cabendo a estes profissionais ir à luta em busca de um currículo multicultural e de formação, exigindo políticas que beneficiem o sistema de educação municipal. A partir do momento que há o reconhecimento nas escolas da prática do racismo e da necessidade de se discutir as relações étnico-raciais, é um bom começo para o desenvolvimento de uma educação antirracista, e o desenvolvimento das identidades nos espaços escolares, pois as identidades são construídas em um processo de relações coletivas que começa na família, passando por todos os grupos a que o indivíduo pertence, inclusive na escola (GOMES, 2003). Para que haja esse processo de construção das identidades no espaço escolar é necessário que as escolas trabalhem numa perspectiva multicultural.

Percebe-se ainda a partir do gráfico que demonstra a qual identidade que os alunos se identificam, que eles não se identificam quanto ao ser negro, pois a maioria se identifica como pardos, e aqui destaco os alunos de 8º e 9º que é o foco da minha pesquisa. Por ser menos turmas, ainda apresenta um grande índice de desconhecimento e aceitação de sua identidade, haja vista que a maioria deles são negros e preferem o termo pardo, para se identificarem. Este termo é usado pelo IBGE para identificar cor ou raça que compõem a população brasileira, além dos outros termos brancos, pretos, amarelos e indígenas. No entanto, sabemos que é construído essa ideia de branqueamento, desde meados do século XIX e a primeira metade do século XX, que infelizmente tivemos protagonistas brasileiros que defendia a teoria do branqueamento.

Com essas teorias, acreditava-se que até a quinta geração não haveria mais negros na sociedade brasileira. Essa ideia não se desfez facilmente, e isso pode justificar a não identificação e aceitação dos alunos quanto ao ser negro, até mesmo por medo de sofrer preconceitos e violência racial. É preciso que haja reflexões constante no cotidiano escolar, para que modifique este tipo de pensamento e se tenha coragem de combater o racismo em todos os meios sociais.

No entanto, podemos perceber que as escolas já têm dado os primeiros passos para a construção da identidade negra, embora de forma fragmentada, uma vez que ainda está presente o racismo e a negação da identidade negra no ambiente escolar. Quando as escolas trabalham em novembro o mês da consciência negra, em forma de projeto, que ambas as escolas têm e que hoje faz parte do calendário escolar, e também estas discussões já presente em algumas disciplinas como história e sociologia, já há uma mudança de pensamento.

O que falta agora é um planejamento interdisciplinar e intercultural da escola, pois o primeiro passo já foi dado com a prática pedagógica de alguns professores e com a sistematização do currículo municipal, onde está presente em todos os anos e em várias disciplinas, objetos de conhecimento voltados para a educação e as relações étnico-raciais. Portanto, para o combate do racismo e construção da identidade negra, precisamos de uma educação e socialização que dê ênfase na convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares (MUNANGA, 2014, p. 41).

Percebe-se também que a lei 10.639/03 que define a obrigatoriedade do ensino da cultura africana nas disciplinas de História, Artes e Ensino Religioso no sistema de ensino, que foi criada graças aos esforços dos movimento negro e entidades organizadas, ainda não está de fato sendo efetivada no município de Goianésia do Pará, uma vez que é necessário o empenho do poder público para a implementação desta lei, com investimentos, divulgação, acompanhamentos, e formação, além de uma integração dos conteúdos do currículo da escola referente as atividades relacionadas as questões étnico-raciais, que estão presentes nos espaços educacionais. (SILVA, ALMEIDA, 2020, P.24).

A lei 10.639/03 é uma política pública de educação e de ação afirmativa e como tal deve se tornar uma política de Estado para que venha ser posta em pratica não só em momentos de campanha, mas em qualquer governo que esteja à frente do país, estado ou município, pois com a implementação de fato desta lei é possível termos mudança no espaço escolar com o desenvolvimento dos alunos, não só nas relações socioculturais, como também de aprendizagem e permanência do aluno no espaço escolar.

Em linhas gerais, constatamos que a implementação da lei 10.639/03, fortaleceu os debates sobre as relações étnico-raciais nas escolas pesquisadas. Respalda a inserção de práticas pedagógicas relacionadas a construção da identidade negra e seus desdobramentos nas discussões de sala de aula entre professores e alunos. No entanto, percebermos que os casos de preconceito racial ainda persistem, bem como a negação da identidade negra por parte de alguns alunos.

Contudo, reconhecemos que o processo de educação para as relações étnico-raciais ainda não se efetivou de fato, mas já há um encaminhamento para a construção das identidades e o processo de combate ao racismo nos espaços escolares das instituições pesquisadas. O primeiro passo já foi dado com o reconhecimento da existência do racismo nas escolas, com a iniciativa do Projeto Consciência negra desenvolvido pelas escolas, e a prática pedagógica de alguns professores na área das relações étnico-raciais, e o envolvimento dos alunos nas atividades desenvolvidas com relação a identidade negra, com apresentações, leituras e pesquisas na escola, contribuindo para uma reflexão das relações socioculturais e raciais neste espaço.

REFERENCIAS

ABBDIAS NASCIMENTO, et al. *Relações de raças no Brasil, edições quilombo* Rio de Janeiro, 1950.

AGIER, Michel. Distúrbios Identitáriu, em tempos de globalização, *MANA* 7(2):7-33, 2001 ... de M Agier - 2001 acesso em 10 de jan. de 2020 <http://www.scielo.br/pdf/mana/v7n2/a01v07n2.pdf>

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de, SANCHEZ Lúvia Pizauro, Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. *Pro-Posições* [online]. 2017, vol.28, n.1, pp.55-80. ISSN 1980-6248. Acesso em: 05 de junho de 2020 <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141>.

ANDRÉ, Marli E.A., A pesquisa no cotidiano escolar. P 39 – 50. IN Metodologia da pesquisa educacional / Ivani Fazenda (org) – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010

ARAÚJO, Marlon Aurélio Tapajós, BELO Patrícia de Sales. GRANDES PROJETOS MINERÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: impactos e perspectivas. *Rev. Pol. Públ. São Luis*, v. 13, n. 2, p. 265-277 jul./dez. 2009

ARAÚJO. Liliane Rodrigues de, SOUZA Sérgio Rodrigues de. Reflexões sobre a Aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e a Práxis Docente. IN: I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA 29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016 UFES. Santa Catarina - GT2 Africanidades e Brasilidades em Educação.

ASSIS, M.D.P. & CANEN, A. Identidade Negra e Espaço Educacional: vozes e contribuição histórias e contribuições do multiculturalismo *Cadernos de Pesquisa*, [online], 2004 v. 34, n. 123, p. 709-724, ISSN 1980-5314. Acesso em: 25 de jan. 2020 <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000300010>.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade Entrevista a Benedetto Vecchi, tradução Carlos Alberto Medeiros** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed 2005 .

BRAGA, Simone Medeiros. *A Gestão Democrática no Município de Acará: Processos e práticas em escolas de ensino fundamental*, 2019, 84f. Trabalho de conclusão de curso UFPA, Acará, 2019.

Brasil Debate E Fundação Friedrich Ebert. **Austeridade e Retrocesso: Impactos Sociais da Política Fiscal no Brasil**. São Paulo, agosto de 2018

Brasil. **Lei nº 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sancionada em 20 de dezembro de 1996. Publicada no Diário Oficial da União, em 23 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

Brasil, Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: SECAD/SEPPPIR, jun., 2009.

Brasil, **Plano Municipal de Educação-PME, 2015-2025**. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, (SEMECDEL). Goianésia do Pará 2015.

Brasil, **Proposta Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental de Goianésia do Pará-PA**, Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Lazer (SEMECDEL). GOIANÉSIA DO PARÁ – PA 2020

BRITO FILHO, José Carlos Machado de. Ações afirmativas à luz da Constituição Federal de 1988. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3915, 21 mar. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/27001>. Acesso em: 5 ago. 2019. <https://jus.com.br/artigos/27001/acoes-afirmativas-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>.

CANDAU, Vera Maria, Moreira Flavio Antônio, Currículos, disciplinas escolares e cultura, (ogs.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

CANDAU, Vera Maria. Didática Crítica intercultural: Aproximações, Petrópolis, RJ : Vozes 2012.

CANDAU, “Vera Maria. Educativos DIFERENÇAS CULTURAIS, COTIDIANO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.”, *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011

CANDAU, Vera Maria, Moreira Flavio Antônio, Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas, (ogs.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

CANDAU, Vera Maria, Moreira Flavio Antônio, Educação escolar e cultura(s):construindo caminhos, (ogs.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

CANDAU, Vera Mara. Sociedade Multicultural e Educação: Tensões e desafios. IN Didática Crítica intercultural: Aproximações, Petrópolis, RJ: Vozes 2012. P. 19 – 54

CANDAU, Vera Mara. Diferenças Culturais cotidiano escolar e práticas pedagógicas. IN Didática Crítica intercultural: Aproximações, Petrópolis, RJ: Vozes 2012. P.81 – 106

CANDAU, Vera Maria Ferrão, RUSSO Kelly. INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: uma construção plural, original e complexa. Ver. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n.29, p.151 -169, jan./abr.20 10, acesso em: 12 fevereiro 2020 <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3076>.

CARNEIRO Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito) — São Paulo: Selo Negro, 2011

CARNEIRO Sueli. Focalização X universalização. Tempo de leitura: 3 mins read, 25/04/2003, <https://www.geledes.org.br/focalizacao-x-universalizacao>. Acesso em 21/07/2021

CARTH, John Land. A Base Nacional Comum Curricular e a aplicação da política de Educação para Educação das Relações Etnico-Raciais (afro-brasileira, quilombola, cigana) Disponível em <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/artigos/A-BNCC2018-e-a-ERER.pdf>. Acesso em 07 de out.2021.

CASTRO Jorge Abrahão de. Política Social e Desenvolvimento no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012

CAVALCANTE, Kellison Lima. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR: PERCEPÇÕES E DISCUSSÕES. Cadernos Cajuína, V. 3, N. 3, 2018, p. 9-19.

CRESTANI Dinamir Antônio, OLIVEIRA Celmar. QUE TIPO DE ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL É ESTE? Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2017
Especialização em Gestão Pública, Porto Alegre, RS, Brasil 2017.

CONCEIÇÃO. Marcela Silva da, *Um Estudo Sobre o Estado do Conhecimento No Tocante á Implementação da Lei N. 10.639/2003 na Educação Básica (2009-2016)* 2018 168f. Dissertação de Mestrado. UFPA- Núcleo de Estudos Transdisciplinares em

Educação Básica Programa De Pós-Graduação Em Currículo e Gestão da Escola Básica. BELÉM-PA 2018

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. 1 Ed. São Paulo Boitempo, 2016.

DIAS, Andréia Cristina Parizatto O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E SUA INFLUÊNCIA NO PLANEJAMENTO DOCENTE. Campinas 2011

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – Brasileira. 2005.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Lucíolo Oliveira. **Projeto Político Pedagógico**. Goianésia do Pará 2016

Escola Municipal de Ensino Fundamental EJA Governador Alacid Nunes. **Projeto Político Pedagógico**. Goianésia do Pará 2019

FARAH, M. F. Gênero e políticas públicas. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

FERNANDES, Florestan. “A Sociedade de Classes sob o Capitalismo Dependente” In: Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, 3ª. Edição.

FREYRE, Gilberto. Casa–grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004. (Original de 1933)

GADOTTI, Moacir, O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA na perspectiva de uma educação para a cidadania, Porto alegre, 2000

GIOVANNI, G. (2009) As estruturas elementares das políticas públicas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>. Acesso em :10 de agosto de 2019

Gonçalves Luiz Alberto Oliveira, Silva Petronilha Beatriz Gonçalves e Movimento negro e. Revista Brasileira de Educação, disponível em; <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?format=pdf&lang=pt> DSet/Out/Nov/Dez 2000 N° 15. Acesso em 24 de setembro 2021.

GOMES, Nilma Lima. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002 p.2. acesso em: 14 de nov. de 2019 <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/download/1296/1392>.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores, Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003 *versão impressa* ISSN 1517-9702 *versão On-line* ISSN 1678-4634

GOMES, Nilma Lima Indagações sobre currículo: diversidade e currículo / [Nilma Lino Gomes]; organização do documento, Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento – Brasília:Ministério da educação,Secretaria de educação básica, 2008. Acesso em: 26 de nov. de 20019 <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>.

GOMES Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação IN SUPERANDO O RACISMO NA ESCOLA, Kabengele Munanga (org.) Brasília 2005

HALL, Stuart, A Identidade Cultural na Pós Modernidade, Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Loubo – 11.ed.- Rio de Janeiro: DP&A.2006

HALBWACHS, Maurice, A memória coletiva - São Paulo, 1992

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial (cap. 6) In: THEODORO, Mário (org.) As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição – Brasília: IPEA, 2008.Acesso em: 18 outubro de 2019 https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5605

KABENGELE, Munanga A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v. 4, n.1, Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural, jul. 2014. ISSN: 2237-0579

KABENGELE, Munanga. Nosso racismo é um crime perfeito – Entrevista cedida a Fundação Perseu Abramo, Partido dos trabalhadores, São Paulo, 08 de novembro de 2010.

KABENGELE, Munanga Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

KABENGELE, Munanga. Superando O Racismo na Escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

ANDRADE, Maria Carolina Pires de. Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro, UFRJ- Rio de Janeiro 2020.

LEPIENSKI, Luís Marcos. DISCUSSÃO E ANÁLISE SOBRE OS RECURSOS DIDÁTICOS NO ENSINO DE BIOLOGIA E CIÊNCIAS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ Professor da Rede Estadual de Ensino do Paraná e-mail: lmlok@ig.com.br. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/400-4.pdf>. Acesso em 22/07/2021.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOPES Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação, IN SUPERANDO O RACISMO NA ESCOLA, Kabengele Munanga (org.) Brasília 2005

LUNA, Fabiana Gomes de. *As Práticas Curriculares na Educação Quilombola na Escola Municipal Ovídio Tavares de Morais*, 2017, 55f. Trabalho de conclusão de curso UFP- Centro de Educação Especialização em Educação do Campo. João Pessoa – PB DEZEMBRO – 2017

MACEDO, Rafael Mendes. Chacina de Goianésia do Pará: romaria da libertação. [1990?]

MACEDO, Rafael Mendes. Chacina de Goianésia do Pará: O sangue dos Mártires clama por Justiça. [1990?]

MACEDO, Rosinete Silva. *A Política de Nucleação e Transporte Escolar nos Processos Pedagógicos Formais do Projeto de Assentamento Celsinho (Goianésia Do Pará)*, 2013 56f. Trabalho de Conclusão de Curso. Marabá – PA, 2013

MANDELA, Nelson, Lançamento da rede Mindset, uma organização sem fins lucrativos que provê material educativo e curricular para alunos e professores em vários temas, desde economia, matemática e física até tecnologia e orientação para a vida, 2003

MIZAEL, Náide Cristina de Oliveira, GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias.
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA SALA DE AULA:
passando por bruxa negra e de preto fundido a pretinho no poder. Rvista Eletronica da
Pós – Graduação em Educação UFG – RegionalJataí, v.11,n. 2, 2015

MOREIRA, Glays Kelle da silva, AMORIM, Silvio Pereira de. (2013) História das
Ações Afirmativas: Aspectos Motivadores das Cotas Raciais no Brasil (180 -2009),
Faculdade Alfredo Nasser. Disponível em: [www.faculdadealfredonasser.edu.br/files/
pesquisa/](http://www.faculdadealfredonasser.edu.br/files/pesquisa/) Acesso em: 18 ago. 2019 HISTORIA%20DAS%20AÇÕES%20
AFIRMATIVAS. pdf.

MOURA. Glória. O DIREITO A DIFERENÇA. p. 69 IN KABENGELE, Munanga.
Superando O Racismo na Escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador.
– [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização
e Diversidade, 2005. 204p.: il.

MYSKIW, Antonio Marcos, **Colonos, posseiros e grileiros: Conflitos de terras no Oeste
Paranaense (1961/66)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação
interinstitucional em História UFF/UNIOESTE. Niterói /RJ,.201 páginas, 2002.

Pontes Ana Carolina - Actio Engenharia Turística – Coordenação Geral. Inventário da
oferta turística Hierarquização de atrativos Diagnóstico da infraestrutura de turismo
Relatório de oportunidades de negócios Goianésia do Pará – PA, 2014

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas
da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Darcy, O povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil, São Paulo,
Ed.SCHWARCZ LTDA, 2008.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e
lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª
edição 2001.

Sant’Ana Antonio Olimpio de a História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus
Derivados. IN SUPERANDO O RACISMO NA ESCOLA, Kabengele Munanga (org.)
Brasília 2005

SANTOS, M. A. L. dos; RIBEIRO, S. L. S.; ONÓRIO, W. O. Ensino de História na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): sentidos de diversidade nos anos iniciais. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp2, p. 961–978, 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24iesp2.14326. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14326>. Acesso em: 06 de setembro. 2021.

Schwarcz, Lilia Moritz, 1957- O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930/Lilia Moritz Schwarcz. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Evani Lima, (2013?) Políticas afirmativas: o processo histórico brasileiro. Disponível em: http://www.institutobuzios.org.br/documentos/Evani%20Lima_Pol%C3%ADticas%20Afirmativas.PDF. Acesso em 05 ago. 2019.

SILVA, Nanicleison José da, ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Educação das relações étnico-raciais: um estudo de caso sobre os impactos da Lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar. *Revista Exitus, Santarém/PA*, Vol. 10, p. 01-28, e 020074, 2020.

SILVA, Paulo Cesar Alves da. Africanidade e negritude no imaginário de professoras negras: Um estudo em Goianésia do Pará. UFPA, Belém – PA 2014.

SILVA, Reinaldo Costa da. Exploração do trabalho na produção de carvão vegetal no Município de Goianésia do Pará (PA). UNIFESSPA, Marabá – PA, 2017

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. ROSEMBERG, Fúlvia, Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. IN RACISMO E DISCURSO NA AMERICA LATINA. Teun A. Van Dijk. São Paulo Contexto 2008

SILVA, Tomaz Tadeu da Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais /Toma.Z Thdeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward- Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

APÊNDICES

Entrevista com os alunos

Pesquisa na escola sobre o preconceito racial. (Fazer gráfico para demonstração)

1- Qual a sua idade -----

2- Qual o ano que estuda -----

3- Qual a sua cor?

() Preto () Branco () Pardo () Moreno

4- Você já sofreu Racismo? Ou injuria racial?

() sim () não

5- Como?

() verbal () Físico () Rejeição

6- Já presenciou algum ato de racismo na escola?

() sim () não

7- Por parte de quem?

() Professores () coordenadores () alunos () Direção () outros funcionários

8-Você já praticou racismo na escola?

() sim () não

9-Você concorda com a pratica de preconceito e discriminação?

() sim () não

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA
PROFESSORES E CORDENADORES**

- 1- Como a escola trabalha as relações étnica raciais?

- 2- A partir de suas observações você identifica a presença de preconceito racial na escola, como acontece?

- 3- A escola trabalha a trajetória do negro? Como?

- 4- A cultura negra é estudada de que forma pela escola?

- 5- Na sua opinião a lei 10639/2003 está sendo efetivada pela escola e secretaria de educação?

- 6- O que a escola deve fazer para fortalecer o relacionamento, a aceitação da diversidade étnica e o respeito?



PREFEITURA DE GOIANÉSIA DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL GOV. ALACID NUNES

Autorização Institucional

Eu **Marcelo Simão Machado**, responsável pela **Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Lucíolo Oliveira Rabelo** autorizo à realização da pesquisa do projeto de Mestrado **A constituição da identidade Negra entre alunos de 8º e 9º ano das escolas públicas municipais do setor urbano de Goianésia do Pará**, a ser conduzido pela pesquisadora **Marinete Macedo Ribeiro**. Fui informado, pela responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Atenciosamente,


Marcelo Simão Machado
006/2019
Diretor Escolar



INEP 15118037
Goianésia do Pará - Pará



PREFEITURA DE GOIANÉSIA DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL GOV. ALACID NUNES

Autorização Institucional

Eu **Valdeza Souza da Silva Mota**, responsável pela **Escola Municipal de Ensino Fundamental Gov. Alacid Nunes** autorizo à realização da pesquisa do projeto de Mestrado **A constituição da identidade Negra entre alunos de 8º e 9º ano das escolas públicas municipais do setor urbano de Goianésia do Pará**, a ser conduzido pela pesquisadora **Marinete Macedo Ribeiro**. Fui informado, pela responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Atenciosamente,


Valdeza Souza da Silva Mota
Diretor(a) Escolar
E.M.E.F. Gov. Alacid Nunes
Port. 0122/2018/GP

ANEXOS



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: LEI Nº 10639/2003: A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA ENTRE ALUNOS DE 8º E 9º ANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO SETOR URBANO DE GOIANÉSIA DO PARÁ.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 770			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: MARINETE MACEDO RIBEIRO			
6. CPF: 564.140.562-00		7. Endereço (Rua, n.º): RUA 12 DE JULHO Nº 59 CENTRO PARADA DIGITAL GOIANESIA DO PARA PARA 68639000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 94991486799	10. Outro Telefone:
11. Email: netermacedo@gmail.com			
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>11</u> / <u>07</u> / <u>2020</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: FACULDADE LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS		13. CNPJ: 27.819.903/0001-55	14. Unidade/Orgão:
15. Telefone: (61) 2020-3390		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Saete Sirlei Valesan Camba</u>		CPF: <u>022.205.388-77</u>	
Cargo/Função: <u>Diretora</u>		 Assinatura	
Data: <u>13</u> / <u>07</u> / <u>2020</u>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa:

LEI Nº 10639/2003: A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA ENTRE ALUNOS DE 8º E 9º ANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO SETOR URBANO DE GOIANÉSIA DO PARÁ.

Nome do responsável:

Marinete Macedo Ribeiro

Número do CAAE: (inserir após aprovação pelo CEP)

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

A escola por ser uma instituição responsável pela construção da identidade e formação dos cidadãos democráticos, tem que priorizar o respeito, a cultura e o modo de ser de cada indivíduo, buscando esta inter-relação com os espaços em que os alunos vivem.

É nesta visão de escola democrática onde está presente as relações socioculturais e formas de vivência, que pretendo nesta pesquisa realçar e demonstrar a importância das discussões das relações étnico raciais no espaço escolar, afim de proporcionar uma reflexão conjunta entre alunos e professores possibilitando, uma revisão da prática pedagógica do professor e uma reflexão do aluno quanto a sua postura e conhecimento de sua própria história e reafirmação de sua identidade.

A pesquisa tem como objetivo geral, analisar a partir da aplicação da lei 10639/2003 a política de formação dos alunos de 8º e 9º ano das duas escolas públicas do setor urbano de Goianésia do Pará quanto a construção da identidade negra, entre os anos 2018 e 2019. E objetivos específicos: Investigar a prática pedagógica quanto a construção de identidades e preconceito racial entre os alunos de 8º e 9º ano; analisar as ações discussões de identidade no espaço escolar; analisar currículo e os planos de ensino das disciplinas História, Ensino Religioso e Sociologia e Geografia dos 8º e 9º ano.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a: responder questionário de múltipla escolha em quanto educando, que será realizado em 45 minutos equivalente a uma aula e entrevista semiestruturada no caso de professores e coordenadores, A pesquisa será realizada no espaço escolar nos horários em que os pesquisados estarão presentes, será ainda feito observações pela pesquisadora nas atividades e eventos escolares, bem como análise dos planos e currículos escolares.

Desconfortos e riscos:

Você não deve participar deste estudo se durante a execução da pesquisa trazer alguns desconfortos, uma vez que, a pesquisa envolverá questões subjetivas e os dados serão organizados e analisados conforme critérios do pesquisador.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Desse modo, algumas informações poderão ser publicizadas, no corpo do texto do trabalho final da pesquisa, podendo ainda a pesquisa trazer alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre racismo, Quebra de sigilo, Danos, e constrangimentos, Para tanto, a pesquisadora será criteriosa e cuidadosa ao lidar com as informações coletadas no sentido da escolha e manutenção do sigilo, a fim de que, se possa evitar situações prejudiciais tanto para as pessoas pesquisadas como para a pesquisa. E em caso de haver incômodo ou constrangimento em responder determinadas questões estará livre para optar em não as responder.

Benefícios:

Ao participar deste trabalho estará contribuindo para um conhecimento e discussão do processo de construções de identidades, proporcionando o conhecimento da realidade escolar, visão de relações étnico – raciais no ambiente escolar, e possibilidades de medidas para uma educação de combate ao preconceito racial.

Acompanhamento e assistência:

Você tem o direito à assistência integral e gratuita devido a danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, pelo tempo que for necessário. Se acaso necessitar de algum atendimento em decorrência de danos apresentados pela pesquisa, a pesquisadora estará a disposição para ajudar no que for possível afim de sanar quais quer eventualidade que possa vir ocorrer com o pesquisado, buscando junto as autoridades competentes a ajuda que for necessária.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Desta forma assegurando assim a privacidade do pesquisado, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da de sua participação. Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

Ressarcimento e Indenização:

A pesquisa será realizada no ambiente escolar nos horários em que os pesquisados estão presentes, assim não haverá nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela participação nos indivíduos envolvidos na pesquisa, no entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, será ressarcido. O pesquisado poderá deixar de participar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Marinete Macedo Ribeiro, rua 12 de julho nº 58 bairro centro, Goianésia do Pará, fone 94 991486799, e-mail:netermacedo@gmail.com .

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no. 1071,

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: maestria.estado@fiacso.org.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa:

Data: ____/____/____.

(Assinatura do participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

PROPOSTA CURRICULAR



HISTÓRIA

HISTÓRIA			
7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Eixo	Subeixo	Objetivos de aprendizagem	Habilidades
ESPAÇO/TEMPO E SUAS TRANSFORMAÇÕES	1. Natureza, trabalho, tecnologias e a transformação do espaço	1.1 Compreender a construção do ideal de modernidade de "Novo Mundo" e seus impactos na concepção de História	(EF07HI01) Explicar o significado de "modernidade" e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia
		1.2 Compreender os significados das relações de poder nos períodos históricos e geográficos, tendo em vista o enfrentamento de problemas de ordem econômico, social e geográfica	(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência
		1.3 Reconhecer a dinâmica das mudanças econômicas, sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórica	(EF07HI13) Caracterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico (EF07HI17) Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo
LINGUAGEM E SUAS FORMAS COMUNICATIVAS	1. A linguagem como produção humana em diferentes tempos e espaços	1.1 Conhecer e utilizar fontes de informação escritas e imagem, utilizando para tanto, alguns procedimentos históricos e geográficos	(EF07HI06) Comparar as navegações no Atlântico e no Pacífico entre os séculos XIV e XVI (EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos
		1.2 Identificar o conhecimento técnico dos povos africanos e pré-colombianos expressos na sua cultura	(EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas
		1.3 Conhecer e entender a História da África e os fatos que permearam a vida e a cultura dos africanos na América	(EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico

VALORES À VIDA SOCIAL	1. Participação social como garantia de direitos	1.1 Reconhecer a dinâmica das mudanças econômicas, sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórica	(EF07HI04) Identificar as principais características dos Humanismos e dos Renascimentos e analisar seus significados
		1.2 Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno no continente Europeu	(EF07HI05) Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno e na América
		1.3 Comparar a fragmentação política da sociedade medieval com o novo modelo centralizador das Monarquias absolutistas	(EF07HI07) Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política
		1.4 Compreender os hábitos alimentares dos índios, negros e Europeus: a formação da nossa cultura alimentar	(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial
CULTURA E IDENTIDADE	1. Fontes histórica/geográficas e memória cultural	1.1 Conhecer e perceber as consequências da vinda das ordens religiosas para a Amazônia, dando início ao processo de aculturação do índio e do negro	(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (índigena, africana, europeia e asiática)
		1.2 Descrever os processos de colonização e aculturação na consolidação do mundo moderno	(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval (EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados
		1.3 Analisar os diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio-espaciais	(EF07HI14) Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente
		1.4 Entender a conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação, dando ênfase às conquistas europeias na Amazônia	(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências

VALORES À VIDA SOCIAL	1. Participação social como garantia de direitos	1.1 Reconhecer a dinâmica das mudanças econômicas, sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórica	(EF07HI04) Identificar as principais características dos Humanismos e dos Renascimentos e analisar seus significados
		1.2 Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno no continente Europeu	(EF07HI05) Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno e na América
		1.3 Comparar a fragmentação política da sociedade medieval com o novo modelo centralizador das Monarquias absolutistas	(EF07HI07) Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política
		1.4 Compreender os hábitos alimentares dos índios, negros e Europeus: a formação da nossa cultura alimentar	(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial
CULTURA E IDENTIDADE	1. Fontes histórica/geográficas e memória cultural	1.1 Conhecer e perceber as consequências da vinda das ordens religiosas para a Amazônia, dando início ao processo de aculturação do índio e do negro	(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática)
		1.2 Descrever os processos de colonização e aculturação na consolidação do mundo moderno	(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval (EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados
		1.3 Analisar os diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio-espaciais	(EF07HI14) Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente
		1.4 Entender a conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação, dando ênfase às conquistas europeias na Amazônia	(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências

CULTURA E IDENTIDADE	1. A dimensão cultural e demográfica do espaço	1.3 Conhecer e identificar as principais revoluções que ocorreram no continente europeu e seu desfecho para o processo emancipatório no Brasil	(EF08HI02) Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos posteriores à Revolução Gloriosa. (EF08HI03) Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas (EF08HI04) Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo (EF08HI10) Identificar a Revolução de São Domingo como evento singular e desdobramento da Revolução Francesa e avaliar suas implicações
		1.4 Entender o escravismo no Brasil do século XIX: as plantations e revoltas de escravos, o abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial	(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas
		1.1 Compreender os diversos tipos de sociedades implantadas no Brasil, desde a colônia, como consequência de um modelo agroexportador para a metrópole	(EF08HI05) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas
		1.2 Entender as revoltas e a fuga para os quilombos como forma de manutenção da liberdade e da sua cultura	(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas
		1.3 Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sócio-diversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos para o fortalecimento da democracia	(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas
		1.4 Conhecer e respeitar o modo de vida e de grupos diversos, nos diferentes tempos e espaços	(EF08HI27) Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas

HISTÓRIA			
9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Eixo	Subeixo	Objetivos de aprendizagem	Habilidades
ESPAÇO/TEMPO E SUAS TRANSFORMAÇÕES	1. Natureza, trabalho, tecnologias e a transformação do espaço	1.1 Diferenciar que a sociedade e a natureza possuem princípios e leis próprios e que o espaço resulta das interações entre elas, historicamente definidas	(EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais (EF09HI28) Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses (EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação
		1.2 Descrever a natureza do espaço como lugar histórico, onde ocorre lutas sociais, transformações e interações entre os grupos sociais distintos	(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive (EF09HI12) Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia global (EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto) (EF09HI14) Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos (EF09HI29) Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras (EF09HI31) Descrever e avaliar os processos de descolonização na África e na Ásia (EF09HI34) Discutir as motivações da adoção de diferentes políticas econômicas na América Latina, assim como seus impactos sociais nos países da região (EF09HI35) Analisar os aspectos relacionados ao fenômeno do terrorismo na contemporaneidade, incluindo os movimentos migratórios e os choques entre diferentes grupos e culturas
		1.3 Entender as tensões, disputas e interesses dos segmentos sociais envolvidos na proclamação da República e seus primeiros desdobramentos	(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954

		análise da participação popular	
		1.4 Analisar o poder dos militares, na tomada do Estado, como um processo de dominação e manutenção da elite política local, subjugada aos interesses imperialistas	(EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos (EF09HI30) Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos
		1.5 Reconhecer que as melhorias nas condições de vida, as transformações socioculturais, o respeito às minorias, os avanços tecnológicos e os direitos políticos são conquistas decorrentes de acordos e conflitos ainda não usufruídos por todos os seres humanos	(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988 (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combater a diversas formas de preconceito, como o racismo
CULTURA E IDENTIDADE	1. A dimensão cultural e demográfica do espaço	1.1 Compreender a escravidão negra e do índio, como uma fase do capitalismo para exploração e obtenção de lucro	(EF09HI01) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados
		1.2 Reconhecer a partir da localidade e do cotidiano a cidadania e democracia na organização das sociedades	(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil (EF09HI07) Identificar e explicar, em razão a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes
		1.3 Reconhecer e entender os ciclos históricos, como fases do processo de dominação do sistema capitalista que determinam as várias formas de uso dos espaços rural e urbano, apontando sua interferência no meio ambiente	(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954 (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura

PROPOSTA CURRICULAR



ENSINO RELIGIOSO

ENSINO RELIGIOSO			
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Eixo	Subeixo	Objetivos de aprendizagem	Habilidades
ESPAÇO/TEMPO E SUAS TRANSFORMAÇÕES	1. As religiões em diversos contextos	1.1 Estudar a diversidade e pluralidade cultural religiosa na sociedade	(EF08ER01PA) Compreender e respeitar a diversidade religiosa percebida de várias formas no seu entorno
	2. Estudos sobre espiritualidades e novos movimentos religiosos	2.1 Conhecer os novos movimentos religiosos e espiritualidades do mundo contemporâneo, em especial, suas práticas místicas, mágicas e esotéricas	(EF08ER02PA) Reconhecer e respeitar as práticas místicas, mágicas e esotéricas presentes nos novos movimentos religiosos e espiritualidades
LINGUAGEM E SUAS FORMAS COMUNICATIVAS	1. Textos escritos e orais nas religiões e espiritualidades	1.1 Conhecer os textos escritos e orais nas religiões e espiritualidades	(EF08ER03PA) Compreender e analisar a importância dos textos escritos e orais nas religiões e espiritualidades (EF08ER03) Analisar doutrinas das diferentes tradições religiosas e suas concepções de mundo, vida e morte (EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas
	2. Processos culturais de hibridação, sincretismo, apropriação e adaptação entre religiões e espiritualidades	2.1 Conhecer e analisar os processos culturais de hibridação, sincretismo, apropriação e adaptação entre religiões e espiritualidades	(EF08ER04PA) Perceber e reconhecer os modos como as culturas, religiões e espiritualidades se misturam (EF08ER05) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública

ALORES À VIDA SOCIAL	1. Conflitos, fundamentalismos e fanatismo religioso	1.1 Esclarecer as causas de conflitos, fundamentalismos e fanatismos de motivação religiosa	(EF08ER05PA) Esclarecer equívocos sobre conflitos e atitudes sustentadas em motivações fanáticas em diferentes contextos religiosos (EF08ER05) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública (EF08ER06) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções
	2. Diálogo intercultural, ecumenismo, diálogo inter-religioso, tolerância e intolerância religiosa	2.1 Perceber a importância do diálogo intercultural, assim como as experiências com base no ecumenismo, diálogo inter-religioso e tolerância religiosa	(EF08ER07) Analisar as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes denominações religiosas (EF08ER02) Analisar filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos (EF08ER04) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia) (EF08ER06PA) Demonstrar atitudes de aproximação, diálogo e principalmente de respeito entre as diversas religiões
CULTURA E IDENTIDADE	1. Estudos históricos e comparados sobre religiões indígenas, africanas e afro-brasileiras	1.1 Estudar e conhecer as religiões indígenas, africanas e afro-brasileiras como práticas culturais da sociedade brasileira	(EF08ER07PA) Compreender as contribuições das religiões indígenas, africanas e afro-brasileiras para a cultura e identidade regional e nacional
	2. Religiões e sociedade: organização social no contexto das religiões, ideologias religiosas, religiões e espaços públicos	2.1 Estudar e perceber o papel das religiões nas ideologias e organizações sociais	(EF08ER08PA) Analisar a influência das religiões na organização social dos sistemas e instituições seculares, assim como a produção de ideologias (EF08ER04) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia)

ENSINO RELIGIOSO			
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Eixo	Subeixo	Objetivos de aprendizagem	Habilidades
ESPACIO/TEMPO E SUAS TRANSFORMAÇÕES	1. Concepções seculares da existência humana	1.1 Conhecer concepções e orientações de vida secular	(EF09ER05) Identificar sentidos do viver e do morrer em diferentes tradições religiosas, através do estudo de mitos fundantes (EF09ER01PA) Reconhecer e respeitar os pensamentos e orientações de vida secular, como ateísmo, agnosticismo, materialismo, existencialismo, niilismo, entre outros
	2. Estudos complementares deriváveis: espacialidades e territorialidades religiosas; economia, mercado e marketing religiosos; aspectos e processos naturais da vida religiosa	2.1 Estudar e analisar as relações entre religiões com espacialidades e territorialidades; economia, mercado e marketing religiosos; aspectos e processos naturais da vida religiosa	(EF09ER02PA) Compreender e analisar as influências das religiões e espiritualidades nos diversos espaços e setores, na economia, mercado e marketing (EF09ER07) Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida, por meio da análise de matérias nas diferentes mídias
LINGUAGEM E SUAS FORMAS COMUNICATIVAS	1. Concepções da vida após a morte	1.1 Estudar e analisar as concepções da vida após a morte nas religiões e espiritualidades	(EF09ER03PA) Reconhecer e respeitar as ideias de vida após a morte nas religiões e espiritualidades
	2. Processos e determinações religiosas no pensamento e comportamento	2.1 Estudar e analisar como as religiões influenciam na formação do pensamento e comportamento	(EF09ER04PA) Refletir sobre as determinações ideológicas de origem religiosas no pensamento e comportamento humano

VALORES À VIDA SOCIAL	1. Direitos humanos, laicidade e liberdade religiosa	1.1 Perceber a importância dos direitos humanos, da laicidade e da liberdade religiosa	(EF09ER05PA) Identificar e respeitar a convivência cidadã, baseada nos direitos humanos e nos limites entre o público e o privado (EF09ER06) Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana (EF09ER01) Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas tradições religiosas e filosofias de vida
	2. Religiões e ética: moralidade e valores humanos e religiosos em diálogo	2.1 Estudar e perceber a relação entre religiões, ética, moralidade e valores humanos	(EF09ER07) Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida (EF09ER08) Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos (EF09ER06PA) Compreender a relação e importância de limites entre ética, moral e valores humanos, da visão religiosa
CULTURA E IDENTIDADE	1. Rituais funerários e práticas lutozas	1.1 Conhecer e perceber nos rituais funerários a sua relação com as práticas lutozas	(EF09ER04) Identificar concepções de vida e morte em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, por meio da análise de diferentes ritos fúnebres (EF09ER07PA) Compreender a finalidade dos rituais funerários diante da morte, assim como sua relação com o luto, rompimentos de vínculos significativos, perdas e demais situações
	2. Questões bioéticas, identidade e étnico-racial no contexto das religiões	2.1 Estudar e conhecer a influência das religiões nas questões bioéticas, identidade e étnico-racial	(EF09ER03) Identificar sentidos do viver e do morrer em diferentes tradições religiosas, através do estudo de mitos fundantes (EF09ER05) Analisar as diferentes ideias de imortalidade elaboradas pelas tradições religiosas (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição) (EF09ER08PA) Refletir eticamente diante das questões bioéticas, identidade e étnico-racial, considerando os limites entre o público e privado, entre o secular e religioso

PROPOSTA CURRICULAR



SOCIOLOGIA

SOCIOLOGIA			
8º ANO			
Eixo	Subeixo	Objetivos de Aprendizagens	Habilidades
ESPAÇO/TEMPO E SUAS TRANSFORMAÇÕES	1 O estudo das questões sociais e suas relações entre indivíduo e sociedade	1.1 Identificar e compreender a importância da Sociologia para análise das relações sociais;	(EF08SO09GOPA) Identificar um problema de natureza sociológica (EF08SO01GOPA) Compreender o conceito sociológico
		1.2 Conhecer e compreender a contribuição científica dos grandes pensadores da sociologia, e sua importância para o surgimento desta Ciência.	(EF08SO10GOPA) Identificar as abordagens dos clássicos; (EF08SO02GOPA) Compreender o conteúdo histórico da sociologia e os principais fundadores.
		1.3 Compreender a importância do Espaço Público no convívio Social, e sua preservação.	(EF08SO16GOPA) Reconhecer, valorizar as instituições públicas (EF08SO17GOPA) Conservar o espaço público escolar
		1.4 Observar e identificar o Espaço em que vive posicionando-se diante das atitudes de preconceito.	(EF08SO03GOPA) Conhecer e discutir o Bullying como uma construção social
LINGUAGEM E SUAS FORMAS COMUNICATIVAS	2. Linguagem e sistemas simbólicos e suas formas de interação social	2.1 Compreender o processo de socialização e suas interações nos grupos sociais	(EF08SO21GOPA) Diferenciar grupos sociais de instituições sociais. (EF08SO11GOPA) Identificar as instituições sociais: Família, Religião, Estado e Educação; (EF08SO12GOPA) Identificar a relação família/Estado; (EF08SO15GOPA) Identificar a relação escola/família; (EF08SO18GOPA) Reconhecer as manifestações religiosas e de crenças. (EF08SO22GOPA) Analisar as relações entre indivíduos e sociedade
VALORES À VIDA SOCIAL	3 Juventude trabalho e sociedade	3.1 Compreender a dimensão do trabalho como processo de construção e desenvolvimento da sociedade	(EF08SO04GOPA) Compreender a importância do trabalho na vida do homem e na sociedade (EF08SO19GOPA) Identificar como ocorre a divisão social do trabalho
		3.2 Analisar o trabalho escravo e suas formas de manifestação	(EF08SO05GOPA) conhecer o processo histórico do trabalho escravo (EF08SO15GOPA) Identificar as características do trabalho escravo nos dias atuais

		3.3 compreender e discutir as consequências do desemprego na sociedade	(EF08SO14GOPA) Identificar os problemas sociais relacionados ao desemprego
CULTURA E IDENTIDADE	4 A dimensão cultural e histórica da formação da sociedade brasileiro	4.1 Compreender o contexto histórico e social do pluralismo cultural brasileiro	(EF08SO06GOPA) Conhecer a história do racismo no Brasil (EF08SO09GOPA) Compreender a formação da sociedade brasileira
		4.2 Analisar o racismo como fenômeno social e suas consequências.	(EF08SO16GOPA) Identificar racismo étnico e racismo como fenômeno social
		4.3. 3 Analisar as formas de inserção do negro nas diversas áreas sociais	(EF08SO08GOPA) compreender a realidade brasileira e o preconceito racial
		4.1 Identificar e compreender o processo de construção da identidade negra	(EF08SO20GOPA) Analisar o processo de construção da luta do povo negro no Brasil (EF08SO07GOPA) Conhecer as religiões afro – brasileira

SOCIOLOGIA			
9º ANO			
Eixo	Subeixo	Objetivos de Aprendizagem	Habilidades
ESPAÇO/TEMPO E SUAS TRANSFORMAÇÕES	1 Estado e cidadania garantia de direitos	1.1 Identificar e compreender as formas de organização do Estado e a construção de Cidadania	(EF09SO01GOPA) Compreender o significado e as origens das palavras "cidadão" e "cidadania" (EF09SO02GOPA) Desenvolver uma compreensão inicial sobre a relação entre a formação do Estado e a constituição dos direitos civis, políticos, sociais. (EF09SO03GOPA) Distinguir e reconhecer o que são direitos civis, políticos, sociais e humanos
		1.2 Discutir e analisar a importância dos movimentos sociais na construção e garantia dos direitos.	(EF09SO02GOPA) Compreender e diferenciar os movimentos sociais e manifestações sociais (EF09SO04GOPA) Estabelecer relações entre a luta dos movimentos sociais e a ampliação dos direitos civis. (EF09SO07GOPA) Estabelecer uma reflexão sobre o significado e a importância do movimento feminista na luta pelos direitos das mulheres (EF09SO05GOPA) Desenvolver o espírito crítico em relação aos conflitos sociais, a desigualdade, o racismo, o preconceito, a diferença e a questão ambiental a partir das experiências cotidianas do jovem

CULTURA E IDENTIDADE	4. Cultura raça étnia e gênero	4.1 Compreender e respeitar a diversidade cultural brasileira	(EF09SO15GOPA) Distinguir a ideia de sociedade do conceito de cultura (EF09SO16GOPA) Reconhecer a diversidade cultural do Município de Goiânia do Pará, considerando suas especificidades locais e regionais (EF09SO23GOPA) Perceber a importância dos saberes populares na formação da identidade cultural dos povos (EF09SO22GOPA) Reconhecer as contribuições culturais e étnicas das matrizes africana e indígena na formação do povo brasileiro
		4.2 Identificar as diferentes formas de preconceito cultural Gênero e raça	(EF09SO20GOPA) Aprofundar os conhecimentos acerca da cultura afro-brasileira e indígena, dando materialidade a Lei nº 10.639 e superando a visão folclórica e romantizada dos estudos e práticas escolares que integram estes temas (EF09SO24GOPA) Refletir acerca da intolerância frente à diversidade, decorrente de condições étnicas, de gênero, físicas e religiosas (EF09SO21GOPA) Conhecer e compreender o conceito de etnocentrismo, e multiculturalismo. (EF09SO26GOPA) Compreender a organização de indústria cultural e seus objetivos e influências no meio da juventude. (EF09SO25GOPA) Identificar e Valorizar a discussão de identidade negra da escola (EF09SO02GOPA) Identificar e Valorizar a discussão de identidade negra da escola

Plano de Ensino 2019

Escola de Ensino Fundamental Lucíolo Oliveira Rabelo

Professora Marinete Macedo Ribeiro

Série: 9º Ano

Disciplina: Sociologia

Justificativa

O estudo da Sociologia é de suma importância para o ser humano, pois tem o objetivo de tornar o indivíduo crítico e responsável, posicionando-se perante os acontecimentos sociais e culturais, superando assim a postura ingênua diante da realidade, sendo possível assumir responsabilmente a verdade como todo, é por isso que o destino do homem e da história, depende da lucidez da sociologia.

Outra tarefa da sociologia é conduzir o homem para além da pura imediatividade, que possibilita o desenvolvimento crítico e social do homem.

Devemos mostrar a realidade da vida, ao educando e fornecer critérios que possam colaborar para novas reflexões, que surgem da nossa realidade concreta, e que sirva de caminhos para o convívio social.

Objetivos gerais

Fornecer critérios e reflexão para que o educando possa crescer cada vez mais, na consciência de si mesmo e do mundo em que vive.

PLANO DE ENSINO 2019			
9º Ano EIXO DIREITOS HUMANOS, TEMA: DIREITOS CIVIS, POLITICOS.			
1º Bimestre			
Objetivos específicos	Conteúdo	Metodologia	Recursos Didáticos
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Compreender e analisar as diferentes formas ideológicas ➤ Diferenciar e conhecer os seus direitos sociais e políticos posicionando – se no seu ambiente social ➤ Discutir e compreender os movimentos Sociais ➤ Diferenciar movimentos sociais e manifestações sociais ➤ Discutir, respeitar e conservar o patrimônio público escolar. ➤ Identificar e reconhecer os males que o Bullying proporciona na vida das pessoas ➤ Discutir sobre a legislação acerca do Bullying. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ideologia; • Direitos civis e políticos • Movimentos sociais; • Juventude como construção social: direitos e Liberdade de expressão • Igualdade diferença e desigualdade • Direitos políticos • Preservação do patrimônio publica • Bullying Uma construção social 	<ul style="list-style-type: none"> • Leituras de textos • Estudo dirigido; • Discussão dos textos em aula dialogada; • Leitura individual e em grupo da apostila • Pesquisas; • Apresentação de Documentário • Atividades escrita; • Seminário e debate 	<ul style="list-style-type: none"> • Pinceis • Quadro • Cartolina • TV • DVD • Papel ofício • Papel 40 quilo

9º Ano EIXO DIREITOS HUMANOS, TEMA: DIREITOS SOCIAIS			
2º Bimestre			
Objetivos específicos	Conteúdo	Metodologia	Recursos Didáticos
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar o papel de cada instituição e suas formas de organização; • Identificar as diferentes formas de violência; • Compreender o que venha ser estratificação social; • Identificar e analisar as formas de desigualdade no Brasil. • Compreender o processo que desencadeia o processo da pobreza. 	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos sociais • Participação e cidadania • Formas de violência; • Estratificação social e desigualdades no Brasil. • Pobreza. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo dirigido; • Discussão dos textos em aula dialogada; • Leitura individual e em grupo da apostila • Pesquisas; • Musicas • Atividades escrita; • Seminário e debate. • Slide e filmes 	<ul style="list-style-type: none"> • Pinceis • Quadro • Cartolina • TV • DVD • Papel ofício • Papel 40 quilo

9º Ano EIXO DIREITOS HUMANOS, TEMA: DIREITOS POLITICOS			
3º Bimestre			
Objetivos específicos	Conteúdo	Metodologia	Recursos Didáticos
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender e discutir o processo democrático; • Analisar o processo democrático nos dias atuais; • Discutir sobre o processo democrático escolar • Analisar o processo democrático nas redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios da democracia; • Democracia e diversidade; • Democracia nos dias atuais; • Escola e Democracia • Democracia e mudança • Democracia e as redes sociais • Patrimônio Público e democracia 	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão dos textos em aula dialogada; • Pesquisas; • Trabalho em grupo, • Atividade escrita; • Seminário. • Estudo dirigido • Utilização de Cartazes, • Slide e filmes 	<ul style="list-style-type: none"> • Pinceis • Quadro • Cartolina • TV • DVD • Papel ofício • Papel 40 quilo

9º Ano EIXO CULTURA, TEMA: RAÇA/ETNIA E GÊNERO			
4º Bimestre			
Objetivos específicos	Conteúdo	Metodologia	Recursos Didáticos
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e valorizar cada cultura; • Diferenciar e respeitar as culturas; • Conhecer e compreender o conceito de etnocentrismo; e multiculturalismo; • Identificar e analisar as diferentes formas de preconceito; • Compreender a forma de organização de indústria cultural e seus objetivos. • Discutir e respeitar diferenças entre gêneros • Minimizar o preconceito e a violência com mulheres e homossexuais. • Valorizar a identidade negra da escola 	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura e identidade cultural; • Multiculturalismo; • Etnocentrismo; Preconceito racial e étnico; • Indústria cultural e sua influência na vida da juventude • Relações e desigualdade entre gêneros • Violência e gênero (Contra mulheres e homossexuais • Homofobia • Compreensão histórica da Consciência negra no Brasil • Identidade Negra 	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão dos textos em aula dialogada; • Pesquisas; • Trabalho em grupo, • Atividade escrita; • Seminário. • Estudo dirigido • Utilização de Cartazes, • Slide e filmes • A apresentações artísticas afro 	<ul style="list-style-type: none"> • Pinceis • Quadro • Cartolina • TV • DVD • Papel ofício • Papel 40 quilo

Sistema de Avaliação

Do ensino:

Será feita através de atividades aplicadas, observações e participações dos alunos nas discussões em sala,

Da aprendizagem:

Será desenvolvido através do processo contínuo seminários, discussão, atividades individuais escrita discursiva, pesquisa e trabalhos em grupos. Simulado e prova escrita.

Bibliografia:

Apostila da SEMC.

Internet;

PCNS Parâmetros Curriculares Nacionais;

Introdução a Sociologia/Nildo Viana. - Belorizonte, Autentica 2006

Racismo e Discurso na America Latina/Teun A. Van Dijk (organizador). -São Paulo: contexto, 2008

Diretrizes Curriculares Nacionais PARA A Educação das RelaçõesÉtnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Constituição federal do Brasil.

Plano de Ensino 2019

Escola de Ensino Fundamental Lucíolo Oliveira Rabelo

Professora Marinete Macedo Ribeiro

Série :8º Ano

Disciplina: Sociologia

Justificativa

O estudo da Sociologia é de suma importância para o ser humano, pois tem o objetivo de tornar o indivíduo crítico e responsável, posicionando-se perante os acontecimentos sociais e culturais, superando assim a postura ingênua diante da realidade, sendo possível assumir responsabilmente a verdade como todo, é por isso que o destino do homem e da história, depende da lucidez da sociologia.

Outra tarefa da sociologia é conduzir o homem para além da pura imediatividade, que possibilita o desenvolvimento crítico e social do homem.

Devemos mostrar a realidade da vida, ao educando e fornecer critérios que possam colaborar para novas reflexões, que surgem da nossa realidade concreta, e que sirva de caminhos para o convívio social.

Objetivos gerais

Fornecer critérios e reflexão para que o educando possa crescer cada vez mais, na consciência de si mesmo e do mundo em que vive.

PLANO DE ENSINO 2019			
8º Ano EIXO MEIO AMBIENTE, TEMA: INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA			
1º Bimestre			
Objetivos específicos	Conteúdo	Metodologia	Recursos Didáticos
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o processo Histórico da sociologia; • Identificar e compreender a importância da Sociologia para análise das relações sociais; • Conhecer e compreender a contribuição científica dos grandes pensadores da sociologia, e sua importância para o surgimento da Desta Ciência. • Compreender a importância do Espaço Público no convívio Social, preservando o Patrimônio Escolar; • Observar e identificar o Espaço em que vive • Identificar e compreender o preconceito Bullyng; 	<ul style="list-style-type: none"> • O que é sociologia? Noção de Sociologia; • A formação da Sociologia: Contexto Histórico • Visão Geral dos Fundadores da Sociologia • Augusto Conte e Émile Durkheim • Conceito de Natural e social • O espaço em que vivo • Conservação do espaço Publico Escolar • Bullying como uma construção social; 	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão dos textos em aula dialogada; • Pesquisas; • Trabalho em grupo, • Atividade escrita; • Seminário. • Estudo dirigido • Utilização de Cartazes, • Slide e filmes 	<ul style="list-style-type: none"> • Pinceis • Quadro • Cartolina • TV • DVD • Papel ofício • Papel 40 quilo

8ª Série EIXO MEIO AMBIENTE, TEMA: INSTITUIÇÕES SOCIAIS, E INDIVÍDUOS			
2º Bimestre			
Objetivos específicos	Conteúdo	Metodologia	Recursos Didáticos
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e entender a contribuição de Max Weber para a Sociologia • Identificar e analisar as instituições sociais e sua importância na sociedade • Analisar e diferenciar os diversos grupos sociais dos quais fazemos parte • Discutir e analisar a importância da família na escola • Compreender a importância do indivíduo na sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição de Max weber para a sociologia • Grupos sociais e Instituições sociais: Família e Religião, Escola, Estado. • Relação família Escola • Os indivíduos e a sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão dos textos em aula dialogada; • Pesquisas; • Trabalho em grupo, apresentação de Seminário. • Atividade escrita; • Simulação de diferentes tipos de sociedade • Estudo dirigido • Utilização de Cartazes, • Slide e filmes • 	<ul style="list-style-type: none"> • Pinceis • Quadro • Cartolina • TV • DVD • Papel ofício • Papel 40 quilo

8ª Série EIXO TRABALHO. TEMA: JUVENTUDE E TRABALHO			
3º Bimestre			
Objetivos específicos	Conteúdo	Metodologia	Recursos Didáticos
<ul style="list-style-type: none"> • Interpretar, Conhecer e entender a contribuição de Karl Max para a Sociologia • Identificar o que é trabalho e sua importância no desenvolvimento econômico e social; • Compreender e identificar as consequências do desemprego na sociedade; • Diferenciar e compreender a divisão social do trabalho; • Identificar o que é trabalho escravo e suas formas de manifestação. • Debater sobre o consumismo entre os Jovens na busca da identidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição de Karl Marx para a sociologia; • O trabalho e sua importância na vida do homem e na sociedade; • Problemas sociais e o desemprego; • Divisão do trabalho; • Trabalho escravo; • Consumismo, identidade e juventude 	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão dos textos em aula dialogada; • Pesquisas; • Trabalho em grupo, • Atividade escrita; • Seminário. • Estudo dirigido • Utilização de Cartazes, • Slide e filmes 	<ul style="list-style-type: none"> • Pinceis • Quadro • Cartolina • TV • DVD • Papel ofício • Papel 40 quilo

8º Ano EIXO CULTURA. TEMA: Etnia			
4º Bimestre			
Objetivos específicos	Conteúdo	Metodologia	Recursos Didáticos
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e compreender o contexto histórico do racismo e pluralismo cultural • Analisar o racismo como fenômeno social e suas consequências. • Analisar a inserção do negro nas diversas áreas sociais principalmente no mercado de trabalho • Valorizar a identidade negra na escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pluralidade Cultural: Racismo étnico e Racismo no Brasil • Racismo como fenômeno social • Realidade brasileira • Formação do Povo brasileiro (Índios, Negros e Brancos) • O negro no mercado de trabalho • Identidade negra; contexto histórico da luta negra no Brasil; 	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão dos textos em aula dialogada; • Pesquisas; • Trabalho em grupo, • Atividade escrita; • Seminário. • Estudo dirigido • Utilização de Cartazes, • Slide e filmes • Danças afro 	<ul style="list-style-type: none"> • Pinceis • Quadro • Cartolina • TV • DVD • Papel ofício • Papel 40 quilo

Sistema de Avaliação

Do ensino:

Será feita através de atividades aplicadas, observações e participações dos alunos nas discussões em sala,

Da aprendizagem:

Será desenvolvido através do processo contínuo seminários, discussão, atividades individuais escrita discursiva, pesquisa e trabalhos em grupos. Simulado e prova escrita.

Bibliografia:

Apostila da SEMC.

Internet;

PCNS Parâmetros Curriculares Nacionais;

Introdução a Sociologia/Nildo Viana. - Belorizonte, Autentica 2006

Racismo e Discurso na America Latina/Teun A. Van Dijk (organizador). –São Paulo: contexto, 2008

Diretrizes Curriculares Nacionais PARA A Educação das RelaçõesÉtnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Constituição federal do Brasil.